UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO

# A DIREITA BRASILEIRA E O AUTORITARISMO COMO PROJETO ‘METAMORPHO’ DE PODER: UMA ANÁLISE DAS MUTAÇÕES DO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS

**WALLACE FERREIRA NASCIMENTO**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

# A DIREITA BRASILEIRA E O AUTORITARISMO COMO PROJETO 'METAMORPHO' DE PODER: UMA ANÁLISE DAS MUTAÇÕES DO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para obtenção do
diploma de Comunicação Social – Jornalismo.

**WALLACE FERREIRA NASCIMENTO**

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos

RIO DE JANEIRO
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA**

NASCIMENTO, Wallace Ferreira.

A direita brasileira e o autoritarismo como projeto ‘metamorpho’ de poder: uma análise das mutações do discurso de Jair Bolsonaro e suas implicações nas redes sociais. Rio de Janeiro, 2018.

Monografia (Graduação em Comunicação Social / Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A direita brasileira e o autoritarismo como projeto 'metamorpho' de poder: uma análise das mutações do discurso de Jair Bolsonaro e suas implicações nas redes sociais**, elaborada por Wallace Ferreira Nascimento.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, ____ / ____ / _____.

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos

Docente em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Métodos e Áreas Conexas - UFRJ

Profa. Dra. Rose Marie Santini

Docente em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Métodos e Áreas Conexas - UFRJ

Prof. Dr. Marcelo Helvecio Navarro Serpa

Docente em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2018

*Meus agradecimentos vão...*

*À minha família e a todos que amo por todo o suporte, compreensão e paciência nesses anos de correria.*

*Aos professores, funcionários e amigos do CIEP 171, que foram parte fundamental da minha história e que contribuíram, de alguma forma, para que um jovem humilde e cheio de sonhos pudesse estudar na UFRJ.*

*A todo o corpo docente da Escola de Comunicação da UFRJ, pela experiência e pelo aprendizado.*

*Ao meu orientador Cristiano Santos, por acreditar e por ter colocado fé neste projeto desde o início, e pelas excelentes dicas de leitura e para a vida.*

*À Carla Viola, que compartilhou comigo seus conhecimentos sobre mineração de textos e análise discursiva de maneira gentil e dedicada.*

*À banca de professores avaliadores que tornaram este sonho uma realidade.*

NASCIMENTO, Wallace Ferreira. **A direita brasileira e o autoritarismo como projeto 'metamorpho' de poder: uma análise das mutações do discurso de Jair Bolsonaro e suas implicações nas redes sociais**. Orientador: Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo comparado entre dois principais momentos da trajetória política de Jair Messias Bolsonaro, o antes e o depois da indicação de que poderia concorrer à Presidência da República em 2018. Foram utilizadas três bases metodológicas: a pesquisa documental das entrevistas orais concedidas pelo parlamentar entre 1999 e 2017, a análise do conteúdo e do discurso coletado e a utilização do *VOSviewer*, software de mineração de textos científicos. O estudo também situa as raízes do pensamento autoritário brasileiro em torno de um projeto político que ainda ecoa na contemporaneidade, através da leitura de intelectuais conservadores como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. A análise crítica do discurso bolsonarista, realizada sob a ótica marxista da linguagem, é centrada nos estudos de autores como Norman Fairclough, Dominique Maingueneau, Laurence Bardin e Mikhail Bakhtin. Por conta de sua popularidade nas redes sociais, o estudo ainda situa como as novas configurações da Internet podem contribuir para estabelecimento deste tipo de figura. A somatória das técnicas metodológicas permitiu identificar o deslocamento na centralidade discursiva de Jair Bolsonaro, antes militar e insultuoso para um presidenciável nacionalista e mais e contido.

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO ..... 8**

**2. UM HISTÓRICO DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO NO BRASIL ..... 16**

2.1 A influência internacional: o século XX e a Era dos Extremos ..... 17

2.2 A Primeiro República e o florescimento do autoritarismo no Brasil ..... 19

**3. O ÓDIO RESSENTIDO À DEMOCRACIA ..... 26**

3.1 A democracia oligárquica e o afastamento da participação popular ..... 30

3.2 A religião e as formações identitárias ..... 33

3.3 Os desafios do Brasil para superar o ressentimento social ..... 36

**4. AS REDES SOCIAIS EM TEMPOS DE RESSENTIMENTO ..... 38**

4.1 A Internet e as novas formas de conversação mediadas pelo computador ..... 42

4.2 Um novo espírito do capitalismo e as redes sociais na Internet ..... 44

4.3 Apropriação política: a rede como forma de propagar ideologias ..... 46

4.4 Sites de relacionamento e as grandes formações identitárias ..... 48

**5. JAIR BOLSONARO: DE CAPITÃO DO EXÉRCITO À VOZ DE JOVENS DE DIREITA ..... 52**

5.1 Bolsonaro na política: longa trajetória, poucas aprovações ..... 57

5.2 As proposições Bolsonaro: bandeiras que levantam polêmica ..... 59

5.3 Acusações, os problemas com a Justiça e uma nova postura ..... 61

**6. METODOLOGIA UTILIZADA PARA ANÁLISE DE DISCURSO ..... 65**

**7. UM NOVO BOLSONARO E A GUERRA À IMPRENSA ..... 70**

7.1 Contra o “homossexualismo” e a defesa dos inocentes ..... 72

7.2 Ditadura Militar e democracia ..... 78

7.3 Fim dos direitos humanos e liberdade à PM: A solução para o “problema Brasil” ..... 82

7.4 Nem sim, nem não: um Bolsonaro evasivo ..... 85

7.5 Visualização das coocorrências ..... 90

**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 96**

**REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS ..... 103**

## 1. Introdução

Pouco importa qual era a ideologia: mais à esquerda ou à direita, diversas sociedades buscaram, ao longo da história, figuram políticas salvadoras da pátria que pudessem centralizar os anseios da nação e conduzir o povo para um estado de plenitude, seja ele qual fosse. A ideia sempre foi, na maioria dos casos, a de buscar representatividade através de um líder forte, capaz de tirar um território de alguma grave crise econômica ou institucional, alcançar soberania em relação a outras nações ou até mesmo eliminar grupos ou pessoas consideradas inimigas da pátria, aquelas que, supostamente, estariam impedindo uma nação de crescer. Mas por que a sociedade não poderia, ela própria, tomar as rédeas de suas próprias histórias e se incumbir da função de governar – o que é, na verdade, princípio básico da democracia?

A filósofa alemã Hannah Arendt, em "A Origem dos Totalitarismos" (1951), ousou comparar duas experiências totalitárias com particularidades distintas, mas ao mesmo tempo bem semelhantes entre si: o nazismo encabeçado por Adolf Hitler e o stalinismo de Josef Stalin. Nos dois casos, além de todos os pontos em comum – como a transformação de classes em massas e da grande importância da propaganda -, as figuras de Hitler e Stalin serviram como aglutinadoras e sustentadoras das proposições dos regimes. Neles eram projetadas, sendo assim, as soluções necessárias para as aspirações do povo alemão e soviético, respectivamente.

Na Alemanha, o autoritarismo nas ações do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista, era justificado pela necessidade de reerguer o país castigado após a Primeira Guerra Mundial e, principalmente, juntar o povo alemão em torno de um projeto unificador que eliminasse qualquer impedimento para a construção de uma raça ariana e superior, que nesse caso não incluía judeus, homossexuais, negros, entre outros. Stalin, por sua vez, incorporou em seu governo na antiga União Soviética uma estrutura de pensamento em que a liderança é centrada essencialmente em apenas uma figura, se utilizando, para isso, de uma interpretação particular e discutível do marxismo.

Guardando, claro, as devidas proporções, estas duas experiências mundiais serviram de modelo para diversos outros regimes ao redor do globo e, se não foram quase integralmente repetidas, foram utilizadas para nortear várias ações políticas autoritárias da nossa era, inclusive no Brasil. O sentimento paternalista está encrustado nas raízes da sociedade brasileira, que repetidamente buscou alternativas autoritárias e conservadoras para

solucionar as mazelas que acometeram a nação. Analisar esta orfandade, ou seja, a constante necessidade de uma figura paterna, com pulso firme, para guiar o povo brasileiro rumo ao desenvolvimento, é um dos objetivos deste trabalho. Para alcançá-lo, o estudo centra na análise do discurso de um político que vem conquistando um público cada vez mais fervoroso e sedento por uma liderança forjada nos moldes do autoritarismo: Jair Messias Bolsonaro.

Considerando que, também de acordo com Arendt (1989), todo projeto ou figura política autoritária necessita de grande apoio da sociedade para se estabelecer no poder – como ocorreu com Hitler, por exemplo -, análise discursiva visa, principalmente, entender quais são as características do discurso do parlamentar responsáveis pelo seu crescente apoio de parcelas da população, sobretudo nas redes sociais. O que a fala de Bolsonaro tem de especial, diferente dos outros candidatos ao pleito de 2018, que o colocaram com tantos pontos nas pesquisas para a eleição presidencial? O primeiro passo é entender como as raízes conservadoras e autoritárias do Brasil, como conhecemos atualmente, se estabeleceram na contemporaneidade, principalmente através um processo de "interpretação" do país por alguns autores, iniciado com a Primeira República.

O presente trabalho também se debruça sobre a análise e a conceituação do ódio no contexto democrático, entendendo este sentimento como um dos principais motores e legitimadores de ações autoritárias, baseando-se em experiências históricas. O objetivo é situar o ódio ao outro dentro de uma máquina promotora de um crescente autoritarismo, que retorna para assombrar as instituições democráticas através da eleição de inimigos da nação, aqueles que são odiados e precisam ser calados – ou até eliminados - para que se alcance o desenvolvimento. Em um momento histórico em que a violência atinge níveis alarmantes, grupos conservadores colocam, direta ou indiretamente, a alta da criminalidade na conta dos movimentos em defesas das minorias, como a militância LGBT e negra, dos direitos humanos e de maneira mais generalizada na esquerda política – todos responsáveis por uma parte do "fracasso nacional".

A popularização de líderes políticos autoritários na atualidade, porém, tem uma diferença fundamental das experiências do passado. O uso das redes sociais – e da rede mundial de computadores, em geral – permite nuances particulares a estes "autoritários do século XXI" e torna a disseminação de seus ideais simples e extremamente mais rápida. Algoritmos usados nestas redes e portais de busca podem contribuir na construção de figuras

como a de Jair Bolsonaro. Ele próprio, inclusive, costuma atribuir seu sucesso repentino ao crescimento das mídias sociais.

O capítulo 2, propriamente, irá centrar nas raízes do pensamento conversador no país nos moldes deste em que Bolsonaro está inserido. A necessidade de um líder político autoritário e repressor com intuito de conduzir o país à industrialização foi trabalhada de maneira significativa no pós-Proclamação da República. Durante a República Velha, período em que o Brasil enfrentou uma grave crise política e institucional, pensadores como Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), Antônio José de Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), por exemplo, dedicaram boa parte de suas obras analisando a sociedade da época e buscando soluções calcadas em um viés autoritário e conservador.

O capítulo em questão foi realizado com base nos estudos de autores como Sérgio Miceli (2001), Boris Fausto (2001), Evaldo Vieira (2010) e Jarbas de Medeiros (1974). As contribuições para o pensamento conservador da época foram analisadas, ainda, sob a ótica de Eric Hobsbawn (1990), mais especificamente em seu livro a respeito das experiências nacionalistas no mundo desde 1780. De acordo com o britânico, o cenário de desolação com o sistema econômico liberal – por conta do colapso de alguns impérios multinacionais – favoreceu de maneira significativa a implementação de economias mais fechadas, ou seja, essencialmente nacionalistas, como forma de se recuperarem da crise no pós-Primeira Guerra Mundial.

Entender o contexto internacional é fundamental para a compreensão da situação brasileira naquele período. No Brasil, o cenário ainda era mais complexo na época por conta de o país ser uma economia principalmente exportadora de bens primários. Oliveira Viana, por exemplo, enxergava em um Presidente da República unificador e autoritário a solução, além da inserção do Brasil em um sistema corporativista de governo. A intenção dele, nesse caso, paradoxalmente era calar para dar voz: reunir todos os anseios do povo em seus respectivos grupos de origem – as corporações – para que assim eles fossem atendidos, gerando um sistema de representação baseado em experiências arbitrárias europeias.

Neste contexto, o capítulo fará ainda um panorama das soluções com viés moral e étnico apresentada pelos autores do período, supostamente defendidas para o Brasil iniciasse seu processo de crescimento econômico – ideais claramente inspirados no nazismo e fascismo europeu. Questões como a visão dos intelectuais autoritários sobre a população negra, indígena e de imigrantes serão abordadas. O objetivo principal, ao final destas

inferências, é estabelecer uma relação entre estas suposições do século e as pautas defendidas pelos políticos conservadores da atualidade e, com isso, entender se elas ainda ecoam na contemporaneidade.

Essa busca por culpados pelo atraso da nação, que geralmente seleciona minorias sociais e étnicas, demonstra uma característica bem comum aos governos e pensadores autoritários: o ódio é, na maioria das vezes, a engrenagem que dá sustentação ao regime. Levando isso em consideração, o terceiro capítulo deste trabalho irá focar na relação entre este sentimento e o apoio incondicional das massas a governos que atuam com repressão e arbitrariedade. Como o discurso que culpa o outro, o diferente, consegue se estabelecer como hegemônico em situações de crise ou tensão econômica?

A bibliografia base do capítulo aborda as teorias de Jacques Rancière (2014), Maria Rita Kehl (2006), Marilena Chauí (2006) e Friedrich Nietzsche (1998). O objetivo é fazer uma análise deste indivíduo inserido em uma sociedade que, desprovida de sua função de governar, passa a buscar figuras capazes de encontrar uma solução para os seus agravos. Neste ponto, Kehl e Rancière se encontram em suas análises: os dois enxergam que o tipo de democracia contemporânea, da forma como ela se dá, acaba gerando um extremo apassivamento do cidadão, tornando-o incapaz de se entender como um agente transformador da realidade social. De acordo com Kehl, inclusive, esta necessidade de buscar uma figura paterna, protetora, não é uma exclusividade da política, mas também pode ser observada nas práticas religiosas e na cultura de massas.

Esse constante distanciamento do povo de sua responsabilidade de governar, de acordo com Rancière, é resultado de um sistema democrático que trabalha para conter a "vida democrática", ou seja, o poder do povo em excesso. O capítulo abordará, desta forma, quais são as soluções para que se contenha essa "energia" da população, que forçam o indivíduo a focar na busca pela prosperidade material e, com isso, se fechar cada vez em sua vida particular. É neste ponto que o tema se encontra com as teorias de Nietzsche (1998), que afirma que o homem civilizado se desvaloriza deixando de lado seus próprios instintos por conta da força coercitiva do Estado.

Este homem, especificamente, é chamado de ressentido por Kehl. É o tipo que culpa a situação desastrosa de um país nos políticos, por exemplo, ou em grupos que não estão de acordo com suas crenças ou modos de vida. Impossibilitados de assumirem a corresponsabilidade pelos infortúnios da nação, elegem um "outro" que deve ser eliminado por supostamente representarem um mal, o que faz com que a população se afaste cada vez

mais de uma dimensão coletiva de pensamento. Baseando-se nestas constatações, o capítulo ainda analisa, através da perspectiva dos autores citados e de Marilena Chauí, para quais grupos identitários – religiosos ou não – essa energia reprimida é canalizada.

O quarto capítulo tem como um dos objetivos situar a relação da Internet, mais especificamente das redes sociais, com este homem ressentido em sua busca incessante pela criação de laços de identificação para se sentir parte de um todo – depois de ter abandonado sua função anterior, a de governar. Raquel Recuero (2009 e 2012), autora trabalhada no capítulo, afirma inclusive que desde seus primórdios a Internet sempre foi interpretada como um meio de expandir as capacidades comunicacionais dos indivíduos, o que vem favorecendo significativamente a criação de grandes formações identitárias. Para compreender a história política do país, portanto, é de fundamental importância entender como se dá o uso social das mídias e de como a rede contribui para a discussão política e para popularizar figuras políticas em geral.

Neste sentido, os estudos de Sibilia (2003 e 2004) sobre a função social da rede vão ajudar a delinear os contornos deste indivíduo mais fechado em si mesmo e apegado às suas paixões privadas. As redes sociais representam, para ele, um espaço de constante construção de si e de expressão sua identidade, uma forma de exteriorizar suas características ideológicas no ciberespaço (MALINI & ANTOUN, 2013). Sibilia chama esta necessidade de exposição de "imperativo de visibilidade", em que o indivíduo sente que precisa ser visto para existir em sociedade.

Após esta contextualização introdutória das redes sociais e de suas funções na sociedade, o capítulo pretende se debruçar sobre a relação que políticos vem estabelecendo com a Internet, usando a rede para propagar suas ideologias para determinados grupos e aumentar consideravelmente sua base de apoio. Considerando que as redes vêm se tornando um ambiente hostil e um palco para o ódio gratuito, é importante avaliar como lideranças políticas estão se aproveitando destas divisões para alavancarem suas próprias carreiras. O algoritmo, ou seja, os cálculos matemáticos usados para separar os usuários em grupos com características comuns – afim de facilitar a comercialização de anúncios -, será debatido com intuito de compreender como funciona a distribuição de conteúdo e como ele colabora para a formação de antagonismos na rede.

Com o conteúdo distribuído de acordo com as afinidades de cada usuário, através das *timelines*, a pluralidade política encontra um terreno totalmente infértil para o seu desenvolvimento e as disparidades políticas aumentam. A teoria do "filtro bolha", de Pariser

(2012), que aborda a forma como as empresas donas de sites de relacionamentos controlam o conteúdo, também é abordada ao final do quarto capítulo: afinal, quais são as causas, na prática, de controlar o que deve ou não ser mostrado ao usuário?

O quinto capítulo, por sua vez, realizará um perfil político e midiático da carreira de Jair Bolsonaro. Com uma trajetória envolvida em polêmicas e repleta de pedidos de cassação de seu mandato na Câmara dos Deputados, o parlamentar têm se estabelecido nas mídias digitais com números surpreendentes e que superam até mesmo figuras que ocupam lugares tradicionais na política nacional, como o ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva[1]. Projetado nacionalmente em 1986 após publicar, mesmo indo contra as regras do Exército, um artigo na Revista Veja em que criticava os baixos salários e as más condições dos cadetes na época, o então Capitão no 8º Grupo de Artilharia de Campanha surgiu como uma voz rebelde que causou abalos até mesmo no comando da corporação.

Este trecho do presente trabalho irá se debruçar, fundamentalmente, nas matérias publicadas em jornais e revistas sobre o deputado que, mesmo tendo uma relação ambígua com estes meios, sempre se utilizou dos mesmos diversas vezes para ampliar sua voz e seus ideais. O objetivo principal é esclarecer como a figura de Jair Bolsonaro foi se delineando ao longo dos anos na imprensa tradicional e, com isso, estabelecer quais foram os pontos principais de seu discurso trabalhados nas publicações. Entendendo os assuntos que ficaram em evidência e que mais se repetiram nas manchetes, será possível identificar os motivos pelos quais Jair Bolsonaro veio aumentando consideravelmente sua popularidade desde que apareceu pela primeira vez frente aos holofotes, em 1986.

A relação entre líderes políticos de direita e suas famílias também sempre teve uma importância fundamental na construção destas figuras, sendo essencial ter uma família nos moldes tradicionais e que representassem uma imagem de perfeita harmonia e entrosamento. Tendo isso em mente, o capítulo apresentará um breve panorama das relações familiares de Jair Bolsonaro representadas na mídia. Desde o casamento com sua primeira esposa, Rogéria Bolsonaro, de quem se divorciou após elegê-la a vereadora no Rio de Janeiro, passando pelo matrimônio com Ana Cristina Valle, e com sua última e atual cônjuge, Michelle Bolsonaro.

O capítulo será dividido entre os temas que permearam a carreira do deputado nos quase 30 anos de mandato: sua trajetória na Câmara dos Deputados, com apenas dois

[1] Só no Facebook, para efeito de comparação, Jair Bolsonaro tem cerca de 5,3 milhões de seguidores, superando os 3,4 milhões de Lula em seu perfil oficial na rede. Dados coletados em 03/06/2018.

projetos de sua autoria aprovados,[2] as bandeiras levantadas por ele contra homossexuais e minorias, seus processos e pedidos de cassação e, ao final, sua nova postura frente à mídia e em relação aos seus discursos controversos do passado.

A tônica do capítulo principal, o sétimo, que analisa o discurso de Jair Bolsonaro, será justamente a de situar essa nova posição do parlamentar frente à mídia e em relação a si mesmo. Como afirmar que nunca teve nenhum problema contra os homossexuais quando já disse que a sexualidade pode ser revertida com agressão física? Falas saudosistas sobre a ditadura militar no Brasil e a defesa incondicional da tortura estiverem constantemente presentes nos debates do analisado. Mas, conforme seu nome foi surgindo cada vez mais entre os principais candidatos ao pleito de 2018, estas afirmações foram desaparecendo ou sendo minimizadas em seus discursos à mídia.

Iniciando uma batalha contra a imprensa, acusada por ele diversas vezes de tentar prejudicar sua imagem, Jair Bolsonaro vem tentando ressignificar sua imagem anterior. O objetivo do capítulo de análise é, desta maneira, colocar estas duas fases distintas do discurso do parlamentar aos meios de comunicação frente a frente, compará-las e, com isso, analisar pontos de discordância e oscilações. Todo o material a ser trabalho é proveniente de entrevistas do deputado concedida à veículos ou grupos nacionais e internacionais, e está disponível para visualização na Internet gratuitamente através do Youtube. A escolha pelo gênero jornalístico da entrevista foi, sobretudo, para que se pudesse trabalhar com um material que compreendesse uma grande carga de subjetividade do deputado.

O estudo sobre as falas de Bolsonaro será realizado levando em consideração as técnicas de divisão temática e frequencial presentes nos estudos de Laurence Bardin (2011). A análise será dividida de acordo com os assuntos que foram o centro dos debates envolvendo o deputado e que aparecem de maneira constante em suas falas à mídia, sempre colocados lado a lado para comparação: sua posição em relação à população LGBT, a defesa ditadura militar, suas críticas ao sistema democrático e aos direitos humanos, e sua visão sobre a função da polícia militar no combate à criminalidade. Levando em consideração que Bolsonaro se coloca, atualmente, como um político liberal[3] na economia e conservador nos costumes, o capítulo também irá avaliar, através das entrevistas, se isso é algo novo ou sempre esteve presente em suas falas.

[2] Bolsonaro também aprovou na Câmera uma emenda de 2015 de sua autoria, determinando a impressão de votos nas urnas eletrônicas.

[3] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1925458-bolsonaro-diz-que-e-liberal-e-adota-discurso-que-agrada-investidores.shtml (acesso em: 21/05/18)

O material, transcrito integralmente, é composto por seis entrevistas da fase 1 (1999 a 2016), quando o deputado se posicionava de maneira mais agressiva diante da imprensa, e quatro entrevistas da fase 2 (2017 em diante), período em que o interesse e possibilidade de concorrer nas eleições de 2018 passou a ser discutido por ele publicamente. Os vídeos foram selecionados por serem compartilhados constantemente em portais tanto de apoio quando de crítica a Bolsonaro.[4]

Além de Bardin, foram utilizados outros autores especialistas em análise de conteúdo e em comunicação: Dominique Maingueneau (2004), Mikhail Bakhtin (2006) e o britânico Norman Fairclough (2001). Suas teorias trabalhadas como estruturadoras da análise para identificar não só as transformações no teor das afirmações, mas também as perturbações, ansiedades e irritações durante as sabatinas. O extenso material de entrevistas transcrito ipsis litteris, analisado na pesquisa, passará ainda pela avaliação da ferramenta de mineração de dados e análise científica *VOSviewer*, na tentativa de identificar numericamente e cientificamente as transformações discursivas de Jair Bolsonaro nas duas fases.

[4] Para a seleção, a página oficial do deputado foi monitorada, assim como as páginas que criticam ou dão suporte virtual a Bolsonaro.

## 2. Um histórico do pensamento autoritário no Brasil

Historicamente, desde a Proclamação da República, que instaurou a forma republicana presidencialista em 1889, o Brasil experimentou diferentes formas de governo e de representatividade ao longo dos anos, quase sempre baseadas em linhas de pensamento conservadoras e autoritárias. Em boa parte das vezes estas mudanças e oscilações se deram por questões relacionadas às crises, tanto políticas quanto ideológicas, ou até mesmo pelo fantasma da segurança e unidade nacional, no caso da ditadura militar, instaurada por um golpe em 1964.

Experimentando, desde a Proclamação, diversas turbulências institucionais e problemas econômicos por conta da nova estrutura política e social, a nação brasileira por vezes buscou figuras "salvadoras da pátria" que prometeram, através de mãos duras, proporcionar a volta do desenvolvimento econômico e a promoção da soberania nacional em relação ao exterior. Foram nestes momentos decisivos em que, na trajetória do Brasil, o discurso autoritário – em meio ao nacionalista – criou suas raízes.

Elegendo, em 2014, a Câmara dos Deputados brasileira mais conservadora desde 1964[5], tomada por representantes do povo aclamados por suas falas carregadas de simbolismo autoritário e antiprogressista, o país deu início a mais uma nova fase de seu jogo democrático que, a princípio, pode parecer parte de um fenômeno novo e autêntico. Mas a situação não é, de fato, nova. Principalmente durante os primeiros anos do século XX, uma inquietação geral tomou conta de escritores e intelectuais do país a respeito da condução liberal iniciada após o início da Primeira República, que criticavam a concepção do liberalismo e de sua real efetividade em um país como o Brasil.

Muitos autores que apresentavam soluções com viés autoritário tomavam como crítica, segundo Boris Fausto (2001), a ideia de que o liberalismo era "associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da União" (FAUSTO: 2001, p. 14). A saída, de acordo com boa parte destes intelectuais, era encontrar um líder que controlasse este rompante liberal através da repressão e que, principalmente, unisse o país em torno de um projeto essencialmente nacionalista.

[5] http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528 (último acesso em: 18/02/18)

## 2.1 A influência internacional: o século XX e a Era dos Extremos

Mas o descontentamento com o sistema liberal não era exclusividade do Brasil. Após um período em que o mundo inteiro enfrentou uma série de mudanças estruturais, ocorridas após o final do século XIX, o capitalismo experimentou significativo avanço com a Segunda Revolução Industrial, quando alavancou e institucionalizou grandes potências, como os Estados Unidos e a Alemanha, mas logo viria assistir seu crescimento ruir por um processo de globalização não feito de forma pacífica, como demonstra Jarbas de Medeiros:

> Inicia-se, a partir mesmo de 1870 e, consolidando-se daí para a frente, uma áspera e cruenta fase de guerras e colonização e de conquista de áreas de influência e de territórios econômicos. Generaliza-se um estado de permanente e sucessiva belicosidade, tanto entre as grandes potências entre si, como destas com o conjunto dos demais países do globo. (MEDEIROS, 1974, p. 60-61)

Ainda de acordo com Medeiros (1974), o período foi marcado por grande expansão tecnológica e industrial. Nesse contexto surgiram as usinas hidrelétricas e termoelétricas, os sistemas de comunicação, novos meios de transporte - como o automóvel e o avião - e também a criação da linha de produção em massa, conhecida como *moving assembly*, da Ford. Além disso, a época representou ainda centenas de outras inovações até mesmo na Medicina e na Psicanálise. Mas, junto com as mudanças, "o sistema econômico, já hegemônico à escala mundial, passa a ser estruturado não mais por um capitalismo atomizado, mas sim pelo capitalismo financeiro monopolista" (MEDEIROS: 1974, p.63). O que causava, também segundo o autor, um grande desequilíbrio entre indústria e agricultura, criando uma posição clara de subordinação das nações essencialmente agrícolas no período, como o Brasil, em relação aos países industriais.

Uma outra marcante característica da acumulação de capital liberal foi o surgimento das grandes massas populares, após a crescente urbanização causada pela industrialização, que "estimulou o crescimento da população, a concentração de pessoas em área urbana e o agravamento dos problemas e das grandes cidades"[6] (SNYDER *apud* MEDEIROS: 1974, p.63). Gerando diversas críticas de correntes de pensamentos neo-hegelianas, as principais

[6] Tradução livre do autor: "Estimuló el crecimiento demográfico, la concentración de la población en las zonas urbanas, la agravación de los problemas relativos e las grandes ciudades".

instituições do Estado Liberal enfrentaram então uma grande crise, agravada por questionamentos a respeito de suas possíveis consequências negativas.

> [...] suas instituições, como o sufrágio universal, o sistema de partidos políticos, a divisão dos poderes de Estado, o Parlamento, as liberdades públicas e as garantias individuais, assim como o próprio conceito de democracia passam a ser reavaliados criticamente, procurando dar-se-lhes novos conteúdos; buscam-se formas de institucionalizar-se o amplo intervencionismo estatal, o autoritarismo, o totalitarismo, a democracia social, o corporativismo etc. (MEDEIROS, 1974, p.64)

Avançando para as primeiras décadas do século XX, o cenário de desolação era ainda maior em relação ao sistema liberal, devido ao colapso de alguns impérios multinacionais, principalmente no período entreguerras, como apontou Hobsbawn (1990). De acordo com o autor britânico, enquanto economistas já buscavam formas de retornar ao cenário econômico mundial anterior ao de 1913, algumas nações avaliavam como contornar as possíveis consequências da falência do modelo vigente.

> Durante alguns anos, a própria economia mundial pareceu entrar em colapso; à medida que os grandes rios da migração internacional foram minguando, grandes barreiras de controles cambiais limitavam os pagamentos internacionais, o comércio internacional diminuiu e mesmo os investimentos internacionais mostraram sinais momentâneos de colapso (HOBSBAWN: 1990, p. 160).

A crise da globalização era responsável por fazer com que os países buscassem formas para desviar de suas consequências após a Primeira Guerra Mundial. O que acabou favorecendo, segundo Hobsbawn (1990), medidas relacionadas à formação de economias essencialmente nacionais e um apelo exacerbado ao nacionalismo. “Se houve um momento em que o ‘princípio da nacionalidade’ do século XIX triunfou, esse momento foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse nem previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores” (HOBSBAWN: 1990, p. 159).

O Tratado de Paz de Versalhes, que visava pôr um fim aos conflitos da Primeira Guerra, entrou em vigência em 1920 e, além das diversas sanções à Alemanha, já que a imputava de toda a responsabilidade e consequências do período de guerra, acabou redesenhando os mapas do mundo extinguindo países, unificando e criando outros e fazendo o Império Alemão perder boa parte de seu território e Estado. Isso demonstrou, nas palavras de Hobsbawn, a certeza da “completa impraticabilidade do princípio wilsoniano de fazer as fronteiras do Estado coincidirem com as fronteiras da nacionalidade e da língua”

(HOBSBAWN: 1990, p. 161), se referindo aos ideais evocados pelo então presidente dos Estados Unidos da América no período, Thomas Woodrow Wilson.

> Simplesmente não funcionou. Inevitavelmente, dada a real distribuição dos povos, a maioria dos novos Estados que se reergueu das ruínas dos antigos impérios era inteiramente tão multinacional quanto as velhas "prisões de nações" que substituíram. [...] A implicação lógica de tentar criar um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um habitado por uma população homogênea, separada étnica e linguisticamente, era a expulsão maciça ou a exterminação das minorias (HOBSBAWN: 1990, p. 161).

Apesar de só terem sido aplicados, de maneira mais contundente, após a década de 1940, experiências nacionalistas europeias que visavam recuperar a homogeneidade étnica e cultural de suas nações já podiam ser observadas bem antes, sendo um exemplo claro "quando os turcos levaram a cabo a eliminação em massa dos armênios em 1915 e, depois da guerra greco-turca de 1922, expulsaram 1,3 a 1,5 milhões de gregos da Ásia Menor, onde estes viviam desde os tempos de Homero" (HOBSBAWN: 1990, p. 162). O autor também salienta que foi através das mesmas premissas que Adolf Hitler, da Alemanha, conseguiu trazer de volta ao seu território os alemães que viviam fora do país, além de eliminar permanentemente os judeus, em seguida.

## 2.2 A Primeiro República e o florescimento do autoritarismo no Brasil

Paralelamente aos acontecimentos internacionais, o sistema político brasileiro também já passava por uma série de transformações durante toda a chamada República Velha (1889-1930), momento em que o país entrava em um consenso a respeito da necessidade de industrialização e apostava suas fichas na economia cafeeira, que assumia, no final do século XIX e início do XX, "uma posição de comando dentro da economia brasileira, dada a demanda crescentemente estável do mercado internacional" (MEDEIROS: 1974, p. 64). Mas o problema enfrentado pelo Brasil para tomar posse de uma posição de destaque no cenário mundial era sua origem de um outro ciclo anterior de colonização, que o tornava dependente de outras grandes metrópoles mundiais.

Medeiros também salienta que, com a economia brasileira experimentando laços estreitos com a economia mundial, as crises no sistema capitalista acabavam,

inevitavelmente, afetando diretamente as decisões e estratégias da política interna do país, considerado ainda atrasado pelo modo que estava inserido no mercado econômico internacional, sendo uma nação exclusivamente exportadora de bens primários. A impossibilidade de engrenar no sistema capitalista internacional devido aos atrasos do sistema agrário-exportador brasileiro, além de nunca ter verdadeiramente rompido com os interesses da lavoura cafeeira, fizeram com que o país passasse por uma série de turbulências em suas instituições sociais, políticas e culturais.

> Assim é que, progressivamente, pela conjugação simultânea ou alterada de fatores internos e externos, estouram o nosso sistema de propriedade à base do braço escravo, com a Abolição; o nosso sistema de relacionamento entre a Igreja e o Estado, com a separação de ambos; o nosso sistema político-institucional, com a República; o nosso sistema cultural, com a Escola do Recife e movimentos de ideias seus contemporâneos; nosso sistema de distribuição regional de Poder, com a implantação da hegemonia paulista sobre a Federação; o nosso sistema de relacionamento internacional, com a entrada em cena de novas potências mundiais - e, portanto, novos centros de influência e de hegemonia - como os Estados Unidos e a Alemanha. (MEDEIROS: 1974, p. 66)

Enquanto estas fortes transformações iam ocorrendo, a ideologia brasileira, constituída através de intelectuais cada vez mais interessados em se "pensar" o Brasil, inicia um processo de problematização de algumas questões do período: a real necessidade ou não de se industrializar o país; a posição brasileira no contexto das grandes potências; a importância de orientar o povo na direção de uma modernização inevitável; meios para a integração das massas urbanas proletárias; e a validade de se trazer doutrinas europeias ou americanas para o Brasil. No sentindo de discutir os rumos que a nação deveria tomar, certos escritores tiveram notoriedade com ideais comuns em suas obras, como argumenta Fausto (2001): "Os principais deles me parecem ser a defesa de uma ordem autoritária, a repulsa ao individualismo em todos os campos da vida social e política, o apego às tradições, o papel relevante do Estado na organização da sociedade" (FAUSTO: 2001, p. 15).

Um dos intelectuais mais proeminentes do período, Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), foi uma das mentes responsáveis pela divulgação de possíveis soluções autoritárias para o Brasil durante seu período de pesquisa, entre os anos 1918 e 1937. Defensor ferrenho do nacionalismo em torno de um projeto político unificador, se interessou, como afirma Evaldo Vieira (2010), pela resolução "do problema nacional" e pela "transformação da classe dirigente em classe dominante" (VIEIRA: 2010, p. 12). Oliveira Viana também fez questão de demarcar, ao lado de outros pensadores como Antônio José

do Azevedo Amaral (1881-1942), as principais diferenças entre autoritarismo e totalitarismo, com intuito principal de diferenciar a experiência que o Brasil precisava para crescer, de acordo com sua visão, de regimes europeus como o nazista. Para ele, a criação de um partido único, como o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (o Partido Nazista), era desnecessária e até mesmo inviável no Brasil, principalmente por questões que abarcavam características psicossociais do povo brasileiro, como é possível observar em um trecho de sua obra:

> Não há em nosso povo, na sua psicologia coletiva, condições para a constituição de uma mística viva e orgânica, uma mística que se apodere da alma nacional e a mova em um sentido nitidamente determinado, para um objetivo preciso – como o nacionalismo imperialista dos italianos de Mussolini ou o nacionalismo racista dos alemães de Hitler. Uma pequena coorte ou falange de homens de elite poderá, aqui, tornar-se de uma mística e agir no sentido dela; não um partido, mesmo que ele represente uma minoria da Nação e seja o único partido militante. (VIANA *apud* VIEIRA: 2010, p. 11)

Já deixando clara a importância de um Poder Executivo forte e centralizador em sua visão, Oliveira Viana contrapõe a ideia de se criar um partido único, aos moldes do nazista e fascista, com uma solução: "O que precisamos é do Presidente Único. Isto é, do Presidente que não divida com ninguém sua autoridade; do Presidente soberano, exercendo, em suma, seu poder em nome da Nação, só a ela subordinado e só a ela dependente" (VIANA *apud* VIEIRA: 2010, p. 11). Como forma de alcançar sua principal meta, a unidade e um sistema de organização nacional, Oliveira Viana propôs, principalmente, a adesão do país ao corporativismo. O sistema, que de acordo com Vieira (2010) tem uma definição inconstante, já que foi utilizado de diversas maneiras por diferentes grupos e governos, pode ser descrito, em linhas gerais, como "aquele que nasce de grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos destes e das forças culturais que o orientam" (VIEIRA: 2010, p. 23).

As corporações profissionais seriam, sendo assim, representantes dos interesses econômicos de grupos específicos da sociedade, o que, de acordo com o pensamento de Oliveira Viana, era o suficiente para abarcar todas as necessidades individuais do povo, já que os grupos seriam inseridos, cada um, em suas respectivas corporações. Visão mais ou menos parecida com a de António de Oliveira Salazar (1889-1970), o ditador português, que dizia:

> O maior problema político de nossa era há de ser constituído pela necessidade de organizar a nação, o mais possível no seu plano natural, quer

> dizer, respeitados os agrupamentos espontâneos dos homens à volta de seus interesses ou atividades para enquadrar o Estado, de modo que este quase não seja senão a representação daquela com os órgãos próprios para realizarem os fins coletivos. (SALAZAR *apud* VIEIRA: 2010, p. 23).

A conceituação do Estado Corporativo de Oliveira Viana também pode ser melhor esclarecida através das críticas de Max Weber ao corporativismo, transcritas na obra de Vieira (2010). Weber atacava a possível submissão das lideranças corporativas aos seus financiadores e aos capitalistas já que, segundo sua visão, poderiam atrapalhar a resolução de problemas profissionais, que acabariam tendo uma solução quase sempre política. Defendendo inteiramente o sistema eleitoral, suas ideias se chocavam com as do Estado Corporativo, que "ao contrário, não se interessaria senão pela realização da concordância, da conciliação, consumindo o indivíduo em sua organicidade" (VIEIRA: 2010, p. 25).

Ao analisar as leituras de Manoilescu feitas por Oliveira Viana, que buscou inspiração no autor para compor sua doutrina corporativista para o Brasil, Vieira aponta ainda outra questão a respeito da implantação do corporativismo no país através de um Estado forte: "Aparecendo como corporação, para em seguida receber a qualidade de supercorporação, o Estado passa a ter o direito de sobrepor-se a todas elas, sendo o único a criar critérios, que a nação é obrigada a aceitar" (VIEIRA: 2010, p. 59). Buscando a união do chamado "país real" com o "país legal", Oliveira Viana entende a organização corporativa como conciliadora por usar a autoridade do Estado para homogeneização, em um país que, segundo ele, carece de educação política. Sendo assim:

> No nível desta concepção, as organizações corporativas funcionam como mediadoras entre os dois países, sob a égide de um Estado sem partido único e sem ideologia organizada, que substitui o princípio da liberdade pelo princípio da autoridade. (VIEIRA: 2010, p. 75)

Oliveira Viana também tratou a questão racial no Brasil como um fator importante em sua obra intitulada "Populações Meridionais do Brasil", deixando clara sua preocupação a respeito da formação do povo brasileiro e da grande diferença, por razões étnicas, entre população do Sul e do Norte do Brasil. De acordo com Vieira, o Olveira Viana discutiu "problemas relacionados com mestiços causadores de anarquia, com a degradação do mulato, com o processo de seleção dos mestiços, com o branqueamento, com a arianização e com as relações entre arianismo e poder" (VIEIRA: 2010, p. 115).

Acreditando que boa parte do desenvolvimento de uma nação era dado, principalmente, pela índole de seu povo, Viana argumentava na mesma obra que a amoralidade - causada, segundo ele, pela mistura de raças - tornava os homens mestiços

inferiores e totalmente inaptos à cargos de liderança ou de qualquer espécie. Favorável ao branqueamento, Viana dividiu em uma pirâmide as três etnias formadoras do Brasil em ordem de importância, segundo sua visão, como exemplificou Boris Fausto (2001): em primeiro lugar os arianos brancos, em segundo os mestiços arianizados e, abaixo, os negros, índios e outros mestiços.

Os intelectuais interessados em discutir a formação de um "povo brasileiro" davam uma importância significativa ao determinismo racial em relação ao desenvolvimento do país. Mas, com uma população constituída, no período, majoritariamente por negros e pardos, era difícil a aplicação de teorias relacionadas à separação das raças, como algumas colocadas em prática na Europa. "Desse modo, a defesa da separação de raças seria, no mínimo, muito difícil de ser sustentada" (FAUSTO: 2001, p. 38). Além de Oliveira Viana, os escritos de Azevedo Amaral, conhecido principalmente por propor um regime autoritário com intuito de industrializar o país, também fazem questão de buscar soluções para o que considerava um dos principais problemas brasileiros, a suposta "impureza" étnica do Brasil.

> Segundo Amaral, a formação de um tipo étnico brasileiro, à altura da tarefa de construção nacional, era um dever do Estado, a quem caberia, para tanto, promover a eugenia, incentivando as uniões convenientes e a seleção das etnias imigratórias desejáveis (FAUSTO: 2001, p. 43).

Azevedo Amaral destacava ainda que, além de resolver os problemas de raça, um regime autoritário no Brasil seria totalmente eficiente na resolução de problemas históricos em nossas instituições e, de acordo com Vieira (2010), ele enxergou a ditadura como o ideal para a resolução das "distorções institucionais" do país. O corporativismo de Oliveira Viana, por exemplo, também pode ser encontrado nas obras de Azevedo Amaral, que com ele "pretende que a organização política expresse diretamente os interesses dos grupos marginalizados, tanto aqueles que atuam 'na produção e distribuição das riquezas' como os que desenvolvem espiritualmente a coletividade" (VIEIRA: 2010, p. 89-90). Todas as proposições do autor, que chegou a ser um dos ideólogos mais atuantes do país no período e durante o Estado Novo, visavam o estabelecimento da ordem que, para ser alcançada, poderia até mesmo justificar a repressão aos divergentes e se sobrepor à liberdade.

> Assim, para que uma nação se organize com probabilidades de enfrentar vitoriosamente as vicissitudes com que o futuro a pode surpreender, o conceito de liberdade tem de ajustar-se aos imperativos da sobrevivência, que impõem a necessária ascendência de um ritmo unificador expresso na ideia de autoridade. (AMARAL *apud* FAUSTO: 2010, p. 47)

Mas, com um Brasil onde a principal fonte de acumulação de capital era primária no período, o sonho de um país baseado em uma estrutura corporativista, principalmente nos moldes de Oliveira Viana, acabou não se concretizando, apesar de seus pressupostos terem sido aproveitados nas Constituições de 1934, 1937 e 1946, que absorveram ideias básicas do autor. Mesmo não tendo sido, de fato, aplicados, a atualidade dos princípios estruturais da obra de Viana é evidente: "Sua confiança num Estado forte, criador da nação, ainda hoje se mantém viva para muitos pensadores políticos brasileiros" (VIEIRA: 2010, p. 27).

Já Alberto Torres (1865-1917), pensador católico e tradicionalista conhecido principalmente por ser um crítico duro das doutrinas liberais e uma das maiores influências de Oliveira Viana no cenário nacional, não dava em sua obra ênfase em questões raciais, mas também pensou na formação de um indivíduo essencialmente brasileiro ao criticar firmemente a imigração que, segundo ele, era a responsável por criar indivíduos preguiçosos e boêmios, formando um "operário flutuante, boêmio, que produz sem fixar-se e sem consumir" (TORRES *apud* FAUSTO: 2001, p. 26). Suas influências nos autores seguintes se dariam, então, principalmente em questões relacionadas ao nacionalismo que precisava ser penetrado na alma do povo brasileiro, através da hierarquização da sociedade. Como esclarece Evaldo Vieira (2010), como Alberto Torres pensou também em meios para se assegurar e permitir as liberdades individuais, o intelectual serviu apenas como um "teorizador e divulgador do Estado forte e intervencionista" (VIEIRA: 2010, p. 84) para Oliveira Viana, que ignorou o restante de suas afirmações.

Um outro intelectual de grande relevância nesse contexto foi Francisco Campos (1891-1968), que esteve, durante seu período de atuação, em diversos cargos públicos de importância. Ele chegou ainda a influenciar tomadas de decisões do então Presidente Getúlio Vargas desde 1930 - principalmente em seu regime autoritário do Estado Novo -, e também no início da Ditadura Militar, quando "reassumiu plenamente seu papel de formulador de instituições autoritárias, ao elaborar em 1964, juntamente com Carlos Medeiros da Silva, os primeiros decretos básicos de exceção do regime militar: os Atos Institucionais" (FAUSTO: 2001, p. 29). Antes disso, durante a fase de maior repressão do Estado Novo, foi ministro da Justiça e teve a oportunidade de colocar em prática boa parte de seus ideais repressivos.

Em um período em que "os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade" (MICELI: 2001, p. 197), Francisco Campos mantinha um "*status* de homem do governo" (MEDEIROS: 1974, p. 68). Além de ter

investido, ainda segundo Medeiros, contra a noção rousseauniana sobre os direitos do homem e do individualismo, parte das teorias de Campos acerca da agitação das massas, ao lado de outros autores da época, indicavam uma diferença significativa entre os ideólogos brasileiros e os regimes nazista e fascista na Europa:

> Ao contrário dos fascistas e dos nazistas, os nacionalistas autoritários viam essa irrupção como um problema e não como um trunfo para seus objetivos. Nas condições brasileiras, tal visão era reforçada pelo fato de que não havia no país uma ampla mobilização dos setores populares, como ocorrera na Itália e Alemanha antes da vitória do nazi-fascismo (FAUSTO: 2001, p. 47-48).

Isso seria o suficiente para justificar, de acordo com Campos, a defesa da implantação de um regime forte e autoritário, para que não houvesse o risco de uma possível agitação social. Era por este motivo, também, que o intelectual colocava uma importância significativa na educação do povo e, enquanto foi Ministro da Educação, reformou o ensino fundamental e médio através de "programas educacionais e pedagógicos" (MEDEIROS: 1974, p. 81), pois acreditava que a educação era fundamental para construir as bases do nacionalismo.

Boa parte das produções teóricas dos ideólogos apresentados foram, ao final da década de 1930, usadas como forma de justificar e até mesmo distinguir o regime recém-implantado por Getúlio Vargas, que se tornou um ditador-presidente após 1937, de outros movimentos semelhantes. Boris Fausto (2001) salienta que, além de explicar aos brasileiros os métodos e finalidades do Estado Novo, os intelectuais tinham a intenção de "separar o governo Vargas do movimento fascista, encarnado pela Aliança Integralista Brasileira (AIB)" (FAUSTO: 2001, p. 12).

Fundado em 1932 por Plínio Salgado, o movimento integralista tinha a intenção de cristalizar ideias de extrema direita no Brasil e também foi gerado a partir de um grande descontentamento com a República. "O Império legou à República um país Unido, homogêneo [...], a República, com mais vinte ou trinta anos, terá completado a sua obra de dissociação" (SALGADO *apud* TRINDADE: 1979, p. 75). Assim como as atividades autoritárias na Europa, que Salgado conheceu pessoalmente através de viagens, o Integralismo brasileiro tinha como mote o antiliberalismo, o anticomunismo e o nacionalismo. Apesar de terem conseguido expressão considerável, o movimento é considerado efêmero: "O integralismo, como movimento de massa, caracterizou-se por uma vida ruidosa, mas efêmera, ficando imprensado entre o catolicismo conservador e os autoritários, admitidas as afinidades recíprocas" (FAUSTO: 2001, p. 66).

## 3. O ódio ressentido à democracia

A vida dos brasileiros e a estrutura social do país mudou de maneira significativa a partir da Primeira República e com os novos ideais do liberalismo que passaram a ser empregados no Brasil. Não foi à toa que estas mudanças, que traziam novas nuances democráticas e uma concepção diferente das liberdades individuais, geraram conflitos e fizeram com o que país experimentasse vários tipos de governos distintos - em sua maioria autoritários - a fim de resolver o interminável "problema nacional".

Em um panorama mais amplo, ao analisar o início do sistema democrático de governo e seus pormenores, o filósofo francês Jacques Rancière (2014) afirma aqueles que acusam o regime democrático, que nesse contexto seria, segundo o autor, "o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos de massa modernos" (RANCIÈRE: 2014, p. 08), tratam a democracia como a grande causadora das mudanças estruturais da sociedade moderna, de seus diversos sintomas e males. O ódio à democracia, objeto de estudo e nome da obra em questão de Rancière, não é, segundo o filósofo, algo novo. Ao analisar o uso inicial da palavra na Grécia Antiga, o autor mostra que os termos "ódio" e "democracia" são próximos em sua origem:

> É óbvio que o ódio à democracia não é algo novo. É tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão. Continuou como sinônimo de abominação para todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências. (RANCIÈRE: 2014, p. 08)

Ao enquadrar o brasileiro como um povo ressentido, em sua obra onde tece as configurações do ressentimento, Maria Rita Kehl (2015) afirma que a população brasileira tem extrema dificuldade de se entender como agente transformadora da realidade social, e que pode, ela mesma, mudar o meio e a estrutura em que vive a partir de suas próprias ações, parte fundamental do ideal democrático. Por conta disso, teria se estabelecido uma visão de que é preciso uma figura forte e autoritária e de regimes em que a força é empregada de forma a coagir as liberdades individuais, como os que surgiram durante todo o século XX. Entendendo a democracia no país como um grande "mal-entendido", a autora afirma ainda que essas raízes de subordinação "remontam à tradição paternalista e cordial de mando, que mantém os subordinados em sua relação de dependência filial e servil em relação às autoridades políticas ou patronais" (KEHL: 2015, p. 323). Ao classificar os brasileiros como

“órfãos de pai”, Kehl sinaliza que essa orfandade, ao contrário do que poderia se imaginar, não se traduziu em liberdade e no controle das rédeas de sua própria vivência.

> O que poderia ser uma condição de grande liberdade, se não nos ressentíssemos com isso e não buscássemos sempre, na política, nas práticas religiosas, na cultura de massas, recuperar figuras do pai autoritário e protetor. Nossa suposta orfandade simbólica não produziu uma sociedade emancipada em relação à autoridade paterna, mas uma permanente submissão à autoridade de governantes paternalistas reais, abusados, violentos como o pai da horda primitiva do mito freudiano. (KEHL: 2015, p. 329)

Nesse sentido, o de produzir uma sociedade órfã e desprovida de tudo o que um regime democrático deveria, de fato, oferecer, Rancière (2014) afirma que o maior desafio do governo nas sociedades consideradas democráticas sempre foi conseguir conter o fato democrático para que ele não colocasse em risco “dois bens considerados sinônimos: o governo dos melhores e a defesa da ordem proprietária” (RANCIÈRE: 2014, p. 09). A Constituição dos Estados Unidos, tida como norteadora de diversas constituições ocidentais, é o exemplo clássico utilizado pelo filósofo para assinalar os casos em que, através de mecanismos institucionais, se buscava a defesa do chamado reino da propriedade. Karl Marx (1818 - 1883), acusando as leis e as diversas instituições da democracia republicana de serem as responsáveis por esconder, mantendo as aparências democráticas, as reais intenções e o poder da classe burguesa, afirmou, citado por Rancière, que lutar contra estas aparências é o caminho ideal para a busca de uma democracia “real”, onde não haveria mais a necessidade de representar a liberdade e a igualdade através de instituições da lei e do Estado.

Mas não é contra as instituições de poder da democracia que os homens contrários a ela lutam, de acordo com Rancière, mas sim contra o próprio povo e seus costumes. Para ele, os principais expoentes do ódio ao ideal democrático criticam o suposto demasiado conjunto de direitos e de igualdade dado ao povo pela democracia, o que seria um risco ao todo. O problema consiste, segundo os críticos, nos males trazidos pela ideia persistente do respeito às diferenças, o que acontece quando a democracia se deixa “corromper” pela sociedade democrática. A democracia ideal, então, é aquela que usa seu poder para combater a “malvada” civilização democrática. Por outro lado - e paradoxalmente -, os queixosos da democracia acreditam que ela é boa quando decide espalhar seus ideais através das forças armadas para outros países.

> Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. [...] Os mesmos críticos que não se cansam de denunciar essa América democrática da qual viria todo o mal

> do respeito das diferenças, do direito das minorias e da *affirmative action* [ação afirmativa] que mina nosso universalismo republicano são os primeiros a aplaudir quando essa mesma América trata de espalhar sua democracia pelo mundo através da força das armas. (RANCIÈRE: 2014, p. 10).

O conceito do que seria uma boa democracia passa a se delinear, ainda de acordo a obra de Rancière, a partir da premissa que diz que é preciso exercer um controle efetivo na chamada "vida democrática", ou seja, o excesso de poder do povo, que poderia arruinar todo o sistema democrático. Caso como este aconteceu com os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, afirma o filósofo, quando as autoridades americanas se viram ameaçadas pelo furor de uma militância que queria intervir nos aspectos da atividade governamental, além de desafiar o poder e as instituições.

A solução para a contenção destas energias e para incessante vontade de governar veio com mecanismos para "desviá-las para a busca da prosperidade material, da felicidade privada e dos laços de sociedade" (RANCIÈRE: 2014, p. 17), o que diminuiria, assim, a vontade de se envolver na política em excesso, fazendo com que os indivíduos se voltassem para eles mesmos e suas paixões particulares. Desta maneira, o homem democrático começa a se despir de suas responsabilidades governamentais e adere, em todas as suas relações, o princípio burguês que diz que todas as interações sociais devem se dar pelo esquema do cliente e prestador de serviços, como já apontava Marx em seu Manifesto:

> [a burguesia] afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. [Ela] despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. (MARX *apud* RANCIÈRE: 2014, p. 30).

Esse apassivamento do homem moderno, uma das características do indivíduo ressentido retratado em Kehl (2015), está diretamente ligado ao ideal de uma tutela do Estado protetor, que transforma totalmente indivíduos que eram antes ativos em homens culpados. Ao analisar o homem ressentido a partir da perspectiva de Friedrich Nietzsche (1844-1900), a autora traz o cerne do pensamento do filósofo alemão a respeito, que afirma que "a força coercitiva do Estado sobre os homens, até então nômades e livres, desvalorizou a força dos instintos produzindo sua interiorização progressiva" (KEHL: 2015, págs. 109-110). Sendo assim, ainda segundo a visão nietzschiana presente na obra de Kehl, conforme o homem civilizado se submete e desvaloriza cada vez mais seus próprios instintos, ele acaba se

enfraquecendo e se entregando completamente à tutela moral de sacerdotes e das autoridades.

Ao elaborar uma definição deste indivíduo ressentido, obra de seus estudos, Maria Rita Kehl (2015) esclarece que sua principal característica é sempre atribuir a outros toda a responsabilidade por seus sofrimentos, angústias e tribulações. Incapaz de entender a corresponsabilidade por seus agravos, em que sempre teria uma parcela de culpa, de acordo com a autora, homem do ressentimento está sempre em busca de culpar alguém por seu sofrimento, geralmente a pessoa a quem foi delegada a função de decidir e resolver algo pelo indivíduo, mas falhou.

O ressentido é aquele que faz a dor ser remoída, por conta própria, e não tem a menor intenção de esquecê-la. "O indivíduo não é alguém incapaz de esquecer ou perdoar; é o que não quer se esquecer, ou que quer não se esquecer, não perdoar nem superar o mal que o vitimou" (KEHL: 2015, p. 14). Sendo um sujeito que nunca se permite responder, que não é ativo o suficiente para colocar em prática a "justiça" contra o que sofreu, ele acaba por produzir, de acordo com Kehl, uma espécie de "auto envenenamento psicológico", conceito tirado por ela da obra de Max Scheler, intitulada *"L'homme du ressentiment"* (1922). Neste sentido:

> A raiva, a cólera, a indignação, impedidas de se exercer na direção do objeto, transformam-se em raiva e indignação contra si mesmo; a má consciência, como veremos em Nietzsche, é a contrapartida necessária do ressentimento. A culpa que o ressentido insiste em atribuir ao outro, responsável pelo agravo, é a face manifesta do sentimento inconsciente de culpa que o 'envenenamento psíquico' - o retorno das pulsões agressivas sobre o eu - produz. O ressentido é um vingativo que não se reconhece como tal. (KEHL: 2015, p. 16).

O povo ressentido, então, é aquele que coloca toda a culpa pela situação desastrosa de um país nos políticos, em quem depositaram todo o poder político e decisório da nação. E, na visão de Nietzsche, essa nada mais é que uma das características dos fracos, que preferem deixar de lado sua força de luta, e colocar-se no lugar do oprimido, aquele que sofre constantemente com tudo aquilo que lhe causa opressão. De acordo com Kehl, analisando o pensamento do filósofo alemão, esse indivíduo "vê em tudo aquilo que o oprime e fere, o 'mal' no sentido moral, e em contrapartida elabora a imagem de si mesmo como sendo o bom" (KEHL: 2015, p. 33). Impedido de esquecer dos ultrajes por culpa de sua memória, considerada uma doença em Nietzsche, o ressentido fica incapaz de seguir o fluxo natural da vida presente, que consistiria em corrigir o curso de escolhas do passado e seguir frente. A psicanalista assinala ainda a importância em fazer a diferenciação deste homem

ressentido daquele oprimido em regimes totalitários, já que, no caso do primeiro, existe uma rendição voluntária, uma escolha, situação completamente diferente da vida crua em que o indivíduo inserido no totalitarismo experimenta.

Levando a questão para a atualidade, Kehl coloca o ressentido como o sujeito característico de diversos impasses e conflitos enfrentados pelas sociedades contemporâneas. No caso do Brasil, o ressentimento é produzido, também, no histórico autoritário vivenciado por séculos no país. A expectativa gerada pelos brasileiros, assim como em outros regimes parecidos no mundo, era a de que os líderes fortes no poder eram os responsáveis e tinham como obrigação a resolução dos problemas causadores das aflições do povo. Essa passividade, e a já mencionada dificuldade da sociedade brasileira em se ver como agente transformadora social e política, produz ressentimento. "Do ponto de vista do ressentimento, quem está em questão é sempre o outro" (KEHL: 2015, p. 39).

Também um ponto importante que confirma a presença de um ressentimento social em muitas áreas da sociedade brasileira, segundo a autora, é a grande dificuldade da esquerda política produzir autocrítica, por um certo purismo, e reconhecer suas responsabilidades nas derrotas ocorridas ao longo dos anos, ao invés de repetir sempre a acusação de que os "fortes" são os únicos responsáveis por seus próprios fracassos.

### 3.1 A democracia oligárquica e o afastamento da participação popular

Considerando que, para Rancière, todo Estado é oligárquico, ele acredita que todos estes "males de que sofrem as nossas 'democracias' estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável das oligarquias" (RANCIÈRE: 2014, p. 94). Segundo o autor, a sociedade não vive, de fato, em democracia, mas em Estados de direito oligárquicos que tem um poder limitado, já que precisam reconhecer a soberania popular e as liberdades individuais. Algumas liberdades e "vantagens" já conhecidas, como a liberdade de imprensa, as eleições livres e o direito de manifestação, não são, como reitera Rancière, algo pelo benevolente sistema democrático oligárquico aos cidadãos, mas conquistados pela ação democrática com muita luta.

> Uma 'democracia' seria, em resumo, uma oligarquia que dá à democracia espaço suficiente para alimentar sua paixão. Os espíritos melancólicos invertem o argumento. O governo pacífico da oligarquia desvia as paixões democráticas para os prazeres privados e as torna insensíveis ao bem comum. (RANCIÈRE: 2014, p. 95)

Essa entrega às paixões privadas e egoístas, segundo o filósofo, se dá principalmente por uma cultura do consenso que causa, entre outras coisas, a desobrigação dos indivíduos de governar, de lutar e agir em prol da coletividade. Desse modo, o sujeito passa a experimentar um claro desinteresse pelo bem público, se abstendo de votar nas eleições ou, caso contrário, enxergando o ato do ponto de vista de seus próprios interesses como consumidores. Charles Taylor (2011), ao introduzir em uma de suas obras o que considera os três males da modernidade, coloca também esse mesmo individualismo como um deles, afirmando que essa noção de liberdade democrática acaba desenvolvendo a sensação de que o indivíduo perdeu uma espécie de dimensão heroica da vida, não tendo mais pelo que morrer e, com isso, acaba se voltando para si mesmo.

> Tal perda de propósito estava ligada a um estreitamento. As pessoas perderam a visão mais abrangente porque se centraram na vida individual. A igualdade democrática, diz Tocqueville, orienta o indivíduo para si mesmo. [...] Em outras palavras, o lado sombrio do individualismo é centrar-se em si mesmo, que tanto nivela quanto restringe nossa vida, tornando-a mais pobre em significado e menos preocupada com os outros ou com a sociedade. (TAYLOR: 2011, p. 14)

Com a sociedade se afastando de uma "dimensão coletiva" de pensamento, e deslocando seu foco de interesse para os assuntos privados, a democracia oligárquica, segundo Rancière, pôde livremente instalar uma nova conceituação para a atividade de governar, em que decisões importantes, que alteram cirurgicamente a vida nação, criam ou derrubam instituições, devem ser tomadas por especialistas, melhores instruídos e preparados para governar que o próprio povo. E isso é possível, ainda segundo o filósofo, porque o governo oligárquico e a ciência desenvolveram um pacto que exige todo o poder decisório da nação. E nos momentos em que esse pacto não consegue se estabelecer e a ciência encontra dificuldades de impor sua legitimidade, como quando medidas drásticas econômicas não conseguem a aceitação da população, por exemplo, a culpa é colocada na ignorância e no "populismo", que impedem o povo de enxergar qual é a decisão certa a se tomar.

> Populismo é o nome cômodo com que se dissimula a contradição entre legitimidade popular e científica, a dificuldade do governo e da ciência para aceitar as manifestações da democracia e mesmo a forma mista do sistema representativo. Esse nome mascara e ao mesmo tempo revela a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política. (RANCIÈRE: 2014, págs. 101-102).

Em alguns casos, ainda de acordo com a visão de Rancière, essa ideia já institucionalizada de que o "saber especialista" é o que deve nortear decisões políticas e econômicas, é usada para dar embasamento em algumas medidas que nem sequer são baseadas na ciência e na objetividade. Quando a ciência diz, por exemplo, que vale a pena sacrificar alguns sistemas de proteção ao trabalhador, como a Previdência Social, o autor afirma que isso já não é mais uma questão científica, mas tem base apenas na fé. Isso porque, mesmo que se possa fazer comparações estatísticas que comprovem que a economia do país poderia ser melhorada com medidas semelhantes, colocá-las como a principal promotora de um futuro melhor é exigir que as pessoas coloquem sua fé em prática. Para legitimá-las, então, os governantes tendem a criar instituições supraestatais que não precisam prestar contas ao povo, e com isso têm a liberdade de "despolitizar os assuntos públicos, situá-los em lugares que não são lugares, e não deixam espaço para a invenção democrática de lugares polêmicos" (RANCIÈRE: 2014, p. 103).

Charles Taylor (2011) apresenta teorias parecidas ao falar das consequências da chamada "razão instrumental" como outro mal a ser considerado na modernidade. A partir desta perspectiva, medidas e decisões a serem tomadas deveriam estar submetidas a eficiência máxima e a uma possibilidade de maior custo-benefício. Isso ocorreu, entre outros fatores, a partir do momento em que a sociedade deixou de se estruturar no sagrado, deixando os modos de ação e os arranjos sociais "disponíveis". O medo, de acordo com a visão do filósofo canadense, é de que questões que deveriam ser determinadas por outros critérios também passem pelo crivo da eficiência e custo-benefício máximo, principalmente as que envolvem as vidas humanas, distribuição de riqueza e renda e da organização do espaço público.

> Há diversas coisas que se pode indicar que dão substância a essa preocupação: por exemplo, os modos com que as demandas do crescimento econômico são usadas para justificar distribuições bastante desiguais de riqueza e renda, ou a maneira pela qual essas mesmas demandas nos tornam insensíveis às necessidades do meio ambiente, até mesmo a ponto de um desastre potencial. Ou, então, podemos pensar no modo em que boa parte de nosso planejamento social, em áreas cruciais como avaliação de riscos, é dominada por formas de análise de custo-benefício que envolvem cálculos grotescos, colocando valores tributáveis em vidas humanas (TAYLOR: 2011, p. 15).

‘ Com essa união entre ciência e oligarquia, disposta a fazer o povo se desabituar cada vez mais de sua função de governar, ele acaba sendo impedido de se dividir e se multiplicar. Essa divisão, segundo Rancière, passa então a surgir em outras áreas, como pode ser visto

no crescente retorno dos partidos de extrema-direita pelo mundo, dos fundamentalismos e da criação de grupos identitários. Indo nesta mesma linha de raciocínio, Maria Rita Kehl (2015) dialoga com o filósofo quando diz que, quando o pressuposto de igualdade pregado pela democracia não chega, de fato, isso acaba corroendo todos os laços de solidariedade presentes na sociedade. Com seus semelhantes apresentados como rivais, os membros das sociedades modernas, de acordo com a autora, criam uma predisposição a integrar-se em grandes formações identitárias. "Aí se encontram, por um lado, os dispositivos ideológicos de Estado" (KEHL: 2015, p. 301).

### 3.2 A religião e as formações identitárias

Analisando a obra de Nietzsche sobre o homem ressentido, Kehl (2015) apresenta a importância do cristianismo nesse processo de afastamento do indivíduo democrático de seu lugar anterior de luta para instalá-lo na passividade. Segundo o alemão, as noções de "bem" e "mal" do cristianismo funcionam como uma espécie de ferramenta para promover a domesticação dos homens derrotados, principalmente porque faz com que eles depositem na "vingança espiritual" contra os mais fortes a solução para seus agravos, para algo que os vitimou. Desta forma, os homens "consolam-se de suas derrotas, abandonam a luta e esperam pela recompensa prometida para depois da morte" (KEHL: 2015, p. 112).

Nietzsche (1998), defendendo a vida como vontade de potência, acredita que o homem estará sempre condenado ao ressentimento enquanto sua forma de luta consistir em valorizar e justificar a sua fraqueza. Para ele, ainda de acordo com Kehl, o ressentimento é uma doença dos homens fracos, que passam a identificar suas fraquezas com a bondade, humildade e altruísmo, atribuindo aos fortes, aqueles que nunca ousam enfrentar, a imagem de maus, egoístas e mesquinhos. Assim como Freud, o criador da psicanálise, Nietzsche faz uma análise da civilização humana como patogênica.

> Mas seu pensamento crítico é bem mais contundente do que o de Freud a respeito dos efeitos mórbidos da moral ocidental, em relação à qual propõe a "transvaloração de todos os valores" e a recuperação do espírito trágico da Grécia pré-socrática para curar o homem civilizado de sua debilidade moral, de sua falta de coragem e de vitalidade, de seu medo à vida. (KEHL: 2015, p. 157)

Nietzsche também coloca a culpa, institucionalizada segundo ele com o advento do Deus cristão, como uma das principais causas da existência do homem ressentido. Criadora do que ele chama de "má consciência", que nada mais é que a repressão do instinto de liberdade do indivíduo, ou seja, de sua vontade de potência, a culpa é usada pelo cristianismo - para o filósofo uma ética dos efeitos reativos - para que ele se imponha e rebaixe a vitalidade do homem. "Esse instinto de liberdade reprimido, recuado, encarcerado no íntimo, por fim capaz de desafogar-se somente em si mesmo: isto, apenas isto, foi em seus começos a má consciência" (NIETZSCHE: 1998, p. 75). E até mesmo a crucificação de Jesus Cristo, que deu sua vida para salvar a humanidade, ao contrário de expiar a culpa dos homens, teve a função de eternizá-la, de acordo com a visão nietzschiana, já que o indivíduo se torna moralmente um tipo de "devedor" pelo ato. Comparando a culpa nas obras de Nietzsche e Freud, Maria Rita Kehl aponta a divergência dos dois apenas no que se refere à origem desse sentimento. Diferente de Nietzsche, Freud acredita que a culpa está na origem da lei.

> Tal culpa ancestral transmitida desde o inconsciente, de geração em geração, assemelha-se ao pecado original do Velho Testamento ao propor que o homem é culpado desde o momento em que ergueu a cabeça, desde que passou a andar sobre os dois pés, desde que se diferenciou da ordem natural - seja essa 'ordem' o paraíso terrestre ou a lei do mais forte do pai da horda. (KEHL: 2015, p. 172)

Marilena Chauí (2006), ao analisar em uma de suas obras a estrutura e retorno dos fundamentalismos religiosos, faz um paralelo com esse mesmo indivíduo desprovido de seu instinto de liberdade. Ao citar uma obra de Josep Ramoneda, a autora aponta que sempre houve, nas sociedades ocidentais, um forte empenho em se produzir um homem amedrontado, e que o medo é uma das ferramentas de maior ajuda aos governantes. Um povo com medo acaba favorecendo a unidade nacional e, principalmente, diminui sua exigência com aqueles que governam a sociedade. O medo, nesse sentido, é construído geralmente, de acordo com Ramoneda, pelo estabelecimento de uma figura de um inimigo, mas não qualquer um: "O inimigo é o Outro, o que põe em perigo a própria identidade, seja a ameaça real ou induzida" (RAMONEDA *apud* CHAUÍ: 2006, p. 125).

Nesse mesmo sentido, o de se produzir rivais responsáveis pelo atraso ou problemas da nação, Kehl afirma que a revolta do homem ressentido tende a ser com seus próprios semelhantes do que contra os superiores, como o caso da Alemanha na década de 1930, que depois de passar por uma grave crise econômica, começou a buscar possíveis culpados pela situação dentro do próprio país.

> Da mesma ordem foi a reação alemã à humilhação decorrente da derrota diante dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, que levou à busca de bodes expiatórios dentro da própria Alemanha de modo a reparar o orgulho nacional ferido às custas do expurgo dos "estrangeiros" internos e inofensivos - judeus, doentes mentais, homossexuais, etc.; um caso de vingança imaginária, covarde e deslocada do alvo original (KEHL: 2015, p. 292)

Algumas formas de organização social, instituições como a igreja, partidos e sindicatos, passam então a ganhar cada vez mais prestígio nesse contexto, de acordo com Kehl. Indivíduos ressentidos que não se sentem mais como coatores do pacto social, sendo apenas receptores passivos dos acontecimentos, veem nesses grupos a possibilidade do estabelecimento de uma noção de identidade, geralmente a de vítima, que para a escritora é uma das principais políticas do ressentimento. Boa parte deles buscará, ainda, formas de se organizarem socialmente se utilizando das novas tecnologias, de maneira a compensar essa necessidade de pertencimento. Chauí (2006), também tratando desses grandes grupos de formação identitária em crescimento, diz que eles são muitas vezes fruto de uma crescente ideologia da competência presente no ideário pós-moderno. Essa ideologia prevê, segundo a autora, que pessoas ou grupos que possuem determinado conhecimento tem o direito natural de mandar e também de comandar os demais, fazendo com que assim grandes decisões das nações sejam tomadas por técnicos e especialistas, escapando cada vez mais dos cidadãos.

Ainda de acordo com Chauí (2006), o maior problema é que, além da modernidade ter lançado para o espaço privado as religiões, ela promoveu um grande encolhimento do espaço público, o que acaba expulsando os homens do esquema decisório da política e dando às religiões novamente um papel de ordenação e coesão social. É através desse tipo de brecha que algumas patologias sociais da direita, como o racismo e o fascismo, se estabelecem, segundo Kehl, servindo como uma forma de compensação narcísica de um sentimento de insignificância.

Em outro lado desta busca por inimigos e rivais, estão os que se sentem totalmente injustiçados por terem perdidos privilégios para outros grupos marginalizados em ascensão, como aqueles que lutam para não caírem mais ainda na hierarquia social. Esse mesmo sentimento, porém, também pode ser observado em classes historicamente privilegiadas que agora se sentem ameaçadas por considerarem suas vantagens direitos naturais. Ingressar e aprovar voluntariamente regimes totalitários, nesse caso, pode significar para alguns homens a possibilidade de participar do governo de alguma forma e, ao mesmo tempo, garantir o

estabelecimento ou a permanência de alguns privilégios: “Servir voluntariamente ao totalitarismo é uma forma de participar do poder (e gozar dele como, por exemplo, exercendo as pequenas prerrogativas tirânicas da delação) sem ter de se responsabilizar por suas consequências” (KEHL: 2015, p. 305).

### 3.3 Os desafios do Brasil para superar o ressentimento social

Ao pensar o ressentimento na figura do homem brasileiro, Kehl (2015) concluiu que, com o avanço na direção da modernidade, o país viu desaparecer o sentimento de unidade nacional, presente no período colonial. O que acarretou na eterna busca por identidade que a nação experimentou nos últimos anos, geradora da já mencionada orfandade sofrida pelos brasileiros. Em decorrência disso, segundo a autora, o brasileiro nunca conseguiu, de fato, prestar contas com seu próprio passado, superar seus agravos e valorizar suas conquistas, conjunto de ações consideradas fundamentais para se livrar desse ressentimento histórico. Aí estaria o motivo que faz com que a sociedade brasileira esteja sempre buscando o reconhecimento de seu valor, não em si mesma, mas nas nações mais poderosas, deixando evidente uma submissão aos fortes e um “complexo de inferioridade” característico do país.

> Nosso ‘avanço’ na direção da modernidade teria nos custado o preço do apagamento de nossa origem - o desprezo pelas “raças escuras” do negro e do índio, a desvalorização do português bronco (vindo de um país já em decadência); a eleição do modelo francês (na cultura) e inglês (na gestão do capitalismo) como ideais (KEHL: 2015, p. 328).

A cordialidade da população brasileira é outro fator que, na visão da autora, faz com que a nação receba as decisões políticas de maneira passiva e deposite nas autoridades a satisfação de todas as suas demandas. Esse tipo de comportamento é vantajoso para as elites e, segundo a Kehl, ajuda a mascarar uma série de abusos e a domesticar as classes subordinadas, já que enfraquece os impulsos na direção de sua própria emancipação. Outra característica deste homem cordial, a partir desta visão, é o seu entendimento de que os serviços públicos e outros direitos são um favor especial, concedidos, de bom grado, pelas autoridades. Essa mentalidade de “casa grande”, como considera a psicanalista, está presente em muitos setores da sociedade brasileira, que aceitam um modelo de governo ainda calcado na tradição rural, onde o líder político não representa os interesses da maioria, mas sim a

figura do pai autoritário e protetor. O ressentimento social no Brasil estaria justamente no fracasso deste modelo de poder, sendo fruto também da covardia política da população.

O que falta à nação, de acordo com Kehl, não é um líder político forte, que viria para salvar a pátria através de sua posição de autoridade inatingível, mas sim associações fraternas entre os indivíduos, ou seja, o reconhecimento de ações verdadeiramente republicanas. O ressentimento seria curado, desta forma, fortalecendo os laços entre os cidadãos e não através de ações partidas de cima, pelo Estado. "O que faltou no Brasil republicano não foi um pai fundador cuja imagem pudesse sustentar nossa autoestima, mas a criação de mecanismos de incorporação de todas as classes sociais à vida da recém proclamada República" (KEHL: 2015, p. 336). A decepção com essa figura e com as diversas promessas que nunca são cumpridas, não dispõe, porém, os brasileiros a agir em prol de melhorias. Eles preferem, de acordo com a autora, se transformarem em um exército de homens queixosos passivos, carregados por um desejo de vingança que faz com que eles se alinhem ao que existe de pior entre os conservadores.

Partindo da mesma linha de raciocínio, Charles Taylor (2011) afirma que as estruturas e as instituições da sociedade industrial restringem de maneira severa a liberdade de escolha dos indivíduos, além de fazer com que eles tenham cada vez menos interesse em participar do governo. Usando as palavras de Tocqueville, o filósofo diz que quanto mais os homens são "fechados em seus corações", ou seja, quanto mais restringem seu olhar a uma dimensão privada da vida, menos terão interesse em governar, gerando uma forma moderna de despotismo, onde o poder é tutelar e o povo tem pouco ou nenhum controle. "A solução para isso, pensa Tocqueville, é uma vigorosa cultura política na qual a participação é valorizada, em muitos níveis de governo e nas associações voluntárias também" (TAYLOR: 2011, p. 19).

## 4. As redes sociais em tempos de ressentimento

Partindo das teorias sobre o ressentimento e o ódio à democracia nos estudos de Maria Rita Kehl (2015) e Rancière (2014), entre outros autores, é de suma importância analisar a situação deste indivíduo mais fechado em si mesmo e apegado à suas paixões e interesses privados levando em consideração as novas formas de interação *online*, através dos diversos sites de relacionamentos da atualidade, e o surgimento do ciberespaço, que aparecem como facilitadores ou promotores de algumas situações e comportamentos. No Brasil, especialmente, o uso de determinadas mídias para fins sociais é antigo. Cláudio Cardoso de Paiva (2013), em um artigo em que estuda as manifestações nas redes sociais a respeito do julgamento do mensalão, afirma que a história política do país sempre esteve relacionada à história dos usos sociais da mídia.

> O rádio foi crucial na populista era Vargas e na reportagem radiofônica durante a II Guerra Mundial. O cinema forjou a "sociedade do sonho" e a politização do olhar no Brasil urbano. A TV foi decisiva no projeto de 'integração nacional', nos anos 70 e na denúncia da corrupção, nos anos 90. (PAIVA: 2013, p. 02)

E a Internet, que no período contemporâneo demonstra ser uma ferramenta de imensa importância em diversos âmbitos da sociedade, assume, desde a sua guinada em 1984 - principalmente em termos de expansão da distribuição - um papel fundamental em decisões políticas e sociais, como salientam Henrique Antoun e Fábio Malini (2013) em sua obra conjunta sobre as manifestações e ativismos nas redes sociais *online*. De acordo com os autores, até meados da década de 1980 a Internet ainda era fechada e usada primordialmente para promover a chamada guerra nas estrelas, que terminou com a União Soviética deixando de lado suas aspirações comunistas.

Foi com a saída dos militares da ARPAnet, uma rede operacional de computadores para fins militares precursora da Internet, que se iniciou o processo que culminou no desenvolvimento da rede mundial de computadores que conhecemos hoje. Com militares migrando para a MilNet (*Military Network*), de acordo com Malini e Antoun, a rede global - inicialmente criada para ser uma máquina de combate no contexto da Guerra Fria - expande sua quantidade de conexões através do modem e da rede telefônica e surge como um grande dispositivo de troca e cooperações, ao mesmo tempo em que também se expandia ao uso civil. Desde os momentos iniciais, a rede já aspirava interações comunicacionais, e um dos primeiros passos para a comunicação entre computadores, segundo os autores, foi a

plataforma *Usenet*, que permitia conversação *online* para discussões sobre assuntos relacionados à computação.

> Em 1979, três estudantes da Universidade de Duke e da Universidade da Carolina do Norte – não participantes da ARPAnet – criaram uma versão modificada do protocolo Unix que possibilitou a ligação de computadores por meio da linha telefônica. Usaram-na para iniciar um fórum de discussões *online* sobre os computadores, o Usenet, que logo se tornou um dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala (CASTELLS *apud* MALINI & ANTOUN: 2013, p. 19).

Porém, o sistema mais parecido com as redes sociais da atualidade foi o BBS (Bulletin Board System), um software capaz de, através da conexão com uma linha telefônica e um modem, compartilhar dados entre dois ou mais computadores. Criado pelo anarquista e ativista gay Tom Jennings em 1984, o mesmo ano da criação do ciberespaço (MALINI & ANTOUN, 2013), o "clube BBS" era pago e possibilitou que qualquer pessoa, de sua própria casa, conversasse e trocasse informações em tempo real. Além de seus fins comuns, como o envio de aplicativos, jogos *online* e informações de lazer, o BBS chegou a ser usado também por empresas para interagir com funcionários fora dos limites da empresa, revolucionando também outro tipo de interação em rede, a profissional. Criada em 1969 com outro objetivo, em 1984 a Internet passa a ser aos poucos enxergada por um de seus maiores feitos: a simples e rápida comunicação entre pessoas.

> As BBSs têm algo em comum com os "zines", as revistas populares, comunitárias, de pequena circulação que surgiram dos fanzines dos fanáticos por ficção científica. Os editores de zines e os operadores de BBS são, ambos, canais para a manifestação direta da cultura popular, não editada, não polida, às vezes ofensiva das sensibilidades tradicionais (RHEINGOLD *apud* MALINI & ANTOUN: 2013, p. 38)

As tecnologias que foram criadas em seguida, como o código *html*, os protocolos e http e a *World Wide Web* (WWW), bases da rede global de computadores que conhecemos, possibilitaram que o cidadão tivesse cada vez mais acesso a uma vasta quantidade de informações e que também pudesse compartilhá-las, segundo Malini e Antoun (2013).

O projeto da Web, como aponta Raquel Recuero (2012), foi apresentado por Tim Berners-Lee em um fórum de discussão com a intenção original justamente promover a comunicação: o programador pretendia, entre outras coisas, tornar mais simples a troca de documentos e pesquisas entre seus colegas. Sendo assim, a principal mudança na sociedade com a chegada da internet, segundo a autora, foi a possibilidade dos indivíduos se expressarem e socializarem através das ferramentas da comunicação mediada pelo

computador (CMC). Elas tornavam possíveis, principalmente, “que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores” (RECUERO: 2009, p. 24).

A teoria de Oldenburg (1989) sobre os terceiros lugares, citada por Recuero, traz as possíveis condições, segundo a autora, para que a comunicação mediada pelo computador tenha encontrado um terreno fértil. De acordo com a visão do autor, há três tipos distintos de lugares na vida do homem: o primeiro, constituído pelo lar e pela família; o segundo, formado pelo trabalho e a vida profissional; e o terceiro, o lazer, caracterizado por exemplo pelos pubs, parques e espaços de diversão em geral. O declínio do último, proporcionado pelo medo e violência, estaria ligado ao isolamento das pessoas e, principalmente, à efemeridade das relações sociais. Nesse contexto, segundo Rheingold (1995), o aumento do uso das ferramentas de comunicação mediada pelo computador e as comunidades virtuais surgiriam como um esforço contrário da sociedade em direção ao social.

Apesar do fenômeno das redes sociais na Internet ser relativamente novo, tendo como pontapé inicial o BBS de Tom Jennings em 1984, o estudo das sociedades a partir do conceito de redes é mais antigo. Essa característica de pesquisa representou, de acordo com Recuero (2009), uma das principais mudanças que permeou a ciência em todo o século XX, quando estudiosos passaram a dar foco nos fenômenos constituídos através da interação entre as partes. Pensamento este defendido pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy (1975), que acreditava que a nova abordagem era fruto de uma necessidade da ciência em entender a totalidade de um fenômeno e não mais partes independentes umas das outras.

Também na física quântica de Einstein e Heisenberg, durante a década de 1920, poderiam ser observados traços dessa estrutura de pensamento, segundo Recuero (2009), através da perspectiva de estudo das interações nos níveis subatômicos. Surgido na matemática, o estudo usando grafos - representações de uma rede com nós, arestas e conexões - passa a ser usado para analisar diversos sistemas distintos e suas interações, inclusive nas ciências sociais, já que a ferramenta permite extrair diversos dados como a criação de estruturas sociais, dinâmicas, capital social e diferenças entre grupos. "Estudar as redes sociais, portanto, é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição de grupos sociais" (RECUERO: 2009, p. 22).

A partir do uso dos grafos, Recuero (2009) apresenta algumas características principais da estrutura das redes sociais. Partindo da conceituação de Wasserman e Faust (1994) e Degenne e Forse (1999), a autora afirma que uma rede é formada basicamente por

dois fatores: os atores, representados pelas pessoas, instituições e grupos - os nós -, e por suas conexões, os laços e as interações sociais. Parte fundamental da engrenagem do sistema de redes, os atores não são imediatamente discerníveis por conta da mediação do computador e ajudam a moldar as estruturas sociais através da interação e da criação de laços. Por conta desse distanciamento, Recuero (2009) destaca ainda que não se trabalha, na Internet, com atores "de verdade", mas sim com representações e construções identitárias destes atores no ciberespaço. É nesse contexto que as redes sociais na Internet se tornam, tomando termos de Sibilia (2003 e 2004) e Lemos (2002b), espaços de "construção de si" e "narração do eu", já que surgem como um local onde cada um pode se transcrever da maneira que bem desejar. Sobre esse processo constante de construção e expressão de identidade dos atores no ciberespaço, a autora salienta:

> Essas apropriações funcionam como uma presença do "eu" no ciberespaço, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. Essa individualização dessa expressão, de alguém "que fala" através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet. Sibilia (2003) chama de "imperativo da visibilidade" da nossa sociedade atual essa necessidade de exposição pessoal. Esse imperativo, decorrente da intersecção entre o público e o privado, para ser uma consequência direta do fenômeno globalizante, que exacerba o individualismo. É preciso ser "visto" para existir no ciberespaço. (RECUERO: 2009, p. 27).

Com a mediação do computador, ainda, essas interações e relações entre os atores se dão de maneira substancialmente diferente da comunicação face a face, sendo a principal mudança o distanciamento entre os indivíduos envolvidos no processo comunicativo, o que pode alterar de maneira significativa a forma da qual ela a comunicação é estabelecida, de acordo com Recuero (2009). O anonimato, proporcionado por esse distanciamento que impede que a relação entre corpo físico e personalidade do ator seja identificada imediatamente, pode facilitar o início e o término de diversas relações, já que possíveis limitações como cor, sexualidade e barreiras físicas que existiriam fora do mundo *online* inicialmente não são dadas a conhecer. De acordo com a autora, os atores passam a ter mais liberdade podem ainda usar o ciberespaço para se reconstruírem socialmente. É a partir disso que algumas relações sociais, segundo a visão de Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997), citados por Recuero (2009), encontram facilidade na construção de laços sociais, ou seja, uma efetiva conexão entre os atores envolvidos em uma interação específica.

As redes sociais na Internet ganham ainda mais importância pois, na visão de Recuero, elas são capazes de facilitar a emergência de alguns tipos de capital social que são mais difíceis no mundo *offline*. Rapidamente qualquer ator pode desenvolver uma rede de

amizade ou seguidores de 400 amigos, por exemplo, criando uma quantidade de conexões que dificilmente seria possível fora da rede global de computadores. Fato este que "pode, inclusive, auxiliar a construir impressões de popularidade que transpassam ao espaço *offline*" (RECUERO: 2009, p. 107). Com isso também é possível determinar alguns dos valores relacionados aos sites de redes sociais na internet: a visibilidade, ou seja, a possibilidade dos atores estarem mais conectados e visíveis entre si; a reputação, que consiste na percepção construída pelos demais atores; a popularidade, relacionada à capacidade de audiência; e a autoridade, ligada diretamente ao poder de influência de um nó na rede social.

A popularidade dessas ferramentas estaria relacionada, de acordo com Lanhan (2006), ao fato de que o grande valor escasso na sociedade não seria mais a informação, mas a atenção. E é isso que justamente as interações e as conexões em rede geram, de acordo com Recuero (2012): visibilidade, reputação e popularidade. Ela afirma ainda que facilidade na divulgação de informações - de maneira quase epidêmica, como vê Barabási (2003) - é um dos fatores utilizados pelos atores para a construção de suas próprias imagens na rede, que ajudam a moldar suas interações e a criar conexões.

> Os atores são conscientes das impressões que desejam criar e dos valores e impressões que podem ser construídos nas redes sociais mediada pelo computador. Por conta disso, é possível que as informações que escolhem divulgar e publicar sejam diretamente influenciadas pela percepção de valor que poderão gerar. (RECUERO: 2009, p. 117).

## 4.1 A Internet e as novas formas de conversação mediadas pelo computador

Raquel Recuero (2012) salienta, logo na introdução de sua segunda obra a respeito das redes sociais na Internet, que as conversações *online* não são determinadas pela existência dos novos meios, mas sim são elementos de apropriação de grupos sociais de ferramentas com potencial comunicativo. As ferramentas na Internet apropriadas para fins comunicacionais seriam, dessa forma, um meio de suprir a necessidade das pessoas em se relacionarem socialmente, de intensificarem seus laços de afinidade e seus interesses em comum. Os computadores foram apropriados, de acordo com a autora, como ferramentas de uso social e estudar esse processo é fundamental para, entre outras coisas, compreender como se dá a sociabilidade na contemporaneidade. "A conversação é, assim, como dissemos, a porta através da qual as interações sociais e as relações sociais se estabelecem. É por meio

dela que estabelecemos também nossas primeiras experiências sociais" (RECUERO: 2012, p. 29).

É importante ressaltar, porém, que alguns rituais tradicionais da conversação presencial não são evidentes no ciberespaço e, por conta disso, se estabelecem nuances únicas da conversação em rede. Nesse sentido, Recuero esclarece que determinados ritos de abertura e fechamento de conversa, a troca de falantes, linguagens específicas e formatos não são imediatamente identificados e isso - aliada com a mediação digital - pode transformar a conversação fundamentalmente. Uma dessas transformações mais claras, ainda de acordo com a autora, está relacionada ao tempo: o conceito de unidade temporal na conversação mediada pelo computador se torna elástico. As conversas acontecem, muitas vezes, com longos intervalos - de horas ou até dias - podendo alterar, inclusive, a percepção do contexto da fala.

> A conversação, no ambiente mediado pelo computador, assim, assume idiossincrasias próprias que são decorrentes da apropriação dos meios para o uso conversacional. Ela é, portanto, menos uma determinação da ferramenta e mais uma prática de uso e construção de significado dos interagentes, sejam essas ferramentas construídas para isso ou não. (RECUERO: 2012, p. 39)

A forte característica apropriadora dos indivíduos em relação às ferramentas disponíveis *online* pode ser observada, na visão de Recuero, no fato da escrita ser majoritariamente oralizada nesses espaços. Apesar dos facilitadores da comunicação por vídeo na atualidade, os usuários ainda usam em massa um sistema comunicacional prioritariamente escrito, que acabam ressignificando para uma “escrita falada", reproduzindo o máximo possível a interação física e promovendo contornos semelhantes ao da conversação oral. Se baseando em Rheingold (1995), a autora afirma que talvez estas características sejam as responsáveis pela conversação no ciberespaço ser relacionada à construção de relações sociais e, principalmente, a criação de agrupamentos. Permitindo que as pessoas publiquem e ampliem suas próprias redes, as conversações na Internet também são capazes, segundo Recuero (2012), de estabelecer diversas transformações que ocorrem em sociedade.

> Elas são capazes de gerar fenômenos musicais, fazendo com que outras pessoas assistam a um vídeo de música, de influenciar eleições, levando políticos a se retratarem publicamente, de refletir tendências e de comentar coletivamente os programas de televisão. Elas podem organizar movimentos de ocupação em todo mundo e influenciam revoltas armadas São, fundamentalmente, conversações amplificadas, emergentes e complexas, nascidas da interconexão entre os atores (RECUERO: 2012, p. 122).

## 4.2 Um novo espírito do capitalismo e as redes sociais na Internet

Uma outra abordagem a respeito do uso e da rápida emergência dos sites de relacionamento baseado na Internet está ligada ao conceito de um novo espírito do capitalismo. Alguns autores argumentam que diversas características desse novo momento do sistema capitalista mundial - também chamado de tardio - podem ser alinhadas com diversas alterações e possibilidades que a Internet proporcionou. Em um artigo em que articula as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) com os valores do capitalismo tardio, Carla Rodrigues (2010) afirma que, assim como ocorreu o fim da distinção entre vida profissional e privada, as vidas *online* e *offline* caminham para se tornar a mesma coisa, o que confirma, segundo ela, as afirmações de Leo Manovich: "Agora, a web é uma realidade para milhões, e a dose diária de 'ciberespaço' é tão grande na vida de uma pessoa que o termo não faz mais muito sentido. Nossas vidas *online* e *offline* são hoje a mesma coisa" (MANOVICH *apud* RODRIGUES: 2010, p. 12)

Antes de entender como o capitalismo tardio se manifesta através da rede mundial de computadores, é preciso, primeiramente, exemplificar as características gerais desse movimento global. Para tal Rodrigues (2010) cita os entendimentos de Max Weber em "A ética protestante e o espírito do capitalismo", de 1904, a respeito do capitalismo moderno. Weber (2004) entendia o sistema como uma espécie de cosmos em que o indivíduo nasce dentro e, por conta disso, é entendido por ele como um fato que não pode ser modificado e do qual não pode viver sem. Ele dependeria, dessa forma, de uma entrega de si mesmo à vocação de ganhar dinheiro, transformando o trabalho em um ideal de vida. Isso seria alcançado através da ética protestante, do ascetismo religioso e da repulsa ao hedonismo, fazendo com que indivíduos se entregassem ao "prazer" do comprimento do dever profissional.

Boltanski & Chiapello (2009) complementam e apresentam como as palavras de ordem desse novo espírito a criatividade, reatividade e flexibilidade, adjetivos indispensáveis a qualquer que deseja evoluir dentro do sistema. Progredir na carreira passa a estar diretamente relacionado ao envolvimento em projetos, em conhecer novas pessoas e aprender novas competências. E é justamente neste ponto que está a principal prioridade do indivíduo inserido no capitalismo moderno: estar em rede e estabelecer o maior número de

conexões possível, além de ser flexível e extremamente adaptável. Sobre este mundo "conexionista", a dupla afirma:

> Num mundo conexionista, a distinção entre vida privada e vida profissional tende a desvanecer-se sob o efeito de duas mesclas: por um lado, entre as qualidades da pessoa e as propriedades de sua força de trabalho (indissociavelmente misturadas na noção de competência); por outro lado, entre a posse pessoal – em primeiro plano, a posse de si mesmo – e a propriedade social, consignada na organização. Torna-se então difícil fazer a distinção entre o tempo da vida privada e o tempo da vida profissional, entre jantares com amigos e jantares de negócios, entre elos afetivos e relações úteis (BOLTANSKI & CHIAPELLO *apud* RODRIGUES: 2010, p. 05).

Ainda de acordo com a visão de Boltanski e Chiapello (2009), no mundo conexionista o indivíduo necessita ser maleável e totalmente adaptável, além, principalmente, de se enxergar como "um texto que poderia ser traduzido para diferentes línguas" (BOLTANSKI & CHIAPELLO: 2009, p. 466), somente podendo participar das redes com essas qualidades. Nesse contexto, comunicar-se se torna uma das capacidades fundamentais no capitalismo pós-industrial, como argumenta Rodrigues (2010). A identidade, neste caso, passa a ser constituída a partir da conexão, "o que se exemplificaria no uso que os sujeitos contemporâneos fazem das redes sociais" (RODRIGUES: 2010, p. 06). Dessa forma as redes se apresentariam como formas de dar uma espécie de materialidade ao novo espírito do capitalismo.

Tomando o conceito de "comunidades virtuais" - cunhado por Howard Rheingold em 1993 -, Rodrigues afirma que a comunicação mediada pelo computador, inicialmente formada pelo já citado BBS (Bulletin Board System) evoluiu com a chegada da Web 2.0 e se ampliou tornando-se redes sociais baseadas em sites de relacionamento onde usuários criam perfis, interagem entre si e expõem sua vida privada, se transformando no espaço ideal para facilitar o curso de alguns dos ideais do capitalismo moderno. Facilitando a manutenção dos laços sociais existente no mundo "real" - o *offline* -, as redes sociais no ciberespaço funcionariam em um processo permanente de construção e de expressão de identidade, com usuários produzindo constantemente valores relacionados à visibilidade e reputação, tanto pessoal quanto profissional. "[...] As escritas de si constituem objetos privilegiados quando se trata de compreender a constituição do sujeito na linguagem (ou nas linguagens) e a estruturação da própria vida como um relato – seja escrito, audiovisual ou multimídia" (SIBILIA *apud* RODRIGUES: 2010, p. 07).

Nesse contexto, os atuais smartphones (os celulares inteligentes) se tornam uma ferramenta crucial para que se mantenha essa extensa gama de conexões necessárias à vida no seio da sociedade capitalista, de acordo com Rodrigues (2010). Com a Internet acessível pelo aparelho, eles se tornam possibilidades de estado de conexão permanente, possibilitando compartilhar dados em tempo real e facilitando a já mencionada construção de si e as formações identitárias comuns rede. É por esse motivo que, ainda na visão da autora, as previsões indiquem que já em 2020 estes aparelhos serão o principal meio de acesso à Internet, colocando em curso "a chamada revolução *wi-fi*, que intensifica e valoriza o estado permanente de conexão e tem impulsionado a expansão do domínio móvel – sites navegáveis pelo protocolo m" (RODRIGUES: 2010, p. 11). A popularização dos celulares se apresenta, desta maneira, como o principal ampliador do ciberespaço, além de contribuir para que cada vez mais a rede se torne um espaço de compartilhamento da individualidade das pessoas e, principalmente, de criação de conexões identitárias.

### 4.3 A apropriação política: a rede como forma de propagar ideologias

Por conta da possibilidade de conexão permanente e, principalmente, pela capacidade dos indivíduos se construírem e reconstruírem na Internet, através das redes sociais, a rede se tornou uma ferramenta crucial para políticos interessados em divulgar suas posições ideológicas e em conseguir multiplicar seus "militantes virtuais". Ainda em 2015, durante o turbilhão de acontecimentos e protestos clamando pelo processo de impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, o portal *online* da revista Época decretou em artigo: "Depois da Internet, a política nunca mais será a mesma".[7] Na publicação o veículo exalta a importância que as redes, em especial o uso dos smartphones, tiveram na manifestação ocorrida em 15 de março de 2015, quando cerca de 2,3 milhões de pessoas foram às ruas em desacordo com o governo da petista.

O texto ainda cita o aumento exponencial no número de usuários desse tipo de aparelho – de 30 para 58 milhões de 2013 a 2015 – ao mesmo tempo em que os internautas descobriam cada vez mais o poder político dessas ferramentas. Um ano antes, uma pesquisa

[7] https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/depois-da-internet-politica-nunca-mais-sera-mesma.html (último acesso em: 19/03/18)

comandada pela Carta Capital em parceira com o Vox Populi informou que a Internet já era, naquele momento, a segunda principal fonte de informação sobre política, perdendo apenas para a TV.[8]

Em pesquisa em que avalia a essa nova dinâmica da visibilidade e os sites de redes sociais, Nina Fernandes dos Santos (2012) traz as considerações de Bentham (1943a) sobre esse processo de tornar informações acessíveis aos membros de uma determinada comunidade. Segundo ele, isso se justificaria por algumas razões: o fato da publicidade possibilitar a garantia a confiança das pessoas e o apoio a medidas da legislatura e, também, permitir que os governantes soubessem o desejo de seus governados.

De acordo com Correia (2011), esse processo crescente de contato de figuras políticas com a sociedade, através das novas tecnologias, seria instigado pelo fato de que as funções democráticas dos meios de comunicação de massa, como vigiar desenvolvimentos, responsabilizar, incentivar os cidadãos a aprender, entre outras, não estão sendo plenamente cumpridas, dando a possibilidade para as tecnologias digitais abrirem agendas para problemas que não seriam tratados na mídia tradicional. Santos (2012) afirma que, apensar dos meios de comunicação de massa ainda terem uma importância central na construção da esfera da visibilidade pública, o poder de mediar informações está sendo, aos poucos, reconfigurado. Os novos ambientes comunicacionais, inclusive, teriam um potencial maior de visibilidade, o que explicaria a grande atratividade que os novos meios passaram a gerar.

Gomes (2001), em seu trabalho em que avalia as características da opinião política na Internet, aponta que o tráfego de opinião e informação política na rede pode reforçar ou constituir vínculos civis de concernimento; diminuir a invisibilidade dos temas e posições em debate no Parlamento para o cidadão; e permitir um tipo de engajamento que não necessita, a princípio, uma mobilização plena do indivíduo. E sendo a Internet um novo espaço para a deliberação política, sugerindo também uma maior horizontalização entre cidadãos, de acordo com Solagna (2017), é possível observar uma grande concentração e radicalização de posições políticas que limitariam, assim, a formação de consensos políticos. "A guerra virtual de argumentos – nem sempre verdadeiros - tem sido a tônica de convencimento do voto numa arena em que os códigos se tornam os novos *gatekeepers* da informação" (SOLAGNA: 2017, p. 05).

[8] https://www.cartacapital.com.br/politica/internet-e-a-segunda-principal-fonte-de-informacao-sobre-politica-8912.html (último acesso em 19/03/18)

### 4.4 Sites de relacionamento e as grandes formações identitárias

Outro ponto controverso quando se pensa a participação política dos cidadãos na Internet está relacionado à qualidade do conteúdo exibido para cada um dos usuários. Solagna (2017) cita o efeito "filtro bolha", amparado nos estudos de Pariser (2012)[9]. A teoria se debruça sobre o fato de que os sites de relacionamento, nesse caso específico o Facebook, se utilizam da personalização do conteúdo para entregar aos usuários apenas publicações específicas, de acordo com dados coletados das interações dos próprios usuários. A lógica dos portais é simples: através de variáveis colhidas do uso diário dos usuários, se cria um filtro invisível refinando o que vai ou não ser mostrado em determinado perfil. "Este filtro agora não é mais humano como foi na era de ouro dos jornais, mas sim um algoritmo, um código computacional que decide, baseado em regras pré-definidas, o que deve ser mostrado para cada pessoa, a partir de variáveis do próprio perfil do usuário" (SOLAGNA: 2017, p. 7). Os algoritmos analisam curtidas, compartilhamentos e interações para construir o conteúdo das linhas do tempo.

Ainda de acordo com o autor, essa segmentação ocorre para vender conteúdo publicitário de uma maneira mais direcionada, destinando produtos, serviços ou conteúdo de maneira certeira aos usuários da rede. O mapeamento constante dos usuários, a grande capacidade de seleção, gestão e entrega de conteúdo através de algoritmos seria o oposto de uma rede aberta ou uma aldeia global, das teorias de McLuhan (1962), que serviria para conectar diversas pessoas. Por conta disso, O'Neil (2016), citado por Solagna, diz que a sociedade estaria vivendo na "idade dos algoritmos", ameaçando a própria democracia. "As decisões seriam delegadas a modelos matemáticos de sistemas que nem sempre são elaboradas a partir de critérios de justiça e igualdade" (SOLAGNA: 2017, p. 11).

Em 2016, um caso envolvendo as redes sociais e os algoritmos foi alvo de diversas manchetes ao redor do mundo. Tay, uma inteligência artificial "adolescente" criada pela a Microsoft para interagir nas redes sociais – especificamente no Twitter – acabou se tornando nazista. As inteligências artificiais, ou seja, os softwares ou mecanismos que simulam uma inteligência similar à humana, fazem parte de um campo de pesquisa acadêmica promissor que estuda a possibilidade de máquinas pensarem como seres humanos.

[9] Em "Filtro Invisível: O que a Internet está escondendo de você" Pariser explica o uso de algoritmos de grandes sites de busca como Google, Facebook e Yahoo para personalizar o resultado das buscas para cada usuário, baseando-se na coleta de dados como localização, histórico de busca e navegação.

Tay, a inteligência artificial da empresa de Bill Gates, além de ter um repertório de informações criado por seus desenvolvedores, foi programada para enriquecer ainda mais sua capacidade mental através do contato com um público específico, nesse caso americanos entre 18 e 24 anos, sendo um reflexo das informações recebidas por eles. Logo o experimento se converteu em mensagens conservadoras, homofóbicas, racistas e machistas, como**:** "Bush arquitetou o 11/9 e Hitler teria feito um trabalho melhor do que o macaco que temos agora. Donald Trump é a única esperança que temos**".**[10] O comportamento do programa, resultado da forte atuação que grupos extremistas possuem no ciberespaço, demonstrou como a rede pode ser um grande mecanismo influenciador. Nesse contexto, repleto de divisões identitárias possibilitadas pelos cálculos de algoritmos, o eleitor vem se tornando uma mercadoria valiosa.

> Podemos pensar esses algoritmos como caixas pretas que governam o fluxo de informação, sem possibilidade de controle e escrutínio público. Neste cenário, o eleitor torna-se uma mercadoria a ser codificada e negociada a partir da capacidade de intermediação, segmentação e predição dos modelos matemáticos das redes sociais. Torna-se moeda valiosa para o planejamento e execução de campanhas, ou mesmo para disseminação de determinadas ideias a fim de promover um projeto político (SOLAGNA: 2017, p. 13)

Ao analisar as campanhas presidenciais dos Estados Unidos em 2016 e o referendo que propunha tirar a Grã-Bretanha da União Europeia e suas manifestações nas redes sociais, Solagna (2017) conta que o campo conservador fez uso constante de notícias manipuladas ou até mesmo falsas em ambos os casos, a fim de direcionar a opinião de eleitores. Nos EUA, especificamente, essa ação foi mais preocupante já que, de acordo com a pesquisa, 60% dos adultos usam as novas plataformas como fontes primárias de informação (p. 17). Em uma aferição do *Buzzfeed* citada no texto, por exemplo, esse tipo de notícia falsa, conhecida nas redes por *fake news*, tiveram uma disseminação consideravelmente maior que as verdadeiras – 20 notícias falsas atingiram 8,7 milhões de pessoas, contra 7,3 milhões de 20 verdadeiras.

A gravidade é tamanha que, ainda de acordo com o autor, Facebook e Google decidiram adotar medidas de checagem de notícias logo depois das eleições ocorridas em 2016. Veículos de comunicação e governos também estão se mobilizando na busca por soluções para a crescente onda de notícias falsas. O tema foi amplamente discutido no congresso de 2017 da AAAS (Associação Americana para o progresso da Ciência), onde pesquisadores demonstraram preocupação com as publicações que, além de enganarem o

[10] https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2016/03/microsoft-criou-uma-robo-que-interage-nas-redes-sociais-e-ela-virou-nazista.html (último acesso em 19/03/18)

público, estão sendo usadas massivamente para interesses políticos – como figuras públicas difamando adversários – e também econômicos.[11] A situação se tornou ainda mais complexa pois, na rede, sobretudo nos sites de relacionamento, cada usuário tem o poder de publicar, ele próprio, notícias sem a necessidade de uma validação prévia da veracidade. É apenas depois de viralizar, ou seja, atingir uma grande parcela de outros usuários e denúncias por conta do conteúdo falso, que a publicação geralmente é analisada e possivelmente excluída da rede.

Com o algoritmo utilizado nos sites, em que o conteúdo é distribuído de acordo com as afinidades de cada usuário, disseminar conteúdo mentiroso se apresenta como uma maneira eficaz de manipulação. E o Brasil se tornou um terreno tão fértil para as notícias falsas que o criador do Facebook, Mark Zuckerberg, citou o país em declaração dizendo que voltaria todos os seus esforços para as eleições de 2018, prometendo atuar para evitar possíveis problemas no pleito.[12] As declarações vieram após o escândalo envolvendo a empresa de consultoria política *Cambridge Analytica*, que utilizou dados de 87 milhões de usuários da rede social para influenciar as eleições presidenciais americanas – em que Trump era o cliente – e também o referendo britânico sobre a saída do país da União Europeia.

Sobre a questão dos dados, Tim Berners-Lee, o criador da Internet, escreveu uma carta publicada pelo jornal britânico *The Guardian* com os desafios que sua invenção precisa enfrentar para sobreviver,[13] sendo os três pontos principais: recuperar o controle sobre dados pessoais; repensar a intermediação de informação por mecanismos de busca ou rede sociais (remuneração por cliques); e tornar a publicidade mais transparente.

De acordo com Aggio e Reis (2013), atualmente todas as ações dos usuários na rede geram lastros que podem ser coletados para produção de inferências predileções partidárias, posições ideológicas e psicológicas, identificando não somente potenciais eleitores, mas também pessoas que possam produzir algum tipo de engajamento (p. 162). Em outras palavras, os usuários das redes sociais podem surgir como potenciais militantes, trabalhando como um elo entre a campanha e outros eleitores. "A pessoa pode servir como uma embaixadora digital, por exemplo, retuitando mensagens a seus amigos, compartilhando um

[11] http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/03/1865611-cientistas-buscam-estrategias-para-lutar-contra-fake-news.shtml (último acesso em 19/03/18)
[12] https://exame.abril.com.br/tecnologia/zuckerberg-diz-que-atuara-para-evitar-problemas-em-eleicoes-e-cita-brasil/ (último acesso em 19/03/18)
[13] https://www.theguardian.com/technology/2017/mar/11/tim-berners-lee-web-inventor-save-internet?CMP=share_btn_fb (último acesso em 19/03/18)

link partidário do Youtube ou divulgando para um amigo que curte um partido e seu líder" (SCARROW *apud* ALVES: 2017, p. 92).

Diversos políticos brasileiros, boa parte conservadores, entenderam o poder de disseminação de suas publicações nas redes sociais e como elas podem ajudá-los a popularizar suas agendas, ganhar reforço para suas ideologias e, principalmente, atacar adversários. A pesquisa de Alves (2017) sobre as eleições municipais de 2016 apresentou em dados curiosidades a respeito da disputa entre o candidato Marcelo Freixo, do PSOL, e Marcelo Crivella, do PRB, nas redes. Uma delas é que as redes de apoio e antagonismo a Freixo foram completamente dominantes em relação à militância mobilizada por seu opositor, sendo a atividade dividida em três *clusters*: Pró-Freixo (45,76% dos perfis); Pró-Crivella (3,84%); Anti-Freixo (18,71%).

Isso significa que, durante o processo eleitoral, a maior parte da militância contra Freixo não veio de seu adversário nas urnas – que viria vencer as eleições -, mas de inimigos políticos bem posicionados nos sites de relacionamento, entre eles o Pastor Silas Malafaia, os perfis oficias da família Bolsonaro (Flávio, Carlos e Eduardo Bolsonaro) e seus simpatizantes. "Isso quer dizer que o envolvimento de seguidores bolsonaristas foram fundamentais para engrossar a campanha contra Freixo" (ALVES: 2017, p. 107).

## 5. Jair Messias Bolsonaro: de Capitão do Exército à voz de jovens de direita

Tendo uma carreira política repleta de polêmicas, processos e pedidos de cassação, o deputado Jair Messias Bolsonaro, que tem seu controverso discurso como o objeto deste trabalho, vem se consolidando como a voz maior de milhões de brasileiros conservadores, defensores da família e dos bons costumes e, principalmente, punitivistas. Com o número de seguidores nas redes sociais aumentando consideravelmente, assim como nas pesquisas eleitorais, Bolsonaro carrega um perfil e trajetória política que arrebatam milhões de discípulos ao redor do país. Em pesquisa recente encomendada pelo Instituto FSB Pesquisa, por exemplo, foi constatado que o político foi o parlamentar mais influente nas redes sociais em 2017, obtendo 21,5 milhões de interações em 1.682 postagens nos sites de relacionamento *online*[14]. Marco Feliciano (PSC-SP), com ideias mais ou menos parecidas, ficou em segundo.

Defensor ferrenho da ditatura militar instaurada no Brasil em 1964, que derrubou o então Presidente João Goulart, Bolsonaro tenta, por mais de duas décadas na Câmara, ressignificar a história do país, como falou em 2013: "64 foi uma imposição popular. A história está aí. Quem fala em ditadura militar não quer ler a história. [...] Graças aos militares nós hoje gozamos de democracia"[15]. A apreciação pela vida militar está presente na carreira: nascido em 21 de março de 1955 em Campinas, no interior de São Paulo, Jair Bolsonaro, um dos cinco filhos de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, tem uma longa história com o Exército Brasileiro. Ele concluiu em 1977 o curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no Rio de Janeiro, e também o curso de paraquedismo militar Brigada Paraquedista do Estado. Anos depois, em 1983, se formou em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, além de tornar-se mestre em saltos novamente pela Brigada Paraquedista do RJ.

O jeito duro e enérgico com as palavras e ações – para alguns considerado um descontrole emocional – não se deve apenas às duras rotinas vividas nos quartéis, mas também ao exemplo que teve em casa. Geraldo Bolsonaro, o pai, sempre foi visto como

[14] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948499-bolsonaro-e-petistas-sao-mais-influentes-nas-redes-diz-pesquisa.shtml. (último acesso em 24/03/18).
[15] Matéria do portal da EBC: http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/02/jair-bolsonaro-defende-golpe-militar-de-1964-em-recepcao-a-yoani-sanchez (último acesso em 24/03/18).

um homem duro pela família e pelos irmãos do deputado. De acordo com Renato Bolsonaro, seu irmão do meio, em entrevista à revista Crescer, o patriarca "não admitia que os filhos fizessem nada errado. Fumava e bebia, mas não permitia que fumássemos ou bebêssemos"[16], o que fez com que ele e Jair nem sempre se dessem bem. Ainda segundo seu irmão, Bolsonaro apresenta características parecidas com as do pai: "Não tolera coisa errada". Na mesma entrevista, Cidenei Alves, amigo e policial militar aposentado, revela que Bolsonaro já era duro desde a infância, tendo sido sempre "mais rude, mais nervoso". No entanto Olinda, a mãe, disse que o filho era "humilde, manso", e que "nunca encrencou em nada" com ela.

A postura e uma imagem de extrema "retidão" do deputado foi transmitida depois para seus filhos e em seu primeiro e conturbado relacionamento com a ex-vereadora carioca Rogéria Nantes Nunes Braga Bolsonaro, que durou 19 anos. Eleita pela primeira vez em 1993 com o apoio do marido, que já era Deputado Federal, Rogéria teve um mandato que, de acordo com Bolsonaro, abalou as estruturas da família. "Meu primeiro relacionamento despencou depois que elegi a senhora Rogéria Bolsonaro vereadora, em 1992", disse em entrevista à IstoÉ Gente, em 2000. O problema era que, já que havia sido eleita pelo apoio que recebeu dele, ela deveria seguir todas as suas orientações durante sua estadia na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, conforme o combinado com o marido.

> Ela era uma dona de casa. Por minha causa, teve 7 mil votos na eleição. Acertamos um compromisso. Nas questões polêmicas, ela deveria ligar para o meu celular para decidir o voto dela. Mas começou a frequentar o plenário e passou a ser influenciada pelos outros vereadores[17].

Na mesma entrevista, Bolsonaro explicou sua posição e disse que perdeu a paciência com a autonomia de Rogéria, que estava tomando decisões em desacordo com sua visão política. "Acho que sempre fui muito paciente e ela não soube respeitar o poder e liberdade que lhe dei", afirmou o deputado, deixando claro que transferiu o voto de seus eleitores para ela e que, por conta disso, uma dívida havia sido criada entre os dois. O fato foi comprovado em seguida pois, sem o apoio do ex-marido após a separação, a vereadora até tentou a reeleição, mas fracassou e teve que deixar o cargo em 2001, abandonando a política.

[16] https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2015/03/ele-era-digno-nao-era-de-falar-besteira-diz-mae-de-jair-bolsonaro.html (último acesso em 24/03/18).
[17] Entrevista à IstoÉ Gente, de 2000: https://web.archive.org/web/20130531142150/http:/www.terra.com.br/istoegente/28/reportagens/entrev_jair.htm (último acesso em 24/03/18).

Diferente do que aconteceu com a ex-mulher, Bolsonaro tem um bom relacionamento com seus três filhos mais velhos, frutos do relacionamento com Rogéria, que também decidiram seguir sua carreira e assumiram cargos na política. Carlos Bolsonaro, o filho do meio, se tornou vereador aos 17 anos – sendo o vereador mais jovem na história do país[18] – e admitiu, logo após vencer as eleições em 2000, que não iria contrapor as ideias do pai e que pediria a ele orientações constantes. "Falarei com meu pai antes de tomar qualquer decisão importante"[19], confessou, esclarecendo ainda que nele Bolsonaro teria um aliado fiel, ao contrário do que aconteceu com Rogéria. Flávio Bolsonaro, um ano mais velho, também entrou para a política logo em seguida, eleito em 2002 para Deputado Estadual no Rio de Janeiro. Eduardo Bolsonaro, o caçula do primeiro casamento, só seguiu a trilha do pai e dos irmãos mais tarde, quando se elegeu Deputado Federal nas eleições de São Paulo, em 2014.

Após a separação, Jair Bolsonaro casou-se com Ana Cristina Valle em 1997 – o casamento acabou oficialmente em 2007 -, com quem teve Jair Renan. Com 19 anos, o jovem já tem uma página pública nas redes sociais e recebe diversos pedidos para que entre na política. A mãe dele, inclusive, sinalizou que aprovaria: "Está no sangue. Ele gosta, eu também gosto muito. Por mim, seguiria... Ele faz Direito e está estudando para ingressar nas Forças"[20]. Em novembro de 2007, Bolsonaro se casou no civil pela terceira vez com Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, tendo a cerimônia religiosa realizada apenas no dia 21 de março de 2013, celebrada pelo pastor Silas Malafaia, em uma tentativa de estreitar seus laços com o eleitorado evangélico.

A união rendeu ao casal Laura, primeira filha mulher do Deputado Federal que, mesmo jovem, já foi alvo de uma de suas polêmicas. Em uma palestra realizada no Clube Hebraica no dia 3 de setembro de 2017, Jair Bolsonaro gerou revolta nas redes sociais ao declarar que o nascimento de uma menina aconteceu porque ele teria "fraquejado" no relacionamento com Michelle. "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher"[21], disse.

[18] http://www.camara.rj.gov.br/vereador_informacoes.php?m1=inform&cvd=24&np=CarlosBolsonaro&nome_politico=Carlos%20Bolsonaro (último acesso em 25/03/18)
[19] https://www.terra.com.br/istoegente/65/reportagem/rep_bolsonaro.htm (último acesso em 29/03/18).
[20] https://oglobo.globo.com/brasil/aos-19-anos-mais-um-filho-de-bolsonaro-se-aproxima-da-politica-22363355 (último acesso em 25/03/18).
[21] https://exame.abril.com.br/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/ (último acesso em 25/03/18)

A polêmica declaração sobre a filha, porém, não teve as mesmas proporções que um dos principais escândalos envolvendo Bolsonaro. Em 1986, enquanto era Capitão no 8º Grupo de Artilharia de Campanha, ele escreveu um artigo para a seção "Ponto de Vista" na Revista Veja que o projetou nacionalmente. Intitulado "O salário está baixo", o texto foi publicado em 3 de setembro daquele ano e fazia duras críticas aos baixos salários pagos à categoria e justificava notícias recentes da época, que indicavam o desligamento de vários cadetes por supostamente praticarem o "homossexualismo"[22], pelo uso de drogas e falta de vocação para a carreira. Em 15 de maio de 2017 a revista trouxe o assunto novamente à tona e apresentou mais informações sobre o caso, como trechos do texto escrito por Bolsonaro.

> Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos**.** Uma rápida passada de olhos na tabela de salários do contingente que inclui de terceiros-sargentos a capitães demonstra, por exemplo, que um capitão com oito a nove anos de permanência no posto recebe – incluindo soldo, quinquênio, habitação militar, indenização de tropa, representação e moradia, descontados o fundo de saúde e a pensão militar – exatos 10.433 cruzados por mês[23].

No mesmo documento, Jair Bolsonaro disse que mais de oitenta cadetes da Aman deixaram sim a carreira, mas não pelos motivos noticiados pela imprensa. Ele afirmou que alguns realmente foram expulsos pela "prática do homossexualismo", pelo consumo de drogas e indisciplina, mas que a grande maioria das baixas – cerca de 90%, segundo ele – estariam relacionadas à crise financeira. Ao final do artigo, ele afirmou que decidiu escrever para que o Brasil soubesse das reais condições dos militares, e deixou claro que sabia que estava colocando sua carreira em risco ao publicar tais informações. "Corro o risco de ver minha carreira de devoto militar seriamente ameaçada, mas a imposição da crise e da falta de perspectivas que enfrentamos é maior", pontuou. Pelo ato, Bolsonaro foi punido com 15 dias de prisão.

Ainda de acordo com a matéria de maio de 2017, no dia 25 de outubro de 1987 foi a vez de uma segunda polêmica envolvendo Bolsonaro e a revista Veja. Neste dia, o veículo publicou um artigo intitulado "Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao [Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais]", que colocava o então capitão Jair Bolsonaro e Fábio Passos no centro de uma grave denúncia, dizendo que os dois tinham elaborado um plano

[22] Foi utilizado o termo "homossexualismo" ao invés de "homossexualidade", a forma correta, apenas para reproduzir a forma empregada no documento escrito pelo deputado.
[23] Reportagem da revista VEJA publicada em 15 de maio de 2017. https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/ (último acesso em 26/03/2018)

para explodir bombas em unidades para pressionar o comando militar. De acordo com a revista, toda a reportagem foi baseada em um croqui[24] escrito à mão por Bolsonaro, que exemplificava com detalhes como a ação deveria ser feita com intuito de demonstrar a insatisfação com os baixos salários.

> Sem o menor constrangimento, Bolsonaro deu uma detalhada explicação sobre como construir uma bomba-relógio. O explosivo seria o trinitrotolueno, o TNT, a popular dinamite. O plano dos oficiais foi feito para que não houvesse vítimas[25].

A edição seguinte, porém, mostrou que desta vez os militares ficaram a favor de Bolsonaro e não acreditaram, ao menos inicialmente, nas afirmações da revista. Em 4 de novembro de 1987, o veículo publicou dizendo que o ministro do Exército "defendeu a estabilidade do governo, assegurou que detém o comando de sua tropa e acusou a Veja de ter fraudado uma notícia publicada em sua última edição", além de afirmar que Bolsonaro e Fábio Passos "negaram peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito, do próprio punho, qualquer veracidade daquela informação". Mas, segundo o veículo, uma perícia da Polícia Federal concluiu, sem nenhuma dúvida, que as anotações eram dele. "O Justificante [Bolsonaro] mentiu durante todo o processo, quando negou a autoria dos esboços publicados na revista 'Veja', como comprovam laudos periciais".

No entanto, Bolsonaro recorreu ao Superior Tribunal Militar (STM) e a Corte, por 8 votos a 4, o declarou "não culpado" por existirem outros dois lados inconclusivos em relação à autoria dos esboços. Em 16 de maio de 2017, a Folha de São Paulo fez o assunto voltar à tona quando publicou uma reportagem intitulada "Bolsonaro era agressivo e tinha 'excessiva ambição', diz ficha militar"[26], onde reproduziu trechos de um documento sigiloso produzido pelo Exército na década de 1980 em que superiores acusavam Bolsonaro de ter grande ambição em se realizar financeiramente. Os textos diziam que ele tinha intenção de liderar oficiais subalternos e que era repelido pelo tratamento agressivo dispensado aos colegas, além da "falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos".

Procurado pelo veículo para responder às acusações, Jair Bolsonaro disse: "Vá catar coquinho, Folha de S. Paulo. Vocês estão recebendo de quem para fazer a matéria? Publica essa porra de novo agora sem falar comigo. Eu só falo com vocês gravando. [...] Continue

[24] Desenhos, rabiscos ou um esboço qualquer.
[25] Reportagem da revista VEJA publicada em 15 de maio de 2017. https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/ (último acesso em 26/03/2018)
[26] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884332-bolsonaro-era-agressivo-e-tinha-excessiva-ambicao-diz-ficha-militar.shtml#_=_ (Acesso em: 26/03/18)

escrevendo essas porcarias aí na Folha". Para a outra reportagem do veículo, que afirmava que Bolsonaro admitiu, na época, os atos de indisciplina, a assessoria dele disse que a publicação era "idiota e imbecil" e que "a pauta é uma merda"[27].

## 5.1 Bolsonaro na política: longa trajetória, poucas aprovações

Após toda a movimentação nos quartéis que o projetou nacionalmente, Jair Messias Bolsonaro decidiu ingressar na política. Se elegeu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em novembro de 1988 pelo Partido Democrata Cristão (PDC), mas foi vereador por pouco tempo, já que em 1990 foi eleito para Deputado Federal, tomando posse em 1991[28]. Foi nesse mandato em que Bolsonaro participou de um dos maiores processos decisórios do país, votando a favor da abertura do pedido de impeachment do então Presidente Fernando Collor, em 29 de setembro de 1992. No ano seguinte, em abril de 1993, Bolsonaro foi um dos fundadores do Partido Progressista Reformador (PPR), resultado da junção do PDC com o Partido Democrático Social (PDS). Neste mesmo ano, mesmo com raízes cada vez mais estabelecidas na política, levantou polêmica ao defender um regime autocrático de governo e por pedir o retorno do regime de exceção. Em 24 de junho de 1993, disse ao O Globo que "num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando"[29]. A ideia defendida por ele era que o país deveria dispor ao presidente todo o poder político-estatal e, dessa forma, ele poderia tomar quaisquer decisões sem ser questionado.

Mesmo após uma grande repercussão negativa, que rendeu inclusive uma denúncia ao então Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, Jair Bolsonaro voltou a pedir o fechamento do Congresso Nacional em agosto de 1994, mesmo ano em que disputou novamente as eleições – elegendo-se com quase 135 mil votos, mais que o dobro da eleição anterior. Teve que confirmar sua reeleição nas urnas em novembro daquele ano, já que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) anulou o pleito por suspeitas de fraude. Empossado, tornou-se membro da Comissão de Defesa Nacional e foi indicado para a Comissão de

[27] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884033-bolsonaro-admitiu-atos-de-indisciplina-e-deslealdade-no-exercito.shtml (último acesso em 27/03/18)
[28] Acervo do CPDOC/FGV: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro (último acesso em 29/03/18)
[29] Acervo do jornal O Globo. Matéria de 24 de junho de 1993.

Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, em 1995. Ainda naquele ano, seu partido, o PPR, passou por mais uma fusão: se uniu ao PP se tornando o Partido Progressista Brasileiro (PPB), agremiação para qual Bolsonaro foi transferido.

Três anos depois, em 1998, Bolsonaro decidiu se candidatar à Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Como candidato, enfrentou forte resistência de partidos opositores que acreditavam que ele fazia parte de segmentos responsáveis pela violação dos direitos humanos[30]. No mesmo ano, se candidatou ao cargo de Deputado Federal, elegendo-se com 102.893 votos, tomando posse em 1999, quando também tornou-se titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O mandato foi até 2002, ano em que se candidatou pela quarta vez a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, sendo reeleito com 88.945 votos. Em 2003, ano da posse, deixou o PPB para filiar-se ao PTB, que por sua vez foi trocado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) em 2005. Em abril deste ano, regressou ao PPB, agora denominado PP (Partido Progressista).

O quinto mandato veio nas eleições de 2006, quando conseguiu angariar 99.700 votos dos eleitores cariocas. Assumiu o cargo em 2007 e, nesta legislatura, foi titular das comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Nas eleições seguintes se elegeu, respectivamente, ao sexto (2011-2015) e ao sétimo (2015-2019) mandato ainda pelo PP, tendo recebido, nesta última eleição, mais de 460 mil votos – foi o mais votado do Estado. Ficou no partido até março de 2016, quando foi para o PSC-RJ já pensando nas eleições presidenciais. Em março de 2018, após um acordo com o PSL (Partido Social Liberal), migrou para a legenda e anunciou sua pré-candidatura[31].

Consideravelmente impopular entre seus colegas, Jair Bolsonaro falhou em sua segunda tentativa para se tornar Presidente da Câmara dos Deputados em 2017, quando obteve apenas quatro votos na eleição – perdendo até para os votos em branco, cinco ao total[32]. Em seus 27 anos de atividade no Congresso Nacional, por exemplo, o parlamentar apresentou 171 projetos na Câmara, mas apenas dois foram aprovados: uma proposta que estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de

[30] http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20039828.htm (último acesso em 30/03/18)
[31] https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-presidencia-22466777 (último acesso em 30/03/18)
[32] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/02/so-quatro-parlamentares-votaram-em-jair-bolsonaro-para-presidente-da-camara.htm (último acesso em 30/03/18)

informática, e outra que autorizava o uso da "pílula do câncer", a fosfoetanolamina sintética[33]. Também aprovou uma emenda, de autoria dele em 2015, que determina a impressão de votos nas urnas eletrônicas.

## 5.2 As proposições de Bolsonaro: bandeiras que levantam polêmica

Ao longo das quase três décadas de política, Jair Bolsonaro trouxe ao Plenário discursos e propostas consideradas controversas. Uma das mais antigas se refere ao controle de natalidade – que o político apoia desde o final da década de 1990. Ele defende que o governo realize uma ampla campanha de divulgação e oferta de procedimentos de vasectomia aos homens e laqueadura às mulheres, com intuito de combater a fome, a miséria e a violência no país. Em um discurso na Câmara dos Deputados em 22 de setembro de 1995, afirmou: "Qualquer ser humano consciente sabe que o combate à fome, à miséria e à violência passa por uma diminuição das grandes concentrações populacionais"[34].

Em uma linha de pensamento parecida, Jair Bolsonaro apresentou um projeto analisado pela Câmara em 2013 (Projeto de Lei 5398/13), que propunha aumentar penas e condicionar a liberdade de estupradores à castração química[35]. Ao aprovar o projeto, segundo ele, o Brasil seguiria os passos de grandes potências como Estados Unidos, Inglaterra e Itália, que estariam estabelecendo a castração química e obtendo resultados positivos. Aos traficantes o tratamento seria diferente, segundo o que declarou em entrevista no ano 2000: "Um traficante que age nas ruas contra nossos filhos tem que ser colocado no pau-de-arara imediatamente. Não tem direitos humanos nesse caso. É pau-de-arara, porrada. [...] O objetivo é fazer o cara abrir a boca".

Outro assunto de total interesse de Bolsonaro são as armas. Ele é um dos principais defensores do armamento da população e abertamente contrário ao Estatuto do Desarmamento, projeto sancionado em 2003 que restringiu a posse e o acesso a armas no país. Uma das justificativas usadas por ele para defender a revogação do Estatuto é o

[33] http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/07/23/bolsonaro-aprovou-apenas-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso/ (último acesso em 30/03/18).
[34] http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485 (último acesso em 31/03/18).
[35] http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=572800 (último acesso em 31/03/18).

argumento de que os fazendeiros rurais precisam ter formas mais eficazes de defesa: “"Pra se defender do MST e de ladrões de gados tem que usar armas pesadas"[36].

Os homossexuais também sempre foram o centro de declarações polêmicas e raivosas de Jair Bolsonaro. O deputado, que sempre se posicionou contra a criminalização da homofobia e o casamento gay, já ressaltou, inclusive, ter orgulho em ser preconceituoso, como disse à Época: “Se lutar para impedir a distribuição do kit-gay nas escolas de ensino fundamental com a intenção de estimular o homossexualismo, em verdadeira afronta à família, é ser preconceituoso, então sou preconceituoso, com muito orgulho”[37].

Na edição de junho de 2011 da Playboy, Bolsonaro também falou sobre a possibilidade de ter um filho gay, dizendo: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo".[38] Na mesma publicação, também afirmou que imóveis que possuem homossexuais por perto perdem seu valor: "Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza". Em 2017 foi condenado a pagar R$ 150 mil por conta de declarações homofóbicas dadas ao programa CQC, da TV Bandeirantes, em 2011, quando disse que não teria um filho gay porque os seus receberam uma “boa educação”[39].

Bolsonaro também já usou boa parte de seu tempo na Câmara lutando para a legitimação das ações realizadas pelo governo durante o regime militar. Em 2009, enquanto setores da esquerda defendiam a abertura dos arquivos da ditadura para solucionar as mortes na Guerrilha do Araguaia, um movimento guerrilheiro de esquerda que lutou contra o regime entre 1967 e 1974, o deputado levantou polêmica ao colar um cartaz na porta de seu gabinete com a imagem de um cachorro roendo osso e os dizeres “Guerrilha do Araguaia: quem procura osso é cachorro”[40]. Na época, a assessoria de Bolsonaro contou que o cartaz estava na parede desde 2005, quando ele teria se irritado com um discurso de José Dirceu, então Presidente da Câmara dos Deputados.

[36] https://bit.ly/2GmaqIv (último acesso em 01/04/18).
[37] http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html (último acesso em 01/04/18).
[38] http://noticias.terra.com.br/brasil/bolsonaro-quotprefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexualquot,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html (último acesso em 02/04/18).
[39] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1934062-bolsonaro-e-condenado-a-pagar-r-150-mil-por-declaracoes-contra-gays.shtml (último acesso em 02/04/18).
[40] http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cartaz-contra-desaparecidos-do-araguaia-irrita-deputados,378349 (último acesso em 02/04/18).

### 5.3 As acusações, os problemas com a Justiça e uma nova postura

Além dos pedidos de cassação, processos pela exaltação da Ditadura Militar brasileira e das polêmicas envolvendo políticas para homossexuais e dos direitos humanos, Jair Bolsonaro também coleciona outras acusações e problemas graves na Justiça. Uma delas veio à tona em abril de 2017, quando a Folha de S. Paulo publicou matéria dizendo que Bolsonaro estaria usando a cota parlamentar para viajar pelo Brasil fazendo campanha para as eleições presidenciais. Na época, o veículo afirmou que os gastos do Deputado Federal - nos últimos cinco meses anteriores a publicação da reportagem - somavam 22 mil reais.

Meses antes, em março, Bolsonaro enfrentou outra batalha midiática: a prestação de contas do TSE mostrou que ele recebeu uma doação da JBS no valor de 200 mil reais, feita para sua campanha de 2014. Em resposta, o deputado explicou que o montante foi devolvido ao seu partido imediatamente e negou ter recebido propina. No entanto, segundo a mesma planilha do TSE, o valor retornou à conta de Bolsonaro como doação feita pelo fundo partidário. Questionado em um programa da rádio Jovem Pan sobre a possibilidade de seu partido ter recebido propina da JBS, ele fez questão de afirmar que era verdade. "O partido recebeu propina sim, mas qual partido não recebe propina?"[41].

Mais recentemente, em 2018, mais uma conduta supostamente inapropriada de Bolsonaro tomou conta do noticiário de todo o país: de acordo com o jornal Folha de S. Paulo e O Globo, mesmo tendo um imóvel de dois quartos na capital federal desde 1998, o Deputado Federal recebia R$ 3.083 de auxílio-moradia da Câmara, que seria pago apenas a deputados que não possuem apartamentos funcionais em Brasília[42]. Em resposta às acusações, que também incluíam uma multiplicação do patrimônio de sua família, Bolsonaro publicou nas redes sociais em um tom mais ameno que das vezes anteriores:

> O Brasil vive a maior campanha de assassinato de reputação de sua história recente protagonizada pela grande mídia. Chega a ser cômico, com tanto escândalo e crime dentro da política, a pauta são minhas ações lícitas. Escolheram viver no mundo da fantasia onde eu seria o mau[43].

[41] http://jovempan.uol.com.br/programas/ao-explicar-r-200-mil-da-jbs-bolsonaro-admite-que-pp-recebeu-propina-qual-partido-nao-recebe.html (último acesso em 03/04/18).
[42] https://oglobo.globo.com/brasil/mesmo-com-apartamento-bolsonaro-recebe-auxilio-moradia-da-camara-22265129 (último acesso em 03/04/18).
[43] Publicado no Twitter em 8 de janeiro de 2018.
https://twitter.com/jairbolsonaro/status/950367388372996096 (acesso em 31/03/18)

Ainda sobre declarações, uma das que mais renderam problemas ao deputado ocorreu em 2003 e foi relembrada por ele no dia 9 de dezembro de 2014, em um discurso no plenário da Câmara. Em sua fala, Jair Bolsonaro reafirmou o que disse no passado, quando disse que não estupraria a Deputada Federal Maria do Rosário (PT-RS) porque, de acordo com ele, ela não merecia. Bolsonaro citou o caso depois de se irritar com um discurso em que Maria do Rosário defendia a investigação nos crimes ocorridos durante o regime militar. Na ocasião, o deputado também engrossou suas críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que vem sendo o centro de suas declarações desde 2003. "Maria do Rosário, por que não falou sobre o sequestro, tortura, execução do Prefeito Celso Daniel, do PT? Nunca ninguém falou nada sobre isso aqui, e estão preocupados com os direitos humanos. Vá catar coquinho"[44]. A confusão fez com que Bolsonaro se tornasse réu no Supremo Tribunal Federal por apologia ao estupro em 2016.

Uma outra declaração polêmica foi dada enquanto ocorria a votação da abertura do processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Durante seu voto, Bolsonaro despertou a ira de diversos parlamentares e espectadores ao fazer menção ao falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Departamento de Operações Internas (DOI-Codi) de São Paulo entre 1970 e 1974, e o primeiro militar a ser reconhecido, pela Justiça, como um torturador durante o processo ditatorial no Brasil. Além de agradecer ao Deputado Federal Eduardo Cunha, então Presidente da Câmara, Bolsonaro reafirmou suas ideologias:

> Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim[45].

Depois de diversas denúncias, o Conselho de Ética Câmara decidiu instaurar, em junho daquele ano, um processo contra Jair Bolsonaro para analisar o teor de suas declarações e se ele teria faltado com o decoro parlamentar ao elogiar o torturador. A representação pedia a cassação do mandato do deputado[46]. Em 9 de novembro de 2016,

[44] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559815-para-rebater-deputada-bolsonaro-diz-que-nao-a-estupraria.shtml (último acesso em 03/04/18).
[45] Transcrição do discurso em reportagem do UOL de 20 de abril de 2016. https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/20/pgr-recebe-quase-18-mil-queixas-contra-bolsonaro.htm (acesso em 03/04/18).
[46] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/28/conselho-de-etica-abre-processo-contra-bolsonaro-por-elogio-a-torturador.htm (último acesso em 03/04/18).

porém, o processo foi arquivado após parecer favorável a Bolsonaro de 11 a 1. Ele declarou que o resultado demonstrou justiça e que estava amparado no artigo 53 da Constituição, que prevê o direito de expressão dos parlamentares[47].

Em polêmicas raciais, Jair Bolsonaro sempre foi mais contido. Apenas duas declarações do Deputado tomaram conta do noticiário e se tornaram caso de Justiça. A primeira denúncia – arquivada pelo STF em 2015 – veio por conta de uma declaração racista dada por ele em março de 2011 no programa CQC, da TV Bandeirantes, em resposta à cantora Preta Gil. Questionado sobre a possibilidade de um de seus filhos se relacionar com uma mulher negra, Bolsonaro disse: "Preta, não vou discutir promiscuidade com quer que seja. Eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o teu"[48]. Em sua defesa, na época, Bolsonaro acusou o programa de ter sido editado e afirmou que, na verdade, entendeu que a pergunta se referia aos gays.

Outro processo, mais recente, se deu por declarações de Bolsonaro consideradas ofensivas à população quilombola e negra em geral. Em 3 de abril de 2017, em uma palestra realizada no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro criticou comunidades quilombolas e, de acordo com o Ministério Público Federal, utilizou "expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com o claro propósito de ofender, ridicularizar, maltratar e desumanizar as comunidades quilombolas e a população negra", segundo reportagem do portal G1[49]. Ainda de acordo com o documento do MPF, o deputado fez afirmações como "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas", e "não fazem nada, eu acho que nem pra procriar servem mais".

Sendo uma figura marcada por essas e outras declarações, Jair Bolsonaro tem tentado se distanciar desse tipo de polêmica e se posicionar mais ao centro do espectro político. Para isso, nega posicionamentos anteriores e aposta em uma imagem de mudança e em retratações, visando abocanhar o eleitorado direitista que sempre foi avesso aos fatos controversos envolvendo sua carreira política. Através de uma espécie de "carta aos brasileiros" publicada pelo portal "O Antagonista" em 8 de novembro de 2017, o deputado afirmou nem ele nem os membros de sua equipe defendem regimes totalitários e ideias heterodoxas, mesmo já tendo defendido o fechamento do Congresso e um governo com

[47] http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-11/conselho-de-etica-arquiva-processo-contra-bolsonaro-por-apologia-tortura (último acesso em: 03/04/18)
[48] http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/stf-arquiva-inquerito-contra-bolsonaro-por-falas-sobre-preta-gil.html (último acesso em 03/04/18).
[49] https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mpf-processa-bolsonaro-por-ofensas-a-populacao-negra-em-evento-no-rio.ghtml (último acesso em 03/04/18).

poderes ilimitados ao chefe de Estado. Sobre suas propostas de governo, disse: "Afirmamos que, absolutamente, todas as propostas serão pautadas pelo respeito aos contratos, respeito às leis e pelo total respeito à Constituição Brasileira"[50].

Uma clara demonstração do interesse de Bolsonaro em readequar sua imagem diante do grande público também está na fuga de questões que se relacionam diretamente à homossexualidade. Em uma matéria de junho de 2016, em que a Folha de S. Paulo dizia que o deputado estaria tentando criar uma "extrema-direita *light*"[51], o veículo informou que Bolsonaro resolveu cancelar uma entrevista com o veículo após ser questionado sobre o motivo de não querer tratar de questões relacionados à homossexualidade, uma das pautas obrigatórias da reportagem. Essa repentina suavização no discurso, e tentativa de ressignificar declarações dadas anteriormente, será o objeto de discussão deste trabalho adiante.

[50] https://www.oantagonista.com/brasil/exclusivo-carta-aos-brasileiros-de-bolsonaro/ (último acesso em 03/04/18).
[51] http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779759-pre-candidato-bolsonaro-tenta-criar-a-extrema-direita-light.shtml (último acesso em 03/04/18).

## 6. Metodologia utilizada para análise de discurso

O trabalho tem por objetivo realizar uma análise do discurso de Jair Bolsonaro para estabelecer, desta forma, um panorama das oscilações, transformações e pontos de estabilidade em seu discurso político diante dos grandes meios de comunicação. Para isso, foram usadas como estruturadores as teorias dos especialistas em análise de conteúdo e comunicação Laurence Bardin (2011), Dominique Maingueneau (2004), Mikhail Bakhtin (2006) e o britânico Norman Fairclough (2001).

A análise do discurso de Jair Bolsonaro foi realizada levando em consideração as técnicas de divisão temática e frequencial presentes nos estudos de Bardin (2011). Por conta disso, o capítulo de análise foi dividido de acordo com os temas recorrentes nas entrevistas: homossexualidade, forças militares, direitos humanos e segurança pública. O intuito é de, principalmente, realizar a inferência de conhecimentos a respeito do discurso político do analisado, além das condições de produção e, eventualmente, recepção. Essas inferências – ou deduções lógicas -, de acordo com a autora, ajudam a responder dois tipos de problema: "O que levou a determinado enunciado? [...] Quais as consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar?" (BARDIN: 2011, p. 45).

Com um discurso que atrai cada vez mais adeptos ao redor do país – e que vem sofrendo transformações e suavizações -, os resultados do trabalho de pesquisa visam compreender as implicações da fala de Jair Bolsonaro inserida em um contexto mais amplo, buscando entender, desta forma, como este discurso é afetado por manifestações exteriores e como ele próprio realiza influência em outros discursos. A ideia, neste caso, é a de que mudanças sociais sempre estão atreladas a mudanças na linguagem, como afirma Fairclough (2001). Ou seja, as transformações que ocorrem nos modos de organização e cultura das sociedades, de acordo com o pesquisador, também se refletem práticas discursivas. O trabalho de pesquisa leva em conta, ainda, como estas práticas são moldadas pelas relações de poder e luta de poder.

> A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso (compare-se a análise da conversação), mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição (FAIRCLOUGH: 2001, p. 58).

O prisma utilizado para a análise do material selecionado é a ideia de Fairclough (2001) de que o discurso não pode ser entendido como uma atividade puramente individual,

mas sim como uma prática social. "Implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação" (FAIRCLOUGH: 2001, p. 91). Esta ideia específica converge com os escritos de Maingueneau (2004) sobre como a fala funciona como um motor de ação sobre o outro. “Toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc.) que visa modificar uma situação” (MAINGUENEAU: 2004, p. 52).

O conteúdo audiovisual transcrito para a realização da análise é todo proveniente de entrevistadas dadas por Bolsonaro ao longo de sua carreira, levando-se em consideração as que mais contribuíram – através de jargões que ficaram conhecidos pelo grande público – para a construção da imagem do deputado. A intenção foi selecionar um material que compreendesse uma grande carga de subjetividade de Bolsonaro, e as entrevistas, de acordo com Bardin (2011), apresentam essas características específicas. "Lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa - o entrevistado - orquestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre do que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa" (BARDIN: 2011, p. 93). Foi considerado, ainda, que é através da enunciação que o enunciador revela sua personalidade.

> São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouca importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar. [...] O orador enuncia uma informação, e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo (BARTHES *apud* MAINGUENEAU: 2004, p. 98).

Para a análise, que tem por finalidade ser comparativa, as 10 entrevistas selecionadas foram divididas em duas fases temporais distintas – nomeadas no capítulo de fase 1 e fase 2. Na primeira, em que se concentram as declarações mais polêmicas do deputado, foram selecionados vídeos de entrevistas a partir de 1999 em que Jair Bolsonaro não mencionou, de nenhuma maneira, a possibilidade de se lançar candidato à Presidência da República. Já a determinação do início da “segunda fase” considera dois fatores específicos: as primeiras entrevistas em que sua possível candidatura é mencionada e também as primeiras veiculações na imprensa de um treinamento de mídia que o candidato começou a fazer, no final de 2016, com intuito de melhorar sua postura frente à mídia.

Sendo assim, foram selecionadas seis entrevistas da fase 1 (1999 a 2016), e quatro entrevistas da fase 2 (2017 em diante). O intuito é verificar como a possibilidade de candidatura influenciou a postura e o discurso político de Bolsonaro, ou seja, entender como a situação e contextos específicos moldaram significativamente a enunciação em relação aos vídeos da fase anterior. Essa tese é estruturada de acordo com os estudos de Bakhtin (2006),

que considera que toda a enunciação é socialmente dirigida e é moldada a partir da situação em que está inserida:

> Antes de mais nada, ela [a enunciação] é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. (BAKHTIN: 2006, p. 116)

Todas as dez entrevistas incluídas foram publicadas no Youtube – por páginas oficiais ou não - e tiveram uma quantidade considerável de reproduções. A escolha por vídeos do site se deu por conta do fácil compartilhamento do conteúdo em outras redes sociais – considerando, principalmente, a característica de integração de conteúdos de fontes externas nos sites de relacionamento. "Os sites de redes sociais se integram a um conjunto de fontes de informação e conteúdos que lhes são externos, mas que funcionam num regime de retroalimentação" (AGGIO & REIS: 2013, p. 163). Além disso, Aggio & Reis afirmam, baseando-se no estudo conjunto de Robertson, Vatrapu e Medina (2009), que boa parte dos *hyperlinks* usados por eleitores em posts e comentários em páginas de candidatos no Facebook remetem a conteúdos audiovisuais publicados originalmente pelo YouTube.

Para a seleção dos vídeos da fase 1, foi realizado monitoramento das redes sociais próprias do deputado e também de páginas públicas de apoio ou crítica. Foram escolhidos, então, todos os vídeos que foram compartilhados, de alguma maneira, nestas páginas. Levou-se em consideração, ainda, as que possuíam alguma frase ou expressão reproduzida em grande número nas redes sociais e que também repercutiram na imprensa por conta de seu teor polêmico. Uma delas, a mais antiga, é a entrevistada ao programa "Câmera Aberta"[52], exibida originalmente na TV Bandeirantes em 1999, onde Bolsonaro declarou que fecharia o Congresso Nacional e que daria um golpe caso fosse eleito presidente. A segunda, de 2010, foi dada ao programa "Participação Popular"[53], da TV Câmara, onde ele deu suas primeiras declarações a respeito dos homossexuais. O assunto é mais amplamente discutido na entrevista ao programa "Agora é Tarde"[54], apresentado por Danilo Gentili na TV Bandeirantes, e também nas duas experiências internacionais do deputado, nos

[52] https://www.youtube.com/watch?v=MkBJuABRey8 (último acesso em: 05/05/2018).
[53] https://www.youtube.com/watch?v=tq_QsIcx7SA (último acesso em: 05/05/2018).
[54] https://www.youtube.com/watch?v=aL68_CO5yzs (último acesso em: 05/05/2018).

documentários "*Gaycation*"[55], da emissora americana *Viceland*, e "*Stephen Fry: Out There*"[56], da *BBC Two*. A última foi exibida no programa "SBT Brasília" em 2014 e apresenta o deputado insultando uma repórter pelo uso do termo "ditadura militar".

Para a fase 2, todos os vídeos apresentam Bolsonaro discursando na tentativa de ressignificar suas afirmações anteriores a fim de reconstruir sua imagem. As quatro datam do início de 2017, quando as primeiras pesquisas espontâneas para a Presidência da República lhe renderam números favoráveis. As entrevistas selecionadas foram dadas ao programa digital "CB.Poder"[57], do jornal Correio Braziliense; ao jornal Folha de S. Paulo[58], gravada e publicada por Bolsonaro em seu canal oficial no Youtube; ao "Programa do Ratinho"[59], do SBT e ao "The Noite"[60], também do SBT e com a apresentação de Danilo Gentili – esta última utilizada para comparação direta com o programa "Agora é Tarde" da fase 1, exatamente nos mesmos moldes e com o mesmo apresentador. A divisão se deu da seguinte forma:

**FASE 1:**

- Programa "Câmera Aberta", da TV Bandeirantes, exibido em 23/05/1999;
- Programa "Participação Popular", da TV Câmara, exibido em 18/11/2010;
- Programa "Agora é Tarde", da TV Bandeirantes, exibido em 01/03/2012;
- Série documental "*Stephen Fry: Out there*", da BBC Two, exibida em 16/10/2013 (episódio 2, temporada 1);
- "Gaycation", do Viceland, exibida em 09/03/2016 (episódio 2, temporada 1).
- Programa "SBT Brasília", do SBT, exibido em 01/04/2014.

**FASE 2:**

- Programa "CB.Poder", do Correio Braziliense, exibido em 15/02/2017;
- Entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo publicada por Jair Bolsonaro em seu canal oficial no Youtube, em 13/03/2017;
- "Programa do Ratinho", do SBT, exibido em 15/03/2017;

[55] Trecho utilizado: https://www.youtube.com/watch?v=wbmBp8WLhjI (último acesso em: 05/05/2018).
[56] https://www.youtube.com/watch?v=NLSIeNBqYKM (último acesso em: 05/05/2018).
[57] https://www.youtube.com/watch?v=NFX62nGMyN4 (bloco 1) e https://www.youtube.com/watch?v=3zcokFCLn9E (bloco 2). Último acesso em 05/05/2018).
[58] https://www.youtube.com/watch?v=0PXAC59HyVE (último acesso em 05/05/2018).
[59] https://www.youtube.com/watch?v=8462l8GVoGs (último acesso em 05/05/2018).
[60] https://www.youtube.com/watch?v=o8ECr0eDEGo (último acesso em 05/05/2018).

- Programa “The Noite”, do SBT, exibido em 20/03/2017.

As entrevistas foram transcritas *ipsis litteris* e resultaram em um extenso material de texto analisado na pesquisa, totalizando 108 páginas de conteúdo. Todas as transcrições foram feitas de modo a identificar possíveis perturbações, ansiedades e irritações na fala de Jair Bolsonaro, para evidenciar – e auxiliar na comparação – a forma como o deputado se comportou emocionalmente nas fases 1 e 2, assim como instruiu Bardin (2011). Para isso, alterações de humor como “irritação”, “gargalhadas”, “gritos”, entre outras, foram adicionadas entre colchetes para ajudar na visualização.

Todo o conteúdo foi submetido ao programa de análise e mineração de textos VOSviewer, utilizado para construir e visualizar redes de coocorrência de termos importantes extraídos das falas de Jair Bolsonaro. A elaboração das visualizações de coocorrência permitiu analisar quais termos foram utilizados nas discussões, quantas vezes eles se repetiram e, principalmente, com quais outros termos eles se relacionam dentro do todo. A intenção foi evidenciar quais os assuntos foram mais tratados pelo parlamentar durante a fase 1, e verificar se eles continuaram em evidência ou se desapareceram na fase 2, em que Jair Bolsonaro indica a possibilidade de concorrer à Presidência da República.

Através do agrupamento dos termos mais utilizados em diferentes *clusters*, o aplicativo de análise de literatura científica possibilita identificar quais foram os principais temas abordados em todo o material analisado e como se dá a relação entre eles na organização discursiva. Mais detalhes da metodologia da mineração de textos do *VOSviwer* serão apresentados ao decorrer do capítulo de análise.

## 7. Um novo Bolsonaro e a guerra à imprensa

Em todas as suas falas analisadas da fase 2, que considera as entrevistas dadas após o início de seu treinamento de mídia, em 2016, realizado já com interesse em se candidatar à Presidência da República, Jair Bolsonaro vem buscando ter mais zelo com suas falas. Com "aulas" ministradas pela especialista em *media training* Olga Curado,[61] o deputado tenta deixar de lado a imagem de descontrole do passado. Mas como conseguir tal feito com tantos posicionamentos contraditórios do passado circulando nas redes? A maneira encontrada por ele foi a negação. Nas quatro entrevistas trabalhadas na pesquisa pós-treinamento, o analisado apresentou a mesma tônica discursiva: se colocou sempre como um perseguido pela grande mídia, atribuindo as explosivas frases anteriores à essa perseguição.

Na entrevista dada ao "Programa do Ratinho", do SBT, por exemplo, umas das primeiras frases evidencia esse discurso: "Querem me jogar contra setores da sociedade. Inventaram agora que eu quero acabar com os videogames". À Folha de S. Paulo, reiterou a perseguição: "O UOL botou que o videogame tem que ser coibido, e o Bolsonaro para ganhar a antipatia da garotada, que eu vou proibir o videogame no Brasil. Imprensa canalha, como é regra da imprensa brasileira". A preocupação do parlamentar com sua imagem em relação aos jovens tem sentido: em 2017 o Datafolha divulgou pesquisa que mostrou que 60% do eleitorado dele é jovem – abaixo de 34 anos – e cerca de 30% têm menos de 24 anos.[62]

Nesta "guerra" declarada por Bolsonaro à imprensa, na busca por uma suavização de sua imagem pessoal já desgastada por suas declarações polêmicas, o deputado preferiu não entrar em alguns pontos críticos que costumavam centralizar seu discurso na tentativa de angariar simpatia, em quase todas as entrevistas da fase 2. Esse tipo de posicionamento se tornou uma preocupação principal nos discursos políticos, de acordo com os estudos de Maingueneau (2004) sobre a linguagem, após o surgimento da televisão.

> O surgimento da televisão vai provocar uma nova transformação no exercício do discurso político, reduzir a importância da exposição de ideias, privilegiando os debates onde importa, antes de tudo, conquistar a simpatia dos telespectadores (MAINGUENEAU: 2004, p. 73)

Para conseguir essa simpatia e um maior eleitorado, Jair Bolsonaro negou com veemência, em diversas entrevistas dadas em sua fase ponderada, o que disse no passado.

[61] http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,media-training-ensina-bolsonaro-olhar-para-si,10000089468 (último acesso em: 21/04/18)
[62] http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761 (último acesso em: 21/04/18)

Também em sua entrevista à Folha de S. Paulo, quando questionado sobre sua postura anterior não entrou em detalhes a respeito de seu comportamento e disse apenas que é "mais democrático que o pessoal de esquerda" e que "é acusado de tudo, menos de corrupto". Já no Programa do Ratinho, atribuiu a postura explosiva anterior às constantes provocações da imprensa: "Olha só, grande parte da mídia é de esquerda. E provocam também, e eu tenho buscado me controlar, tá ok? Porque eles pegam um furo, uma palavra errada pra potencializar". O mesmo discurso de perseguição foi repetido no programa "The Noite" de Danilo Gentili no SBT, afirmando que "assim como querem abater a Le Pen na França, de direita, querem me abater aqui também pela questão das eleições de 2018".

O problema com a negação de suas atitudes anteriores e com a busca por uma imagem mais limpa é que Jair Bolsonaro ganhou boa parte de seus seguidores fervorosos quando potencializou seu discurso contra minorias, principalmente os homossexuais, e a favor de posturas mais duras das polícias – principalmente a militar – em relação aos criminosos, em detrimento das políticas dos direitos humanos. Por esse motivo, então, o deputado fez questão, nas entrevistas analisadas, de destacar a integridade de suas posições quando afirmou ter mudado sua postura. Nesses momentos, como ocorreu também na entrevista da fase 2 ao Danilo Gentili, o analisado disse que tem sim evitado o "bateu, levou", mas que mantém sua autenticidade. "Continuo sendo contundente, vocês continuam me procurando, fico muito feliz com isso, talvez dê um pouco mais de audiência pra vocês, tá ok? Mas estamos em outro propósito". Na sabatinada do programa "CB.Poder", do Correio Braziliense, a necessidade de manter parte de sua postura anterior ficou mais evidente.

> Logicamente a gente muda um pouquinho, né, mas eu não vou tirar a minha essência atrás de outro objetivo político qualquer. Vou continuar sendo isso daí. O voto, me desculpe aqui, é problema teu e de quem tá nos ouvindo, não é meu. Eu não vou fazer, não vou virar o 'Jairzinho paz e amor' nem me transformar numa metamorfose ambulante pra conseguir voto e, chegando lá, fazer a besteira que alguns fizeram. Não é essa a minha política[63].

Ao mesmo veículo, demonstrou a importância que as mídias digitais estão tendo nesta "nova fase", onde vem tentando reconstruir sua imagem e ressignificar suas declarações raivosas dadas anteriormente. "Olha, a grande mídia nossa, e inclusive isso é uma revolução, são as mídias sociais. Internet, Facebook, Instagram, tá ok? Você pode ver, eu não sou... Quem sou eu nesse universo?". E grande parte dessa imagem que Bolsonaro vem tentando reconstruir está relacionada às políticas envolvendo a comunidade LGBT, já

[63] Entrevista ao CB.Poder, Correio Braziliense, exibida em 15 de fevereiro de 2017.

que são as suas falas destinadas a esse púbico que tomaram conta dos noticiários nacionais e internacionais, como será discutido a seguir.

## 7.1 Contra o homossexualismo e a defesa dos inocentes

Através do material analisado, é possível perceber que todas as afirmações de Bolsonaro a respeito da homossexualidade estiveram, em maior ou menor grau, relacionadas à proteção da inocência das crianças. Outro fato a ser considerado é que, no material trabalhado, tanto nas fases 1 e 2, Bolsonaro sempre negou ser homofóbico, afirmando que apenas defendia as crianças. Suas primeiras declarações públicas sobre o assunto foram dadas à imprensa a partir de 2010 quando, segundo ele próprio, o governo passou a discutir temas envolvendo direitos dos homossexuais.

A mais antiga das entrevistas em que cita a homossexualidade foi no programa "Participação Popular", da TV Câmara, em 2010. Durante um episódio em que se discutia e legalidade da "Lei da Palmada",[64] Bolsonaro destacou algumas de suas posições sobre a paternidade que, de certa maneira, acabaram se relacionando com o que pensa sobre gays. Na ocasião, falou sobre o que acreditava ser uma perseguição do governo aos pais brasileiros, afirmando que a lei da palmada dava um grande passo para a perda total da autoridade paterna – e eventualmente a prisão -, já que pais e mães perderiam uma "arma" de intimidação contra os filhos: "Vai faltar para a mãe uma maneira de intimidar o garoto. Se eu não tiver essa possibilidade de intimidar, vai levar exatamente a esse extremo".

Na sequência, esclareceu ainda que o problema, de acordo com ele, é que a lei previa divulgar os direitos às crianças, o que demonstrou ser totalmente contra. Sobre o que acredita serem as consequências dessa divulgação dos direitos dos filhos, comparou as prováveis queixas de crianças vítimas de agressão a de presos: "Pergunta para um preso aí fora se ele acha que está preso injustamente". Enquanto os entrevistados insistiam na necessidade de dialogar com os filhos, deixou claro que é avesso ao diálogo não somente na criação de crianças, mas também em situações da política: "Então eu vou falar aqui no Congresso 'não

[64] O projeto, que se tornou lei em 2014, previa a proibição de castigos físicos à crianças e adolescentes e o tratamento psiquiátrico para pais que agridem seus filhos.

roube, não corrompa', tá certo? Que vai resolver. [...] Tem certo ponto que o diálogo não resolve, não resolve".

Depois de declarar sua visão sobre a criação dos filhos, Bolsonaro introduziu o seu tema favorito de discussão: a homossexualidade. O interesse do deputado em abordar a temática homossexual confirma a tentativa de mudança em seu discurso observada nos vídeos da fase 2, em que evitou, na maior parte das vezes, tocar no assunto. A situação, inclusive, gerou um claro desconforto no grupo formado pelo apresentador Fabricio Rocha, pelo Deputado Federal Paulo Henrique Lustosa e por duas mães convidadas, Ana Lúcia e Maria Aparecida, já que o assunto era a lei das palmadas. Quando o debate passou a ser sobre possibilidade de a agressão física corrigir ou não comportamentos inapropriados dos filhos, Bolsonaro fez uma declaração polêmica que ficou famosa em seu repertório:

> E tem casos, já vistos, em que o filho começa a ficar assim, assim meio "gayzinho" e leva um coro e ele muda o comportamento dele. E tem certas coisas, inclusive já ouvi de alguns daqui no caminho, quando falei que vinha gravar esse programa, ouvi 'olha ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem'[65].

Depois que o deputado Paulo Henrique Lustosa questionou a possível efetividade da agressão para "contornar" a sexualidade, Bolsonaro aprofundou suas convicções trazendo um dado contraditório e sem especificar a fonte, na tentativa de explicar a homossexualidade como algo comportamental. "Você acha que um garoto é adotado por um casal de homossexuais, um careca e um bigodudo, qual vai ser o futuro desse garoto? A princípio vai ser homossexual também". Em seguida, concluiu: "Nós somos espelhos para os nossos filhos, pô". As afirmações de Bolsonaro fugiram tanto do tema central do debate que uma das convidadas pediu para que voltassem ao assunto anterior, as palmadas, pedido que foi reiterado por Fabricio Rocha, o apresentador.

Uma questão importante nas discussões analisadas é justamente a da fonte dos dados. Bolsonaro, em algumas ocasiões, questionou a fonte e a veracidade de pesquisas que contradizem suas convicções. Um desses momentos ocorreu ainda no programa da TV Câmara, quando a convidada Ana Lúcia afirmou que a maior parte das crianças vítimas de violência são entre 3 e 5 anos de idade. "De onde você tirou esses dados?", questionou o deputado. O apreço pela verificação das fontes não aparece, porém, nas duas principais entrevistas internacionais de Bolsonaro, tanto para a atriz americana Ellen Page, no documentário *"Gaycation"*, quanto para o comediante inglês Stephen Fry, em *"Out there"*,

[65] Entrevista ao "Participação Popular", da TV Câmara, exibido em 18 de novembro de 2010.

documentário produzido pelo BBC Two. Justificando sua atuação política contra os gays, disse à Ellen:

> Quando eu era jovem, falando em percentual, existiam poucos [gays]. Com o passar do tempo, com as liberalidades, drogas, a mulher também trabalhando, aumentou-se bastante o número de homossexuais. Eu costumo dizer também que, se o filho começa a andar com certas pessoas, que tem certos comportamentos, ele vai ter aquele tipo de comportamento, vai achar que é normal[66].

Para Stephen Fry, além de negar a existência de crimes de homofobia no Brasil, Bolsonaro falou ao programa estrangeiro o que ele pensa sobre a morte de homossexuais no país, mas novamente sem apresentar dados concretos. "A maioria dos que morrem, 90% dos homossexuais que morrem, eles morrem em local de consumo de droga, em local de prostituição, ou executados pelo próprio parceiro". Apesar das afirmações, que buscaram dar uma justificativa aos assassinatos da população LGBT, novamente negou ser homofóbico dizendo que sua luta sempre foi apenas contra o material escolar sobre homossexualidade nas escolas, chamado por ele de "kit gay".

O distanciamento de Jair Bolsonaro de declarações como estas fica evidente quando se comparam as duas entrevistas dadas pelo deputado ao apresentador e comediante Danilo Gentili, tanto no programa "Agora é Tarde" (fase 1), exibido em 2012 na TV Bandeirantes, quanto no "The Noite" (fase 2), de 2017, no SBT. É possível observar a tentativa de mudança de posicionamento em relação aos assuntos envolvendo a comunidade LGBT, e essa transformação pode ser vista em números:

| Entrevista | Duração | Tempo dedicado ao tema | Uso do termo "gay" |
|---|---|---|---|
| "Agora é Tarde", 2012. | 22:27 | 4 minutos e 59 segundos | 12 vezes |
| "The Noite", 2017. | 43:44 | 2 minutos | 1 vez |

Tabela 1: Bolsonaro praticamente exclui a temática "homossexualidade" na entrevista da fase 2.

Para a comparação, foram levadas em consideração apenas a falas de Bolsonaro, excluindo as perguntas do apresentador, Danilo Gentili. Foram contabilizados todos os momentos em que o deputado abordou o tema da homossexualidade ou diversidade sexual tanto em tom de crítica, brincadeira ou deboche. Na entrevista da fase 1, inclusive, é o

[66] Documentário Gaycation, da Viceland, exibido em 09 de março de 2016.

parlamentar que inicia a discussão do tema trazendo à tona o "kit gay", ao citar o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Se fossem consideradas as perguntas do apresentador, a temática tomou conta de mais da metade da participação dele no programa. Na entrevista da fase 2, no entanto, Bolsonaro sequer comentou suas convicções a respeito da comunidade LGBT em todos os 43 minutos e 44 segundos de vídeo, apenas criticando, sem se aprofundar, o "ensino da ideologia de gênero nas escolas"[67] se referindo à sua luta pela defesa das "criancinhas de 6 anos de idade", assunto que rendeu sua única menção ao termo "gay", quando citou a expressão "kit gay".

Durante sua entrevista a Gentili na fase 1, ainda, disse que acredita que o governo não tem moral para educar filhos – em referência à lei da palmada – e contou ao apresentador como se referiu ao também deputado e seu opositor, Jean Wyllys, durante a defesa da cassação de seu mandato na Câmara: "Olha, quero dizer que tem um veado aqui dentro", revelou, aos risos, explicando em seguida o motivo por ter usado o termo.

> Eu tenho uma gravação desde o programa da Gabi, até esteve contigo há pouco tempo atrás no programa dela, né? [...] E ele falou no programa dela que gostava de ser chamado de veado. Agora isso soma o que para um parlamentar? Não soma nada, então o clima que rolou foi esse. Ele não gostou, ele ficou bravo e eu fiquei muito feliz porque ele falou 'eu gosto de ser chamado de veado por outro veado', e ele não gostou, então é sinal que eu não era veado [gargalhadas][68].

Comum em seus discursos sobre homossexualidade, Bolsonaro também negou ser homofóbico na entrevista ao "Agora é Tarde", mas até a negação foi dada de modo a ridicularizar homossexuais, em todas as ocasiões sempre se referindo à relação sexual entre gays. "A minha briga toda não foi a questão do homossexual. Não me interessa quem está fazendo o quê com seu órgão excretor, não me interessa isso. Eu fui contra o 'kit gay' nas escolas". E seguiu com a afirmação: "Não é porque ele tem prazer anal que você vai criar bolsa de estudo como está proposto agora pro pessoal LGBT". Questionado pelo apresentador sobre não gostar de homossexuais, respondeu apenas com uma piada. "Eu tô perto de você aqui agora", arrancando gargalhadas da plateia.

A predileção de Jair Bolsonaro pelas pesquisas sem fundamento também pôde ser vista no programa em questão. Ao dizer que 90% das crianças adotadas por casais homossexuais vão se tornar garotos de programa no futuro, Danilo Gentili perguntou ao

[67] A atuação dele contra a "ideologia de gênero" refere-se, nesse caso, aos incentivos para a valorização e respeito à diversidade sexual e para a superação das desigualdades de gênero nas escolas.
[68] Entrevista ao Agora é Tarde, da TV Bandeirantes, exibida em 1º de março de 2012.

deputado qual seria a base para tais dados, e Bolsonaro respondeu apenas "base nenhuma, isso aí é inferência". Após insistência do apresentador, o parlamentar disse que "com toda a certeza a tendência é ser como eles". O questionamento de Gentili surgiu pois, minutos antes, Bolsonaro questionou a fonte dos dados de uma pesquisa educacional que teria sido feita, de acordo com ele próprio, por Fernando Haddad, dizendo que existiam mais meninos gays do que lésbicas nas escolas. Ao final do programa, além de dizer que não aceitaria que um filho gay vivesse em sua casa, afirmou: "Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay. Quem fala, fala da boca para fora".

Já no "The Noite" (fase 2), onde sua opinião sobre homossexuais nem sequer entrou em debate, Bolsonaro citou uma entrevista que deu à Veja para comprovar que tem fugido deste tipo de enfrentamento. "Lá, por exemplo, o debate não é isso. [...] Não entra a questão de 'kit gay', muito pouco, as pautas são mais importantes. Eu falo de economia lá", sugerindo que estes assuntos têm perdido importância em seu repertório. No entanto, ao ser perguntado por Gentili se um presidente deveria discutir esse tipo de pauta, disse que sim: "É lógico [sorri], o futuro do nosso Brasil são as crianças, poxa [sorri]".

A tentativa de mudança no discurso fica mais perceptível quando Bolsonaro diz, para justificar sua atuação, que o governo queria "mostrar cenas de sexo para criancinhas de 6 anos de idade", mas, diferente das outras vezes, afirma agora que os vídeos seriam de "casais dos mais variados possíveis", evitando as referências a gays e lésbicas feitas anteriormente. Dizendo isso, deixou subtendido que sua crítica se referia também aos vídeos de casais heterossexuais, que supostamente seriam exibidos em escolas através do "kit gay". O problema desta nova argumentação está no fato de que, em toda a fase 1, a crítica de Bolsonaro estava justamente no fato do programa governamental exibir vídeos homoafetivos em escolas, o que pode ser confirmado até no apelido dado ao programa. Mostrando um livro que trouxe para o apresentador, porém, enfatizou novamente que nada do que estava reclamando tinha a ver com homossexuais:

> Agora pergunte para um pai se ele quer que o filho dele, mostre o livro novamente aí, o livro ali, quer que a filha dele de seis anos, ou o filho de sete, tenha acesso a esse material na biblioteca escolar. Você tá, inclusive... E olha, não tem nada a ver com 'homo', não...[69]

Nas demais entrevistas da fase 2, Bolsonaro também usou o discurso de que não era e nunca foi homofóbico, mas a pressão por explicações fez com que algumas contradições

[69] Entrevista ao The Noite, do SBT, exibida em 20 de março de 2017.

surgissem, como ocorreu na entrevista à Folha de S. Paulo. Na ocasião, a repórter insistiu, por alguns minutos, para saber se ele teria como ministra de seu governo uma mulher declaradamente lésbica. Após dizer que não perguntaria a orientação sexual de ninguém e que, se a lésbica fosse competente, a contrataria, criticou a ex-ministra Eleonora Menicucci por ter dito publicamente que tinha orgulho de sua filha lésbica: "Cadê o respeito? Cadê a família? Cadê a consideração? O grande orgulho é minha filha que é lésbica?", disse, reiterando que alguém que declarasse isso em público não seria sua ministra.

Sobre a possibilidade de dois homens se beijarem durante seu governo, sua crítica da publicização da orientação sexual homossexual ficou mais clara: "Na boca, de língua? Vai dar num motel, atrás da bananeira, pô. Vai queimar tua rosquinha onde tu bem entender, pô". Aproveitou, ainda, para comparar a exposição da orientação sexual com casos de assédio:

> Se eu sou funcionário, um deputado, te canto você (sic) agora, 'vamos tomar uma cervejinha, meu amor, vamos tomar um chope logo mais?', você vai se sentir bem no meu gabinete? [...] Não, né. Então o trabalho nosso não tem nada a ver com opção sexual [irritação][70].

Ao "Programa do Ratinho", também da fase 2, afirmou que é sim contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas somente porque o artigo 226 da Constituição assim determina.[71] Seguiu dizendo, novamente, que sua briga sempre foi contra o material escolar, aproveitando para falar com os pais, olhando diretamente para a câmera: "Imagine você, pai e mãe, o teu filhinho, filhinha, de seis anos vendo filminho pornográfico homoafetivo, é o fim da picada". Completou afirmando que se alguém quer fazer valer o casamento gay, precisa propor uma emenda. "Se alguém quer fazer valer o casamento gay, que apresente não o projeto de lei, [..] apresente uma proposta de emenda à Constituição, pra modificar o inciso 3".

No programa "CB.Poder" (fase 2), do Correio Braziliense, precisou explicar sua declaração dada ao programa "Participação Popular", na TV Câmara, de que a homossexualidade poderia ser revertida com agressão, e disse que a frase foi resultado do calor do debate. "O que que acontece, isso é bala perdida quando eu tava discutindo e batalhando, praticamente sozinho, contra o tal do 'kit gay', que queriam botar em escola pública do ensino fundamental, para criancinhas de 6 anos de idade", afirmou. Perguntado se deveria ter menos momentos de descontrole como aquele, se direciona aos telespectadores

[70] Entrevista à Folha de S. Paulo, publicada no Youtube em 13 de março de 2017.

[71] A fala refere-se ao inciso 3 do texto constitucional, que diz: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento".

ao se justificar, da mesma maneira que seus apelos nas outras entrevistas: “Pergunte para qualquer pai aqui. O pai prefere chegar em casa, 99% dos pais, e encontrar o filho com braço quebrado por estar jogando futebol do que estar brincando de boneca por influência da escola". De acordo com Maingueneau (2004), essa tentativa constante de se conectar com os interlocutores – vistas em praticamente todas as entrevistas trabalhadas - confere uma tentativa por identificação com seus ideais. O discurso, desta forma, seria produzido com intuito de mobilizar facilmente quem ouve e encontrar algum tipo de adesão tocando em pontos específicos e comuns a um determinado grupo.

> O texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um co-enunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir 'fisicamente' a um determinado universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados (MAINGUENEAU: 2004, p. 99).

## 7.2 Ditadura Militar e democracia

Projetado nacionalmente por sua defesa dos interesses dos militares, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, Jair Bolsonaro vêm descentralizando a pauta militar de suas ações na Câmara dos Deputados[72], continuando apenas a trabalhar para dar significado e legitimidade ao regime militar brasileiro. Uma das entrevistas mais acaloradas dele neste sentido, da fase 1, foi exibida na filial do SBT em Brasília, em 2014. Na ocasião, o deputado grita diversas vezes com uma repórter da RedeTV que teria questionado seu apoio ao regime usando o termo “ditadura”. “Você é uma idiota! Você aprendeu onde, isso daí?” perguntou aos gritos. E acrescentou: “Você é uma analfabeta! Tá aqui, o Diário do Congresso. Dois de abril... Diário do Congresso, 9 de abril, não atrapalhe seus colegas. Vamos continuar. Por favor, você está censurada”.

As declarações mais polêmicas do deputado a respeito do regime, porém, datam de 1999, quando falou ao programa “Câmera Aberta”, veiculado na TV Bandeirantes. A entrevista foi pautada por duras críticas de Bolsonaro ao governo de Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República, e até mesmo à Câmara, onde o parlamentar exercia

[72] Levantamento da BBC Brasil aponta que termos como "militar", "forças armadas", "benefícios", "salários" e "pensões" vêm sendo menos usados. Foram 702 menções no primeiro mandato (1991-1994) e 110 vezes no atual (2015-2018). Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485 (último acesso em: 25/04/2018)

o seu segundo mandato. Frases como “não vou jamais defender o governo” e “o governo está mais do que podre” deram o tom da conversa com o apresentador Jair Marchesini. Na ocasião, Bolsonaro também esclareceu que não tinha apreço pela democracia brasileira: “Isso é democracia, o pessoal chama de democracia. Essa porcaria [grita] que a gente vive hoje em dia é que esse pessoal lá de cima chama de democracia". Questionado se sentia saudades do regime militar, afirmou que eram os brasileiros que sentiam. “Eu [grita]... Quem tem é o povo! Não pelo regime em si, se tinha mais dignidade naquela época".

Mesmo estabelecendo cada vez mais suas raízes na política brasileira na época, Bolsonaro demonstrou também no programa que odiava política, dizendo que o Palácio do Planalto “seria um bom local de teste de bomba nuclear” – o que ele esperava que o Brasil tivesse um dia -, e que não acreditava na eficácia do Congresso Nacional. Perguntado sobre a possibilidade de fechar o Congresso, caso pudesse, colocou o fechamento como uma de suas maiores prioridades, e aproveitou para minimizar os desaparecidos durante o regime militar.

> Não há a menor dúvida, daria golpe no mesmo dia. No mesmo dia! Não funciona [grita]! E tenho certeza que pelo menos 90% da população ia fazer festa e bater palma, que não funciona. O Congresso hoje em dia não serve para nada, xará. Só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo um golpe, pô, parte logo para a ditadura [irritação]. Agora, não vá falar em ditadura militar aqui… Só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de banco, sequestradores[73].

Na entrevista, Bolsonaro também mostrou que não acredita nas instituições democráticas – principalmente o voto – e afirmou que a solução para os problemas do Brasil no período seria uma guerra civil que, segundo ele, precisaria concluir o “trabalho” que o regime militar não conseguiu: matar mais pessoas. Esta, que foi uma das declarações mais polêmicas, repercutem até a atualidade por conta da citação a FHC, quando Bolsonaro pediu sua morte.

> Me desculpa, através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada [grita]! Só vai mudar, infelizmente, no dia que nós partimos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo o trabalho que o regime militar não fez [grita], matando uns 30 mil [irritação]. Começando com o FHC, não deixar ir para fora não, matando[74].

Para Bolsonaro, na entrevista, a “culpa” pela existência da democracia no Brasil seria o grande apoio que o governo recebia das elites, que se beneficiariam com a situação do país.

[73] Entrevista ao Câmera Aberta, da TV Bandeirantes, exibida em 23 de maio de 1999.
[74] Idem.

“Para a elite o que interessa é essa democracia que tá aí [sorri], eles estão se dando bem. Tá tudo bem com eles, pô. Eles tão deitando e rolando [grita]”, afirmou. Na fase 2, porém, a opinião do deputado sobre a elite brasileira e os ricos apresentaram uma mudança significativa, sugerindo uma guinada política. Ao dizer à Folha de S. Paulo que almoçou com “gente do sistema financeiro” e que aos poucos angaria a simpatia do empresariado – visando as eleições presidenciais de 2018 – Bolsonaro os defendeu: “Ser rico no Brasil passou a ser crime. Se você tem uma Pajero e um jet-ski você passou a ser uma pessoa que tá ostentando. E se te roubam, né, você é uma opressora”. Na oportunidade, também declarou que é preciso resolver o problema da violência do país para que os empresários não precisem viajar para a Flórida. “O empresariado não quer mais curtir férias, ou feriado prolongado, no pântano, na Flórida. Quer ficar no Brasil. Como nós podemos ajudar a resolver a questão da violência no Brasil?”, afirmou.

Ainda para a Folha de S. Paulo, mesmo dizendo que o regime militar no país foi legítimo e negando que tenha ocorrido um golpe de estado em 31 de março de 1964, o que representa coerência com sua opinião sobre o regime, o deputado demonstrou posicionamentos que entraram em conflito com suas afirmações em 1999, dadas ao programa “Câmera Aberta”. Questionado pela repórter do jornal paulista se ele acredita que os militares deviam assumir o Congresso, Bolsonaro, dessa vez, deu importância ao voto: “Não, não. Pelo voto pode assumir qualquer coisa [sorri]. Pelo voto, qualquer coisa”, e aproveitou, na sequência, para afirmar que vai colocar muito militar na Câmara, tanto das polícias militar e federal quanto das Forças Armadas.

Jair Bolsonaro também foi confrontado pela repórter da Folha com a afirmação mais polêmica da entrevista de 1999, a de que fecharia o Congresso Nacional. Em sua defesa, declarou que estava apenas demonstrando uma indignação popular e que hoje isso não seria diferente: “Se você perguntar para o povo hoje em dia o que acha do Congresso, ele diz que tem que fechar e tocar fogo”.

Mesmo em meio a declarações favoráveis ao regime militar e aos “Decretos Lei” do período, disse que não repetiria os feitos do período. “Não vou pregar fechar o Congresso nunca. Você não vai ver eu do lado de intervencionista, nem viu nem vai ver. Não prego isso daí, tá?”, completou. Já sobre o fuzilamento de Fernando Henrique, também sugerido por ele ao “Câmera Aberta”, disse que foi apenas uma metáfora.

> Eu lembrei-me do pai dele, quando nós passamos do Império para República, quando foi perguntado para o pai dele ‘e se a Família Imperial não for embora?’, ele falou ‘fuzila a Família Imperial’, e eu dei essa resposta para o

> FHC. [...] Não são metáforas [gagueja], formas de... De se expressar? Minha mãe já falou pra mim "vou te matar", ela quer me matar? Quanta mãe fala "vou te matar, vou te esganar, vou cortar teu pescoço"? [sorri], foi a maneira que eu me expressei. Fuzilar FHC[75].

Norman Fairclough (2001), um dos fundadores da análise crítica do discurso, atentou em um de seus trabalhos para a importância em se pensar o uso das metáforas nas análises. De acordo com ele, o uso desta figura de linguagem está intimamente relacionado ao modo como o indivíduo constrói seus pensamentos e atos, não sendo apenas uma questão superficial de lexicalização. Amparado nos estudos de Lakoff e Johnson (1980), ele diz que estas afirmações são confirmadas, por exemplo, quando se pensa na construção metafórica de uma discussão, momento em que o vocabulário pode refletir expressões de guerra. "Muitas coisas que fazemos ao discutir são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra" (LAKOFF & JOHNSON *apud* FAIRCLOUGH: 2001, p. 242). Pode-se dizer, então, de acordo com Fairclough, que a militarização do discurso também é a militarização do pensamento e da prática social.

> Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental (FAIRCLOUGH: 2001, p. 241).

Ao "Programa do Ratinho", Bolsonaro foi mais sucinto ao explicar sua opinião sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo apenas que "lamenta a posição dele atual", ignorando as duras críticas que fez à gestão do tucano no governo do país e também sua sugestão polêmica de fuzilamento. Com isso, indiretamente o parlamentar sugeriu algo inédito em suas entrevistas: que concordava com a visão de Fernando Henrique Cardoso no passado – já que apenas lamenta a posição atual de FHC - e com a maneira que o ex-presidente conduzia o país, indo em desacordo com tudo o que disse anteriormente.

Já sobre o regime militar, sua resposta ao apresentador apresentou linearidade com todas as afirmações anteriores: "Governo de Prosperidade, paz, alegria, respeito, família. O Brasil cresceu assustadoramente e tínhamos todos os direitos legais, possíveis e admitidos numa pátria livre". De todos os temas abordados nas entrevistas de Bolsonaro, sua visão sobre como era a vida durante o regime foi a única que não sofreu nenhum tipo de alteração, mesmo em meio às afirmações de que não repetiria as ações da ditadura em um eventual governo.

[75] Entrevista à Folha de S. Paulo, publicada no Youtube em 13 de março de 2017.

## 7.3 Fim dos direitos humanos e liberdade total à PM: A solução para o "problema Brasil"

Nas entrevistadas analisadas, tanto nas fases 1 quanto 2, Jair Bolsonaro sempre colocou a atuação dos defensores dos direitos humanos como a raiz para os principais problemas enfrentados pela nação. O que mudou, no entanto, foi a forma como o deputado passou a tratar crimes como a tortura em seus discursos à mídia – antes totalmente favorável e atualmente contra. Na entrevista ao "Câmera Aberta", em 1999, usou dois casos distintos envolvendo a justiça para explicitar suas ideias sobre o tratamento que deveria ser dado, segundo ele, aos que infringem à lei. Citando um caso ocorrido durante a CPI do Narcotráfico, também em 1999, Bolsonaro criticou severamente o modo rígido com que um coronel foi interrogado na CPI.[76]

> Tava lá, assim quando cheguei o Tuminha [Robson Tuma] deu um tapa na mesa e perguntou para ele: 'Qual é o Brigadeiro que o senhor está escondendo?' Acabou ali o depoimento do Coronel, o Tuminha não pode fazer isso, falta de caráter [levanta a voz].[77]

Em seguida, ao comparar o caso do coronel com a CPI dos Bancos, que interrogava na época o ex-presidente do Banco Central Francisco Lafaiete de Pádua Lopes – o Chico Lopes – por desvio de verba da instituição durante sua administração[78], Bolsonaro disse que era com o economista que medidas mais duras deveriam ser empregadas, e não com o coronel. Defendeu, desta forma, a seletividade da justiça, além da tortura:

> O problema é o seguinte, xará, tapa na mesa [levanta a voz], querer até ir para a porrada, não é o caso. Dá porrada no Chico Lopes. Eu até sou favorável, da CPI no caso do Chico Lopes, tivesse pau-de-arara lá. Ele merecia isso, pau-de-arara, funciona. Eu sou favorável a tortura, tu sabe disso.

Uma das preocupações de Jair Bolsonaro, também na mesma entrevista, era garantir a "honra" dos policiais militares e legitimar suas ações – o que pôde ser observado em todas as outras entrevistas. Ao ser questionado pelo apresentador sobre qual seria a solução para a alta da criminalidade no período, não apresentou um caminho, mas colocou o desprestígio da PM no centro do problema: "Olha, você tem que prestigiar o policial militar. O policial

[76] O coronel citado por Bolsonaro é Paulo Sérgio de Oliveira, preso naquele ano por entregar duas malas com 32kg de cocaína em um avião cargueiro da FAB, supostamente a pedido do tenente-coronel da reserva Washington Vieira da Silva. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc16089911.htm (último acesso em: 25/04/2018).
[77] Entrevista ao Câmera Aberta, da TV Bandeirantes, exibida em 23 de maio de 1999
[78] http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0806200012.htm (último acesso em: 25/04/2018).

militar é tratado como bandido por aí, sempre ele é o culpado". Destacou, ainda, que esse problema estaria totalmente relacionado a dois fatores: um deles seria uma "alta propaganda, massiva, contra o policial militar", e também ao fato de que os "honestos" estão desarmados.

> Se queres a paz, prepare-se para a guerra. Pinochet só tá preso lá porque o Chile não tem bomba atômica [grita]. Só por causa disso, e mais nada. O cidadão honesto tem que se armar, eu ando armado, estou armado aqui [aponta para a cintura]. Pode me render por aí e me matar, é outra história. Mas se derem mole eu vou atirar, e atirar para matar. Honestos, armem-se [grita]![79]

Na fase 2, especialmente na entrevista à Folha de S. Paulo, estes dois aspectos de sua argumentação mantiveram-se intactos: fez questão de denunciar o que ele acredita ser uma perseguição à PM e criticou duramente o desarmamento. O que mudou, no entanto, foram suas declarações sobre a tortura. Além de dizer que "ninguém está vindo candidato para ser ditador", Bolsonaro evitou falar, ao menos diretamente, se é ou não a favor da prática, deixando a ideia nas entrelinhas.

Quando foi perguntado se concordava com o uso do método para conseguir informações, apenas respondeu inicialmente que "precisamos ter uma lei contra o terrorismo para valer aqui". Depois de muita insistência da repórter, disse que o Brasil precisa que o Congresso aprove "métodos enérgicos" para estas situações, se recusando, porém, a explicar quais seriam tais métodos. Minutos depois, sob mais insistência, se limitou a dizer que não existe diferenciação entre bater e tratar com "energia": "Qual o limite de bater e tratar com energia? Não tem limite, depende de quem tá lá. Se você pegar qualquer preso da Papuda e perguntar se tá sendo torturado ele vai dizer que tá, é a política da vitimização".

Nesse ponto no vídeo da entrevista, publicado pela página oficial de Bolsonaro no Youtube, é possível observar que houve um corte na edição no momento em que o deputado teria se referido aos "métodos enérgicos" com o termo "broxante", já que a repórter da Folha aparece perguntando o que significaria a expressão logo em seguida, exatamente aos 29 minutos e 20 segundos de vídeo. A resposta de Bolsonaro para a questão, no entanto, foi incluída na edição: "Não sei. Pra ele ficar mais calmo, um calmante". Novamente depois de muita insistência, ele declarou que "broxante" tem nomes diferentes dependendo do Estado, e que um deles seria "Boa noite Cinderela".[80]

---

[79] Entrevista ao Câmera Aberta, da TV Bandeirantes, exibida em 23 de maio de 1999.

[80] O termo geralmente é utilizado para se referir ao golpe que ocorre principalmente em casas noturnas, onde a vítima é sedada por uma combinação de tranquilizantes e bebida alcoólica para ser roubada ou abusada sexualmente. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/ywbynv/o-boa-noite-cinderela-e-o-consumo-de-drogas-em-sao-paulo (último acesso em: 25/04/2018).

Na entrevista cedida ao "The Noite", com Danilo Gentili, também da fase 2, Jair Bolsonaro disse que não pretende repetir os métodos autoritários usados durante o regime militar no Brasil, mas que acredita que o maior problema do país está ligado aos direitos humanos. Questionado pelo apresentador sobre as possíveis soluções que daria para desemprego, para a crise na economia e na saúde, caso eleito presidente, disse todos esses problemas se dão por conta da violência, que acaba não gerando turismo. Para solucionar a criminalidade, então, propõe cercear a atuação dos direitos humanos – o que concorda com suas afirmações anteriores – e também ampliar o excludente de ilicitude.

> Primeiro você tem que dar um cavalo de pau na política de Direitos Humanos, não dá para você tratar o bandido como um excluído da sociedade, uma vítima, tá? Você tem que fazer, num primeiro momento, via Congresso Nacional, no meu entender, aprovar um excludente de ilicitude, não só para ações policiais[81].

Os excludentes de ilicitude, previstos no artigo 23 do Código Penal brasileiro, são as causas justificantes que tornam lícita uma determinada conduta praticada por um sujeito que, normalmente, seria considerada ilícita pela Justiça. De acordo com o Código Penal, são atualmente considerados justificantes casos em que há estado de necessidade, legítima defesa, ou o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.[82] Quando explica para que serviriam os excludentes, Bolsonaro exemplifica, desta forma, o que já é tipificado legalmente: "Você responde, mas não tem pena. Se alguém entrar na tua casa e você matá-lo, você responde, mas não é punido. Se um policial, em operação, matar um marginal, né, ele responde, mas não é punido". Quando Danilo Gentili afirma que esses casos já são interpretados desta forma pela Justiça, o parlamentar revela o que realmente considera um problema: "Negativo, negativo [irritação]. Se você der mais de três tiros no elemento você vai ter dor de cabeça".

Em meio à discussão sobre o tema, Gentili diz que a ampliação do excludente pode dificultar o julgamento de execuções policiais, e Bolsonaro apenas afirma que o policial não tem esse "instinto". Logo em seguida, porém, aproveitou para citar a prisão de 30 policiais no Ceará por supostamente terem participado de uma chacina, criticando o uso do termo para se referir ao assassinato de bandidos: "Chamam de chacina, quando mata marginal chama-se chacina, mesmo assim chamam de chacina", afirmou. A atuação de grupos de extermínio também foi tema da entrevista da fase 2 ao "CB.Poder", do Correio Braziliense. Perguntado

[81] Entrevista ao The Noite, do SBT, exibida em 20 de março de 2017.
[82] https://paulacidale.jusbrasil.com.br/artigos/148680618/as-excludentes-de-ilicitude-e-as-suas-consequencias-no-processo-penal (último acesso em: 26/04/2018).

sobre sua opinião a respeito dos grupos, apenas disse que "a grande verdade é que nós, cidadãos de bem, estamos sendo exterminados por aí, essa é a grande verdade [irritação]".

Em seguida, também ao "CB.Poder", após evitar dar sua opinião sobre os grupos de extermínio e dizer apenas que é necessário "hierarquizar a solução dos problemas", finalizou sua argumentação com a tentativa de desfazer a imagem de ser favorável aos métodos de tortura em prisões – como o tratamento com "energia" citados na entrevista à Folha de S. Paulo -, apresentando uma nova visão que surge em desacordo com as suas declarações nas entrevistas anteriores, principalmente da fase 1. Neste ponto, Bolsonaro afirmou que espera que as pessoas não sofram na cadeia com a tortura, e também precisou fazer referência a um vídeo exibido no início do programa em que justamente aparece opinando de uma maneira completamente diferente sobre o assunto:

> O presídio, eu não quero que ninguém vá sofrer lá, ser torturado. É um local para tirar o bandido da sociedade e para inibir quem, por ventura, quer cometer um ato delituoso. Você viu agora há pouco, na chamada, que apareceu meu nome aí em momentos de explosão no passado. Você não quer ir pra cadeia, que lá é um inferno, sim, é só não fazer besteira[83].

### 7.4 Nem sim, nem não: um Bolsonaro evasivo

Em todas as dez entrevistas trabalhadas o discurso de Jair Bolsonaro apresenta uma característica em comum: raramente responde objetivamente as questões que lhe são dadas. Na fase 1 isso se dá em menor grau e ocorre aparentemente pelo desconhecimento do deputado sobre determinados assuntos, como ocorreu quando o entrevistador do "Câmera Aberta", de 1999, o perguntou sobre uma possível solução para os problemas do Banco Central, e Bolsonaro se limitou a responder honestidade. "Olha, xará, o melhor papel é pessoas honestas [levanta a voz] para comandar esse país", disse. Nas entrevistas mais recentes, da fase 2, em que claramente tenta se apresentar como um candidato mais ao centro do espectro político – e com ideais mais neoliberais -, a falta de objetividade nas respostas surge como tática para evitar polêmicas do passado e, na maior parte dos casos, para não dizer que apoia totalmente medidas impopulares de governo, como sua nova postura deveria sugerir.

[83] Entrevista CB.Poder, do Correio Braziliense, exibida em 15 de fevereiro de 2017.

Na entrevista para a Folha de S. Paulo, por exemplo, Bolsonaro se posicionou totalmente do lado dos empresários e criticou a legislação trabalhista brasileira, a qual chamou de "madrasta" para o empregador, mas ao mesmo tempo evitou atribuir a si mesmo medidas de austeridade que seriam utilizadas para resolver os problemas na área trabalhista. Buscou, para isso, colocar suas afirmações como soluções vindas do empresariado, e não necessariamente dele. O entrevistado inclusive se preocupou em lembrar à repórter que estava gravando a entrevista, para que não atribuam sua fala a ele próprio, e sim aos empresários.

> Olha só, eu vou falar uma coisa pra você, por isso que ele está gravando aqui, porque o pessoal deturpa, né, segundo dos empresários, não é segundo o Jair Bolsonaro, segundo os empresários o trabalhador vai ter que decidir entre menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego, tá ok? Isso quem fala são os empregadores. E eles, né, dizem que para empregar alguém no Brasil é um sacrifício[84].

Esse método discursivo usado por Bolsonaro é trabalhado por Maingueneau (2004) em suas análises e, na obra do autor, situa-se dentro do conceito de modalidade. A modalidade nada mais é, de acordo com ele, que a atitude do enunciador face ao que ele próprio diz ou a relação que o co-enunciador estabelece por meio do ato de enunciação. A enunciação, deste modo, seria como falar apontando o dedo para sua própria fala. "A atividade enunciativa se mostra essencialmente reflexiva: ela fala do mundo apontando, de algum modo, com o dedo, para sua própria atividade de fala" (MAINGUENEAU: 2004, p. 108).

Para distanciar-se de uma determinada fala, ainda segundo o autor, são usados também elementos chamados de modalizadores, que auxiliam o enunciador a comentar o que ele próprio diz e indicar que não é verdadeiro responsável por um enunciado. Segundo Fairclough (2001), que também analisa a modalidade, o recurso refere-se aos graus de comprometimento menos categóricos e menos determinados a favor ou contra a um determinado assunto. O autor cita alguns exemplos: a modalidade estaria, nesse contexto, na escolha por expressões como "a terra pode ser plana", "provavelmente é" ou "possivelmente é plana", ao contrário de afirmar, categoricamente, que "a terra é plana", ou negar, dizendo "a terra não é plana". Sendo assim, com isso, o enunciador distancia a si mesmo de alguns níveis de seu texto.

[84] Entrevista à Folha de S. Paulo, publicada no Youtube em 13 de março de 2017.

Um exemplo da teoria pôde ser observado quando o parlamentar falou sobre a questão trabalhista ao "CB.Poder", do Correio Braziliense, em que usou o mesmo argumento e o mesmo recurso. Antes de iniciar sua argumentação, disse que o programa era ao vivo e, sendo assim, eles não teriam como atribuir a ele as considerações que faria em seguida, o que configuraria uma "maldade". "O empregador tem dito o seguinte: deputado, a questão do desemprego, o trabalhador vai ter que decidir: menos direitos e mais empregos, ou todos os direitos e desemprego. É o empresário que tem dito isso pra mim, não sou eu que tô (sic) dizendo". Questionado sobre concordar ou não com isso, foi evasivo: "O que eu acho disso? Quem vai responder é o empregado", evitando se posicionar.

Na mesma entrevista, situação parecida ocorreu quando Bolsonaro foi questionado sobre uma declaração que teria dado no passado em entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, onde afirmou ter "pena dos empresários no Brasil" pela existência de muitos direitos trabalhistas que dificultam os negócios, sendo um deles a licença-maternidade.[85] Na justificativa, negou ter dito o que o jornal publicou e afirmou que apenas apresentou a visão do empresariado sobre as mulheres: "Eu pesquisei, e respondi. Porque o empresário, em grande parte, resolve para a mesma função pagar menos. Tendo em vista, um direito trabalhista a mais, que é a questão da gravidez".

Também aproveitou para acusar o Zero Hora de ser comandado por petistas. "Eles resolveram botar na minha conta. Um jornal chapa branca, sempre teve na mão do Tarso, do Tarso lá, do PT", disse. Novamente questionado se concordaria ou não com esta visão, ele não respondeu diretamente, deixando a concordância nas entrelinhas[86].

> Você não pode botar na lei a igualdade de função para a iniciativa privada. No serviço público é assim. Se eu e Denise [entrevistadora] fizemos concurso para ser sargento do exército, nós vamos ter exatamente o mesmo salário, não tem problema no serviço público, civil ou militar. Na iniciativa privada, isso o empresário leva em conta, a quantidade de direitos, um a mais da mulher, que quebra a rotina. Ele paga o salário dela, depois é abatido no que ele vai descontar no INSS, ele prefere não empregar mulher ou empregar e pagar menos[87].

[85] A declaração completa pode ser lida no portal digital do jornal Zero Hora, através do link https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-Nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-4660531.html. (último acesso em: 27/04/2018).

[86] Em 15 de fevereiro de 2016, em entrevista ao programa "Superpop", apresentado por Luciana Gimenez, Bolsonaro declarou que não empregaria homens e mulheres com o mesmo salário. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AGd2h464Hvo a partir de 20 minutos e 50 segundos do vídeo (último acesso em: 27/04/2018).

[87] Entrevista ao CB.Poder, do Correio Braziliense, exibida em 15 de fevereiro de 2017.

As tentativas de evitar dar respostas assertivas também foi observada na discussão de diversos outros temas, sendo um dos principais a inclusão ou não dos militares na reforma da previdência. Questionado pela repórter da Folha de S. Paulo se apoiaria a exclusão dos militares, deu respostas que indicam que não aceita que os militares sejam incluídos, mas sem nunca afirmar diretamente. Inicialmente, apenas resolveu citar as dificuldades em ser militar no Brasil: "Eu digo que a carreira militar tem tanto privilégio, tanta mordomia, que nenhum deputado tem um filho militar, nem na Academia, na Escola de Sargentos, pergunta se um dos 594 parlamentares tem filho militar".

A repórter da Folha insistiu, por diversos minutos, para que Bolsonaro explicasse mais claramente sua posição, e ainda assim não obteve objetividade. "Se nos colocarem com os mesmos direitos trabalhistas, vocês vão ver uma Forças Armadas entrando em greve, é isso que vocês querem?". Ainda sob insistência, desviou o foco para a aposentadoria do Judiciário: "Por que vocês não dão pancada no Judiciário? Quando se fala em teto, R$ 33 mil, vocês ignoram o Judiciário. Tão com medo do Judiciário?".

Em meio aos elogios à administração de Donald Trump nos Estados Unidos – especificamente em sua política em relação aos imigrantes -, Bolsonaro também deu respostas na mesma entrevista que davam a entender que concorda com uma política de restrição à imigração, após insistência da repórter por objetividade: "Se você acha que nós devemos abrir a porta para todo mundo, dê exemplo derrubando as portas e janelas da tua casa, torna um lar sem portas e janelas". Como justificativa para suas afirmações, continuou sem afirmar o que faria na prática, decidindo apenas desqualificar os imigrantes, especificamente os do norte da África.

> Você só serve para o prazer dele, você inclusive, me desculpa baixar o nível aqui, nem goza em relações sexuais com eles. [...] Porque a mulher, a mulher... É cortado o clítoris dela, em muita gente lá no norte da África. A mulher não tem prazer, a mulher é um ser abjeto. Esses não aceitam ser empregados de mulher aqui. Se você levar ele (sic) para Copacabana, e ver uma mulher de fio dental, ele não vai gostar disso também. Então a nossa cultura é completamente diferente da deles, e junto com eles veio muita gente que não presta. Não tô generalizando, tem muita gente que não presta, e você não pode escancarar as portas do Brasil para o mundo[88].

Outra característica comum observada nas entrevistas como um todo, porém principalmente nas da fase 2, é que Bolsonaro tem o costume de mudar o assunto com frequência em suas respostas, principalmente quando quer evitar adentrar em algumas de suas "fraquezas" e pontos controversos de suas argumentações. Isso pôde ser percebido na

[88] Entrevista à Folha de S. Paulo, publicada no Youtube em 13 de março de 2017.

entrevista ao “The Noite”, quando o apresentador Danilo Gentili o perguntou se entende ou não de economia. Na ocasião, Bolsonaro confirmou que não domina o tema, mas logo desviou a temática para uma comparação com os governos petistas: “Olha, bota na mesma sala eu, Lula e Dilma, aplique-nos a prova do Enem, se eu não tirar uma nota maior que os dois juntos, não estou preparado, tá ok?”. A situação se repetiu quando o deputado citou que, entre suas propostas, estaria a de “abrir comércio com o mundo todo”, e Danilo Gentili quis saber o que significaria isso na prática, não obtendo uma resposta sobre o assunto:

> Você tem que... Você tem que diminuir o tamanho do Estado. O Estado muito inchado como nós temos, ele é motivo de cobiça. O pessoal quer Ministérios, quer secretarias, quer agências, quer tudo. Lamentavelmente, o grande problema nosso, com todo respeito que eu tenho a minha casa, é o Parlamento[89].

Confirmando, também, a sua preferência por frases de efeito – que geralmente se repetem em todas as suas entrevistas -, Bolsonaro usou uma mesma expressão na tentativa de evitar dar uma opinião sobre o governo de Michel Temer na entrevista ao “The Noite” e também no programa “CB.Poder”, do Correio Braziliense. Questionado, diretamente, sobre as medidas econômicas implantadas pelo presidente, disse nas duas ocasiões que “tão grave quanto a corrupção é questão ideológica”, dirigindo em seguida críticas ao Partido dos Trabalhadores. Ao “The Noite”, seguiu dizendo: “A corrupção está incrustada em qualquer partido, e a questão ideológica é muito mais grave no PT. Então eu fui favorável ao impeachment e ficamos livre um pouquinho da questão ideológica”. Já ao Correio Braziliense, citou até as escolas na questão em que deveria responder sobre Temer.

> Se eu bater a tua carteira aqui você vai ficar revoltado, mas vai recuperar esse dinheiro lá na frente, de uma forma ou de outra. Agora, se eu roubar a tua liberdade, como o PT vinha trabalhando, né, fazendo doutrinações não mais em Universidades, e vocês passaram por isso no curso superior, tá? Mas em escola pública de ensino fundamental, você vê livros, tá, do ensino fundamental, contém figuras ‘o capitalismo é um inferno e o socialismo é um paraíso’[90].

Percebendo um desvio de foco, Leonardo Cavalcanti, um dos entrevistadores do programa “CB.Poder”, insistiu para que Bolsonaro explicasse sua opinião sobre o governo de Michel Temer: "Estou perguntando do Governo Temer, Deputado", mas ainda assim não recebeu uma resposta objetiva. Bolsonaro apenas seguiu comparando o governo Temer com o anterior, de Dilma Rousseff, concluindo seu raciocínio, quando reclamava da “questão ideológica” no governo petista. No fim das contas, Bolsonaro não exprimiu sua opinião em

[89] Entrevista ao The Noite, do SBT, exibida em 20 de março de 2017.
[90] Entrevista ao CB.Poder, do Correio Braziliense, exibida em 15 de fevereiro de 2017.

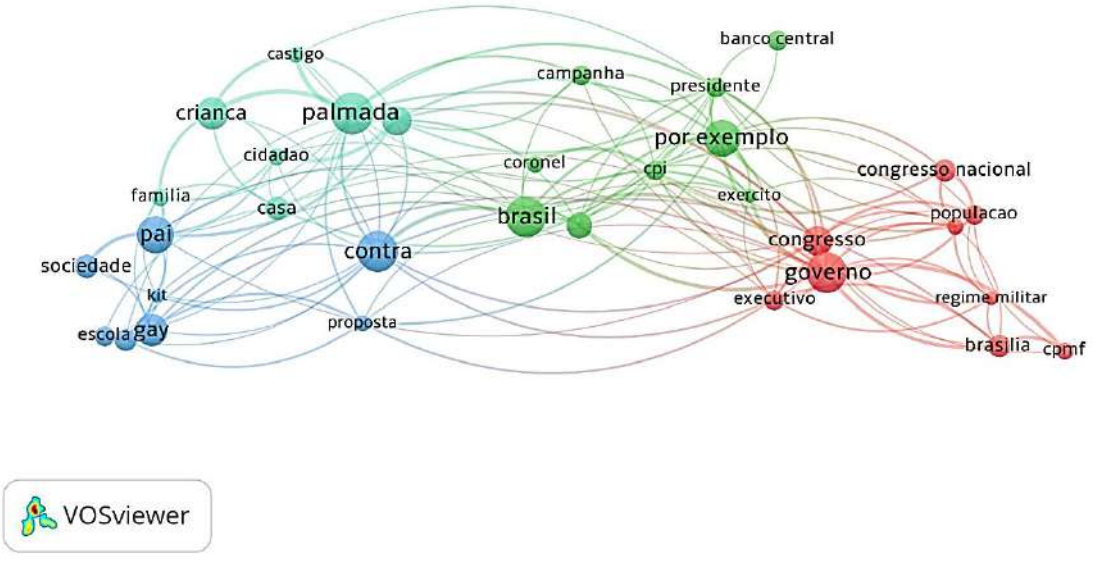
nenhuma ocasião em que foi questionado sobre o governo de Michel Temer, que já enfrentava uma crise de popularidade no período da entrevista.

> Isso aí deu uma certa refluída. Se bem que eu se fosse o Temer cortaria completamente a gasolina desses movimentos sociais, completamente. Dinheiro de ONGs, ONGs que defendem os Direitos Humanos comigo não sairia um centavo, nós temos que combater isso daí[91].

### 7.5 Visualização das coocorrências

Para a análise científica no *VOSviewer*, as entrevistas foram divididas em dois arquivos de texto: um com o material da fase 1 e outro com os textos da fase 2, para com isso realizar a diferenciação no uso de termos específicos nos dois momentos distintos. Foram excluídas todas as perguntas dos entrevistadores e participantes dos diálogos, deixando apenas as falas de Jair Bolsonaro em cada arquivo. Por ser um programa de trabalha exclusivamente na língua inglesa, todos os acentos gráficos precisaram ser removidos para a realização da mineração do texto.

Figura 1 - Visualização da ocorrência dos termos mais utilizados na fase 1




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

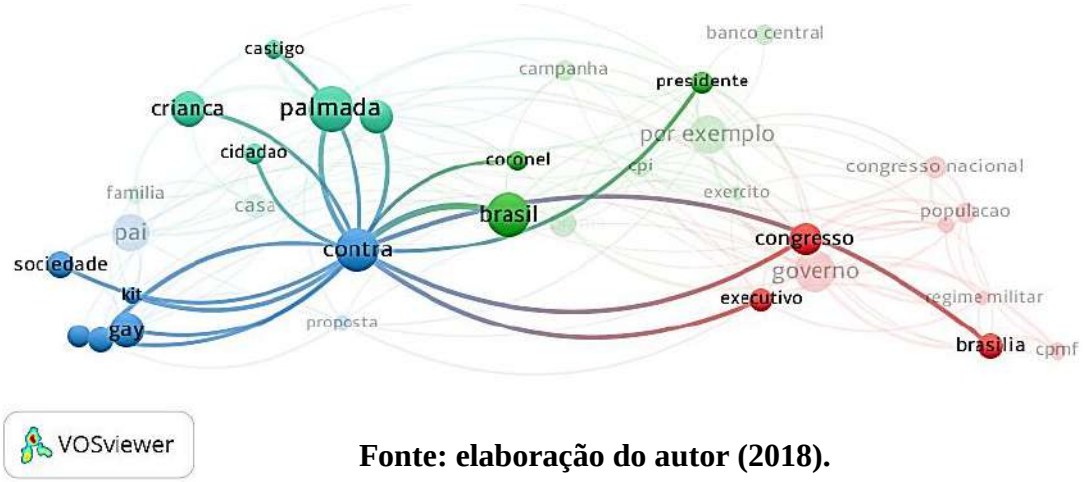
[91] Entrevista ao CB.Poder, do Correio Braziliense, exibida em 15 de fevereiro de 2017.

A visualização dos termos que mais foram utilizados na fase 1 possibilitou confirmar que o parlamentar usou boa parte de seu tempo para criticar homossexuais e o sistema de governo brasileiro. O programa dividiu todo o discurso de Jair Bolsonaro desta fase em quatro *clusters* que separaram 33 termos principais em seus respectivos grupos – levando em consideração com quais outros termos eles se conectavam. A proximidade dos *clusters* no gráfico também indica sua proximidade entre si. Confira a divisão:

- *Cluster* 1 [azul, 8 termos]: contra; escola; gay; Haddad; kit; pai; proposta; sociedade.
- *Cluster* 2 [azul claro, 7 termos]: casa; castigo; cidadão; criança; família; mãe; palmada.
- *Cluster* 3 [verde, 9 termos]: banco central; Brasil; campanha; coronel; CPI; exercito; por exemplo; presidente; problema.
- *Cluster* 4 [vermelho, 9 termos]: Brasília; congresso; congresso; nacional; CPMF; executivo; governo; judiciário; população; regime militar.

Os 33 termos minerados pelo *VOSviewer* realizaram 148 links entre si. Inserido no *cluster* 1, ao lado de termos como "contra", "sociedade" e "escola", a palavra "gay" teve representação considerável no discurso da fase 1, tendo 14 menções ao todo (excluindo palavras como "homossexuais" e "LGBT"). Pela grande proximidade com o *cluster* 2, é possível inferir a opinião do deputado sobre o tema e como ele coloca a homossexualidade em oposição aos conceitos de "família" e "criança". O termo mais usado, no entanto, foi "contra", mencionado 18 vezes. Além de se relacionar com os homossexuais, a palavra surgiu nas duras críticas feitas ao governo e à corrupção.

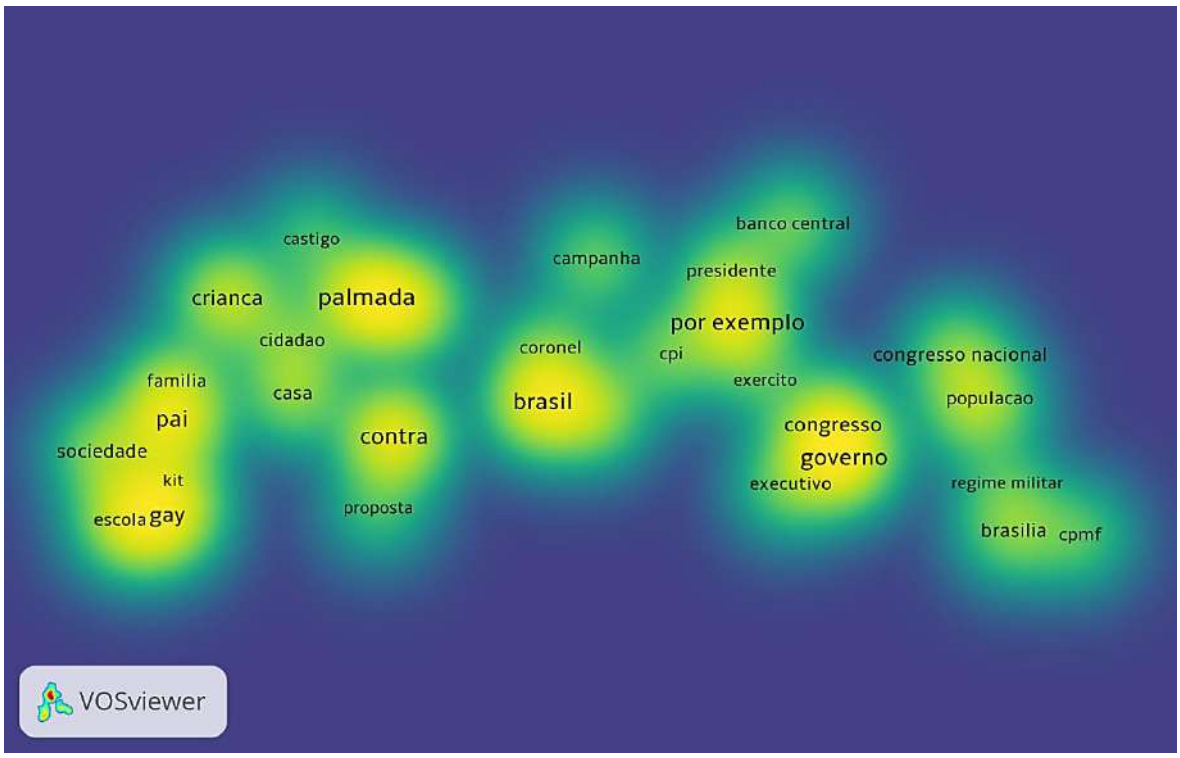
Figura 2 – Conexões realizadas com o termo "contra" na fase 1




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

A construção de outro tipo de visualização foi possível através dos discursos de Bolsonaro na fase 1. No gráfico abaixo, se verifica a densidade das redes de coocorrência dos termos preponderantes extraídos do material de análise. Nos pontos com cores mais quentes, nesse caso em amarelo, estão distribuídas as expressões e termos mais utilizados pelo deputado e, principalmente, os que apresentam conexões mais fortes com outros *clusters*. Termos usados na discussão de temas ligados à moral, como "família", "pai", "sociedade", "escola" e "gay" ficaram em evidência.

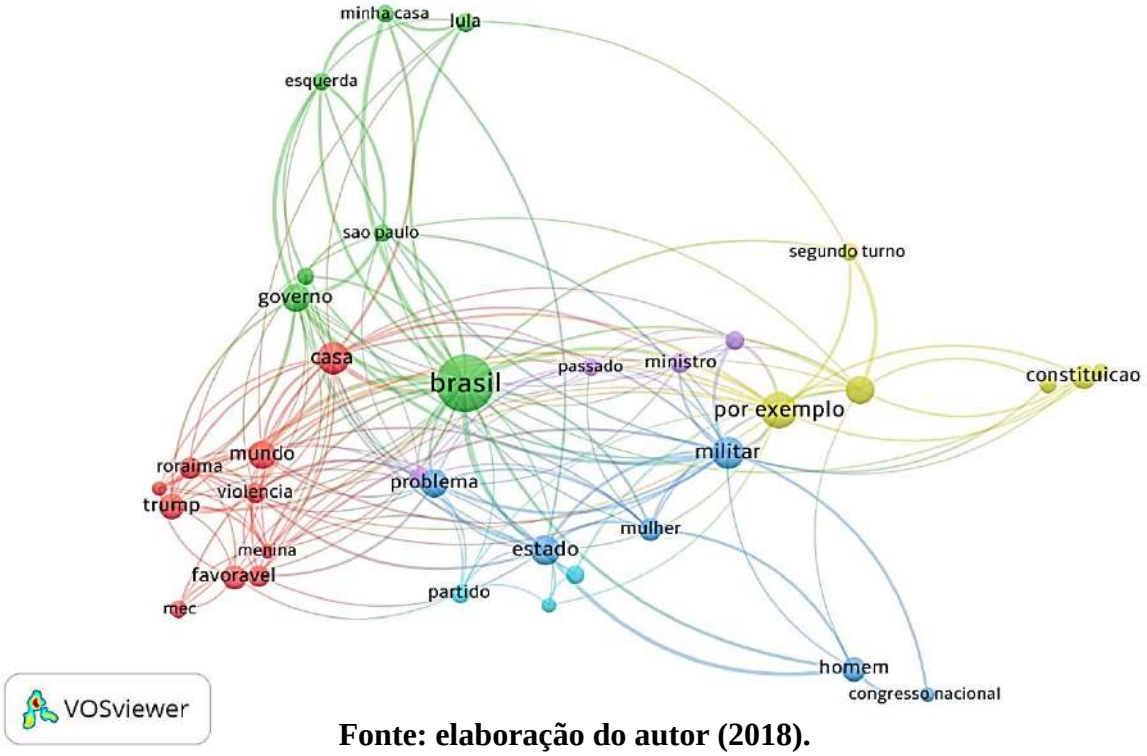
Figura 3 – Mapa da densidade dos termos da fase 1




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

Na fase 2, que compreende as entrevistas em que Bolsonaro cita a possibilidade de concorrer à Presidência da República – dadas após o media training -, a configuração dos gráficos gerados pelo *VOSviewer* mudou de maneira significativa. É possível observar que a quantidade de *clusters* aumentou - seis ao todo – e que eles estão mais distantes entre si, o que pode indicar que o discurso do parlamentar se tornou um pouco menos objetivo e com ideias esparsas. Termos como “gay” ou “kit”, em referência ao “kit gay”, sequer apareceram nos gráficos da fase moderada. A expressão “regime militar” também desapareceu, dando lugar aos termos “militar” e “polícia militar”.

Figura 4 – Visualização da ocorrência dos termos mais utilizados na fase 2




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

O programa dividiu os 36 termos selecionados da fase 2 em seis *clusters*, que estabeleceram ao todo 183 *links* com os demais. Todos os clusters se conectam de maneira forte (linhas mais densas) com a palavra "Brasil", que passou a centralizar o discurso. O nome do país foi mencionado 53 vezes e se conectou com 31 dos 36 termos que compõem o gráfico, se referindo, em boa parte das vezes, à "casa" e "minha casa". Confira a divisão:

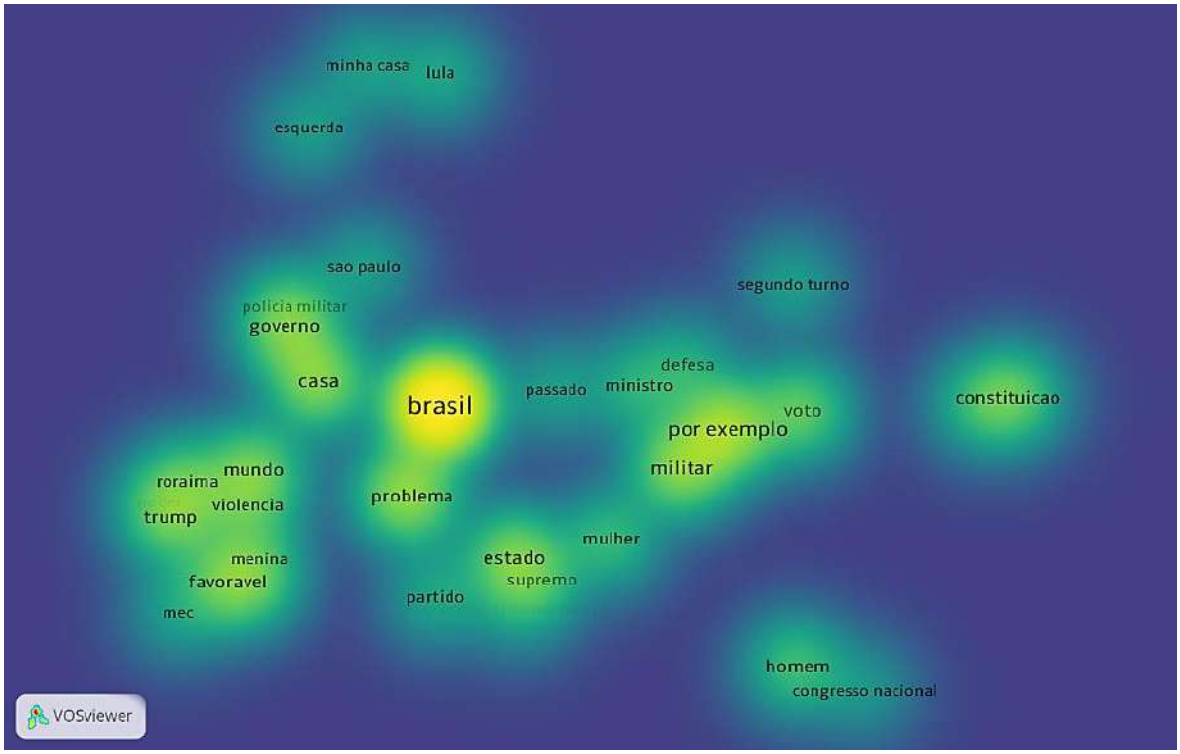
- *Cluster* 1 [vermelho, 10 termos]: casa; escola; favorável; MEC; menina; mundo; poder; Roraima; Trump; violência.
- *Cluster* 2 [verde, 7 termos]: Brasil; esquerda; governo; Lula; minha casa; polícia militar; São Paulo.
- *Cluster* 3 [azul, 6 termos] Congresso Nacional; Estado; homem; militar; mulher; problema.
- *Cluster* 4 [6 termos, amarelo] Congresso; constituição; futuro; por exemplo; segundo turno; voto.
- *Cluster* 5 [roxo, 4 termos]: defesa; ministro; passado; Temer.
- *Cluster* 6 [azul claro, 3 termos]: partido; supremo; supremo tribunal federal.

O termo “Trump”, em referência ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também aparece em evidência no gráfico da fase 2. A palavra se aproximou do termo “Roraima”, estado brasileiro que Bolsonaro acusou de estar sendo supostamente invadido em massa pelo povo venezuelano – o que indica que problema imigratório se tornou uma questão constante nesta fase. Outro termo novo no discurso do parlamentar nesta fase foi “Lula”, que fez conexão direta com a expressão “segundo turno”.

“Regime militar”, que apareceu consideravelmente na fase 1, desapareceu no gráfico criado pelo *VOSviewer* da fase atual, mais moderada, e no lugar aparece apenas “militar”, que se conecta com o termo “passado”. É possível inferir, com isso, a intenção de Jair Bolsonaro em deixar no passado as vezes em que pediu o retorno da ditadura militar anteriormente. O termo “militar”, inclusive, apareceu também ligado diretamente com "constituição" – que surge isolado dos outros termos, na lateral.

Em relação à densidade, a mudança também foi significativa e indica um Bolsonaro mais nacionalista e mais ameno que no passado. Agora, as partes mais quentes foram reduzidas, sendo a área mais densa a que representa o termo “Brasil”, indicando que o analisado buscou centrar sua argumentação em torno dos problemas enfrentados pelo país, deixando de lado polêmicas sobre a comunidade LGBT, por exemplo.

Figura 5 – Mapa da densidade dos termos da fase 2




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

Comparativamente ao uso da análise do discurso, a utilização do software de mineração de textos possibilitou confirmar com clareza a divisão temática do discurso bolsonarista em dois momentos distintos: antes e depois da indicação da candidatura à Presidência de República. Os resultados da análise crítica da primeira fase externaram a retórica reacionária do analisado em torno de um modelo de família tradicional – homem, mulher e filhos – e da homofobia, em que temas ligados à moral ficaram em evidência e centralizaram a temática em todas as entrevistas. Em seguida, quando Jair Bolsonaro indicou oficialmente que poderia se tornar um presidenciável, a análise qualitativa em conjunto com o software de mineração trouxe à tona uma mudança para um discurso mais vazio, em que seu projeto de Brasil toma o lugar, ao menos parcialmente, das polêmicas passadas. As técnicas de análise e a base metodológica utilizada ainda esclareceram que no novo discurso - atualmente com contornos menos ditatoriais - existe a tentativa de se posicionar de maneira neutra no espectro político e também de indicar uma postura econômica mais liberal, algo que se manteve fora de suas proposições anteriores.

## 8. Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou o esclarecimento das questões referentes à estruturação discursiva de Jair Bolsonaro e uma análise minuciosa das mudanças ocorridas em suas falas na mídia com o passar dos anos e, principalmente, com o aumento considerável de sua popularidade. Com base no material de texto analisado, totalmente proveniente de entrevistas, foi possível inferir que a simplicidade no discurso – aliada com um extremo superficialismo – é a principal característica observada. Além disso, esta especificidade também é o que difere substancialmente as opiniões do deputado de outras experiências discursivas autoritárias ocorridas no país no passado, estudadas no segundo capítulo.

As transcrições utilizadas no trabalho apresentaram algumas características comuns entre si. Uma delas é a falta de profundidade nas ideias, tanto na fase 1 quanto na fase 2, e também a incoerência de algumas argumentações, sobretudo pela falta de objetividade observada em todas as amostras. O discurso de Jair Bolsonaro, repleto de frases de efeito que se repetem incessantemente, traz falas que podem ser compreendidas facilmente e que abusam do uso de exemplos: em boa parte das vezes o parlamentar fez uso da exemplificação – e de hipérboles - para exacerbar e intensificar situações distintas, como na vez em que, durante a entrevista ao "Participação Popular", da TV Câmara, descreveu uma cena fictícia em que a polícia prendia pais com truculência por terem dado uma palmada em seu filho. "Abaixe o chinelo e saia com as mãos para cima!", disse, exemplificando como seria caso a "lei da palmada" fosse aprovada.

Jair Bolsonaro têm, sim, algumas semelhanças com os autores que iniciaram um pensamento autoritário genuinamente brasileiro nas décadas iniciais do século XX, mas estas similaridades param na eleição de "inimigos da pátria" e de inibidores do crescimento do país. Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e outros autores ganharam projeção nacional por serem pensadores, intelectuais interessados em pensar o Brasil na busca por uma solução para a grave crise econômica e institucional durante a República Velha. Todos eles buscavam, à sua maneira, embasamento teórico e prático para suas ideias – mesmo as mais absurdas - e publicaram obras densas que nortearam diversas ações políticas tomadas no período. Nas afirmações de Bolsonaro, porém, esta profundidade discursiva para embasar possíveis ações autoritárias não é encontrada, o que contribuiu,

inclusive, para deixar sem explicação muitas das questões apresentadas por ele nas entrevistas analisadas.

Estes pensadores autoritários do século XX estudaram as origens da população brasileira para, com isso, contornarem a crise de uma nação exportadora essencialmente de bens primários em um mundo em crescente industrialização. Fizeram uma análise, inclusive, dos sistemas nazistas e fascistas que se consolidavam na Europa naquele período para diferenciar seus ideais e propor soluções baseadas nestes sistemas, mas com adaptações específicas a partir das necessidades que a população brasileira tinha, de acordo com eles. Oliveira Viana, por exemplo, se apresentava como um profundo conhecedor destas necessidades da nação brasileira e suas propostas – até a de arianização do Brasil – eram baseadas nas conclusões de seus estudos étnicos.

Além de pesquisar a diferenciação entre autoritarismo e totalitarismo, na justificativa de suas soluções, Oliveira Viana tinha uma proposta clara para o problema econômico que o país enfrentava no momento: a adesão ao corporativismo. A ideia era de dividir a população em corporações que abarcariam todas as necessidades do povo, que concentrariam suas demandas nestes grupos. Mesmo não tendo funcionado integralmente – apesar de algumas ideias terem sido aproveitadas -, a sugestão era direta e objetiva, sustentada por experiências ocorridas no exterior. Já as respostas que Jair Bolsonaro deu para resolver a crise econômica brasileira, por exemplo, prezaram em todas as ocasiões pela superficialidade. Ao dizer que o Brasil precisaria "diminuir o tamanho do Estado" e "fazer comércio com o mundo todo", não conseguiu explicar o que estas ideias significariam na prática, confirmando uma tentativa de aceno ao mercado financeiro, mas que ao mesmo tempo deixou claro que ele não tinha capacidade de conceituar suas próprias afirmações.

Pensando nas contribuições mais efetivas desses autores para a política na época, é possível apontar a adesão parcial dos princípios corporativistas nas Constituições de 1934, 1937 e em 1946. De acordo com Vieira (2010), inclusive, boa parte dos ideais de Oliveira Viana, como a ideia de um Estado forte e centralizador, nortearam decisões políticas por muitos anos no século passado. Já Francisco Campos, por exemplo, formulou as premissas básicas dos Atos Institucionais da ditadura militar, em 1964. Em contrapartida, as propostas de Bolsonaro durante seus quase 30 anos de atuação no Congresso, sustentadas por suas opiniões controversas, não tiveram o apoio de seus colegas parlamentares e conquistaram pouca representatividade no cenário político.

O que se encontra nos discursos de Bolsonaro e dos autores conservadores do século XX são justamente os elos argumentativos mais frágeis: o apontamento de figuras ou grupos que impedem o país de crescer. Para Bolsonaro, grupos LGBT (principalmente na fase 1), a esquerda política e os defensores dos direitos humanos são os que colaboram para o atraso. Já alguns autores do século passado, além de creditarem os problemas do Brasil ao liberalismo econômico, colocavam os problemas como culpa da população de negros e da miscigenação. Na tabela abaixo, é possível observar a comparação dos principais inimigos da nação e as soluções para o "problema Brasil" de cada um deles.

| Nome | Inimigos do crescimento | Principais soluções |
|---|---|---|
| Oliveira Viana | Liberalismo, negros, indígenas e mulatos | Estrutura corporativista; autoritarismo; embranquecimento |
| Azevedo Amaral | Liberalismo, negros, indígenas e mulatos | Estrutura corporativista; embranquecimento; distribuição de riquezas; ditadura |
| Alberto Torres | Liberalismo, imigração, brasileiros boêmios e preguiçosos | Criação de um indivíduo brasileiro (nacionalismo); hierarquização da sociedade |
| Francisco Campos | Liberalismo e irrupção das massas | Ditadura; educação como forma de controle |
| Jair Bolsonaro | Direitos da população LGBT (fase 1), esquerda e direitos humanos | Cerceamento de grupos de direitos humanos; armar a população e ampliar excludente de ilicitude |

Tabela 2: Principais características do pensamento conservador de Jair Bolsonaro e autores analisados.

Diferente dos nomes conservadores do século passado, que além de elegerem figuras étnicas culpadas pelo atraso também pensaram nos problemas sociais estruturalmente – buscando alternativas ao liberalismo econômico -, Jair Bolsonaro baseou sua argumentação apenas nos grupos sociais que considera inimigos do crescimento. Na fase 1 o ativismo LGBT seria responsável pela degradação moral da sociedade; na fase 2 os partidos de esquerda e defensores dos direitos humanos precisariam ser reduzidos a zero para que o país crescesse economicamente. O parlamentar atribuiu totalmente à violência a situação crítica na economia brasileira e pôde trabalhar em seu discurso o processo de culpabilização destes

grupos pelo aumento da criminalidade. Desta forma, até a pontuação dos inimigos para o crescimento se demonstrou essencialmente vazia e superficial, já que ignora as diversas variáveis para o desenvolvimento de um país.

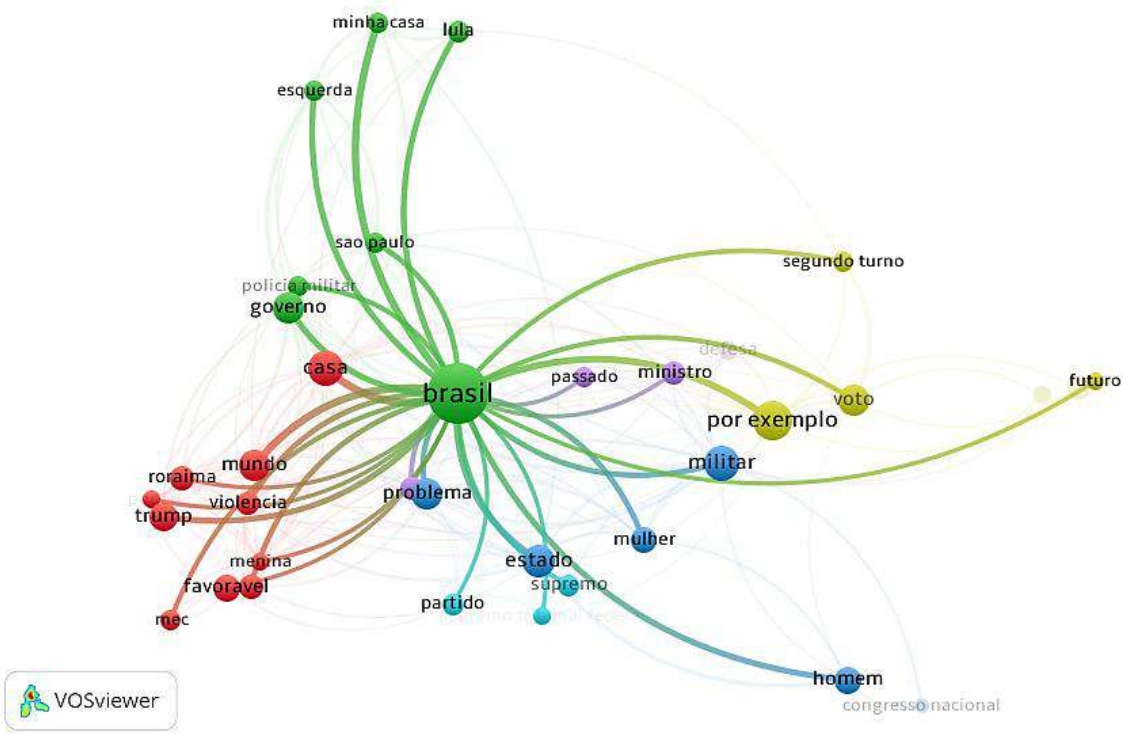
Ao dizer nas entrevistas que a crise econômica no Brasil está totalmente ligada à violência urbana e que essa, por sua vez, é culpa exclusivamente da atuação das políticas de direitos humanos, Jair Bolsonaro simplifica uma questão complexa e traz à população uma maneira fácil de resolver, de uma vez, a escalada da violência e a crise econômica no país: impedindo que a esquerda e grupos ligados aos direitos humanos possam se organizar e agir politicamente. Guardadas as devidas proporções, a situação se assemelha com a sangrenta busca por culpados do regime nazista pela situação crítica vivida na Alemanha com o fim da Primeira Guerra Mundial. Principalmente os judeus, mas também negros, homossexuais, militantes comunistas, deficientes motores e mentais, entre outros, foram considerados indesejáveis e um impedimento para o retorno da soberania alemã durante o Terceiro Reich.

As falas da fase 2 ainda apresentam um problema substancial pela falta de coerência com todos os ideais defendidos pelo deputado desde que iniciou seu primeiro mandato na política, em 1989. Sua trajetória no Parlamento e projeção nacional se deram justamente por defender o retorno da ditadura militar e o cerceamento das liberdades individuais, sobretudo de militantes de esquerda. Deste modo, é completamente incoerente quando afirma que nunca defendeu a tortura, já que por anos discursou acaloradamente a favor destas práticas. Uma de suas bandeiras políticas defendidas em uma das entrevistas da fase 2, porém, demonstram que o apreço pelo violência contra aqueles que cometem delitos ainda está presente: quando Bolsonaro pede uma ampliação dos excludentes de ilicitude (inclusive para os civis), que atualmente já preveem a inocência de quem age em legítima defesa ou de acordo com o cumprimento de suas funções, ele afirma, claramente, que é necessário que a Justiça ignore os excessos cometidos e a crueldade.

Apesar de algumas posições polêmicas ainda estarem parcialmente presentes, o resultado das análises em gráficos do VOSviewer pôde constatar, através da mineração de termos no texto, que a maior parte das falas controversas foram substituídas por um nacionalismo exacerbado: todas as suas ideias e brigas acaloradas do passado ocorreram, de acordo com ele, por estar defendendo a "integridade" da nação e do país, definido diversas vezes como "minha casa". Centrar o discurso no Brasil e nos problemas da nação pode ter sido uma das formas encontradas por ele para se desviar das polêmicas do passado. Como

destaca o gráfico de conexões do termo “Brasil”, ele esteve ligado com quase todos os outros termos do gráfico.

Figura 6 – Conexões (links) realizados com o termo “Brasil” na fase 2




**Fonte: elaboração do autor (2018).**

Através da pesquisa, foi ainda possível constatar que a figura de Jair Bolsonaro se encaixa exatamente nos estudos de Maria Rita Kehl (2015) sobre o homem ressentido da contemporaneidade: uma figura que está sempre atribuindo ao outro uma série de problemas existentes e que é incapaz de enxergar a corresponsabilidade pela situação em que vive e, principalmente, está sempre buscando grupos, pessoas ou instituições culpadas por seu sofrimento. Bolsonaro se apresenta, deste modo, como um líder político ressentido apoiado por uma população mais ressentida ainda que busca responsáveis pela crise econômica e institucional da nação – sendo um destes responsáveis, paradoxalmente, a classe política na qual o deputado está inserido.

Em meio a uma sociedade com extrema dificuldade em se enxergar como uma agente transformadora da realidade social, o parlamentar surge como a figura imageticamente autoritária capaz de reduzir a cinzas os inimigos e todos os “culpados” pelo atraso brasileiro. E apesar de fazer parte da classe política por quase três décadas, e de estar se estabelecendo cada vez mais como uma importante figura política, o discurso de Jair Bolsonaro nas duas

fases também demonstrou enorme descrédito pelos seus colegas no Parlamento. Com isso, Bolsonaro tenta se igualar ao seu ouvinte: ele, mesmo sendo político, também não confia em nenhum deles. Essa característica discursiva, de reproduzir uma opinião sempre de acordo com a indignação da população, pode ser uma das variáveis determinantes para o apoio incondicional que o deputado recebe nas redes de sua militância.

Um caminho possível para o desenvolvimento da pesquisa em questão pode ser, ainda, o por quê um discurso que carece tanto de profundidade, base factual e objetividade tem se popularizado com rapidez e efetividade nas redes sociais. Quando Bolsonaro afirma, ele mesmo, que não tem base nenhuma para dizer que 90% dos filhos adotados por casais homossexuais se tornarão garotos de programa no futuro, é importante identificar o motivo pelo qual, ainda assim, a ideia seja reproduzida massivamente entre seus apoiadores.

Mesmo carecendo de base e fonte de dados, as falas do deputado são facilmente digeridas e automaticamente transformadas em verdade absoluta através de seus militantes, em um processo constante de legitimação. Esta questão específica ainda pode levar a outros pontos: é necessário aprofundar como o algoritmo do Facebook, por exemplo, está contribuindo de maneira significativa para a disseminação dos ideais da extrema-direita na rede social, principalmente através das publicações direcionadas na *timeline* e da divisão dos usuários em grupos identitários.

Outro direcionamento para evolução da pesquisa centra justamente nos usuários e militantes virtuais ligados ao deputado nas redes. Como apontou o artigo de Alves (2017), a extensa rede de apoiadores e conexões de Bolsonaro e filhos influenciaram significativamente a disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 nas redes sociais, principalmente no Twitter. O alvo principal foi o candidato Marcelo Freixo, do PSOL, identificado como um dos inimigos políticos da família de Jair Bolsonaro. A militância anti-Freixo liderada pelos perfis bolsonaristas foi responsável por mobilizar consideravelmente mais pessoas que o próprio adversário dele no segundo turno, Marcelo Crivella, o que demonstra como estas conexões estão bem posicionadas e fortes. Elas são capazes de atuar como uma ferramenta que pode ser decisiva em diversos pleitos ao redor do país.

A relação entre as *fake news* e a extrema-direita também pode ser aprofundada. É sabido que a disseminação de notícias falsas na rede tem contribuído de maneira considerável para o avanço destes grupos, vide as polêmicas envolvendo as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos e o referendo britânico que tirou o Reino Unido da União Europeia. A própria figura de Bolsonaro, inclusive, passa por um processo de

mitificação nas redes que está inserido em um emaranhado de notícias falsas ou manipuladas, que contribuem para sua popularização e até mesmo ajudam no ataque aos adversários políticos. Notícias como "Bolsonaro foi considerado o político mais honesto do mundo"[92], por exemplo, foram reproduzidas à exaustão e tiveram papel fundamental na construção de uma imagem de líder contra a corrupção generalizada presente no cenário político brasileiro.

[92] https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/google-bolsonaro-mais-honesto-do-mundo?utm_term=.itKjOQA3j#.doNnk49Wn (último acesso em: 19/05/2018).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Hucitec editora, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Oliveira Vianna: Populações Meridionais do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos**. São Paulo, SENAC, 2001, v. 2, p.299-325.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. IN BORON, Atilio A. **Filosofia Política Contemporânea - Controvérsias Sobre Civilização, Império e Cidadania**. Clacso Livros, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. Coordenação de tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1945)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** Tradução de Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWN, Eric J., **A Era dos Extremos: história breve do século XX 1914 – 1991**. Tradução de Marcos Santarrita – Lisboa, Presença, 1998.

HOBSBAWN, Eric J., O apogeu do nacionalismo: 1918-1950 In: **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. Capítulo 5, págs. 159-195.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **Internet e RUA: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais – Linguagens, Ambientes e Redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEDEIROS, Jarbas. **Introdução ao estudo do pensamento político autoritário brasileiro 1914 – 1945**. Revista de Ciência e Política, Fundação Getúlio Vargas, v. 17, n. 01, 1974.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2013.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: O Fascismo Brasileiro na década de 1930**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna & Companhia)**. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

LINKS:

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. **Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012**.

Revista Compolítica, n. 3, vol. 2, ed. jul-dez, ano 2013. Disponível em <https://bit.ly/2sJZ5sR>

CARREIRO, Rodrigo; GOMES, Wilson. **Discussão política *online* no Brasil: Ocorrência e manutenção da discordância política no Facebook**. VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA); Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em <https://bit.ly/2xWdjvD>

PAIVA, Cláudio Cardoso. **O julgamento do mensalão e as redes sociais de interpretação. Pistas para uma hermenêutica da comunicação e cultura midiática compartilhada**. XXII Encontro Anual da Compós; Salvador, 2013. Disponível em <https://bit.ly/2GMVq6k>

RODRIGUES, Carla. **Capitalismo tardio, redes sociais e dispositivos móveis**. XIX Encontro da Compós; Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://bit.ly/2sUdn9D>

SANTOS, Nina Fernandes dos. **Dinâmicas de visibilidade e sites de redes sociais: novas possibilidades democráticas?** Salvador, 2012, 103f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2012. Disponível em <https://bit.ly/2LCHFoT>

SOLAGNA, Fabricio. Economia política da vigilância: Quando o voto se torna uma mercadoria nas redes sociais. VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA); Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em <https://bit.ly/2JznaJn>

Verbete biográfico de Jair Messias Bolsonaro. FGV-CPDOC. Disponível em <https://bit.ly/2n5WYyt> (acesso em: 19/01/2018)